

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS

Adson Ney dos Santos Amorim

DESVELAR A CIDADE RESTINGA:
FORMAS DE VIDA NUMA HISTÓRIA URBANA A CONTRAPELO.

São Carlos, 2025

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS

Adson Ney dos Santos Amorim

DESVELAR A CIDADE RESTINGA:
FORMAS DE VIDA NUMA HISTÓRIA URBANA A CONTRAPELO.

Tese apresentada como requisito final para
obtenção do título de Doutor em Sociologia no
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran.

Financiamento: CAPES.

São Carlos, 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Adson Ney dos Santos Amorim, realizada em 24/07/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (CNRS)

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP)

Prof. Dr. Felipe Rangel Martins (UFSCar)

Profa. Dra. Vera da Silva Telles (USP)

Profa. Dra. Brodwyn Michelle Fischer (UCHICAGO)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Para Weliton,
que, sem saber, me forjou etnógrafo urbano.*

AGRADECIMENTOS

Um texto nunca é produto de ideias. É, antes de tudo, uma constelação de sentidos compartilhados, que se busca traduzir pelas palavras esquadrihadas no papel. A aspereza das palavras, que muitas vezes dão a impressão a quem as manipula, de que fazê-las brotar no papel é um trabalho de imensa solidão, me parece decorrer da tentativa de exaurir do tinteiro a própria vida. Não há palavra produzida ou enunciada no vazio, portanto, sem a certeza do outro, que a provocou ou que a lerá. Pela palavra, expressamos o encontro, buscamos o diálogo.

Se todo documento de cultura é um documento de barbárie, eles também podem carregar a fagulha disruptiva, se encaramos a escrita como esse exercício de imaginação coletiva. Esta tese foi edificada dessa maneira: numa busca incessante de expressar, a partir das palavras, uma experiência urbana compartilhada. De provocar com as imagens que evoco, novos diálogos intelectuais e políticos, portanto estéticos. Em muitos momentos tive dúvidas sobre os limites de expressar através dela, o emaranhado de relações de onde nutria as palavras. Em tantos outros, pensei que todo o meu fôlego caberia em uma só página. Se não me deixei cair na tentação de pensar que desvendava qualquer coisa que fosse, foi justamente por saber que o que eu estava fazendo era parte de um percurso coletivo. É dado o momento de partilhar a generosidade que me trouxe até aqui.

Sem os meus familiares e o universo no qual me produzi enquanto pessoa, jamais poderia imaginar a possibilidade de fazer essa tese tomar os rumos que tomou. Foi por aqui que iniciei a minha vida na cidade e por aqui inicio a distribuir minha gratidão. À minhas tias-avós Lurdes e Cícera, que semianalfabetas produziram minha educação sentimental. Como se não fosse o bastante, ainda destinavam parte de suas economias para que eu pudesse ter acesso a uma escola de melhor qualidade, dentro das possibilidades que uma família pobre tinha disponível na zona sul de Maceió. Minha avó Ruth que se juntava às irmãs na empreitada, me fornecendo os insumos necessários para a formação escolar. Minha tia Wilza e seu marido Ataíde, que ao perceberem minha fome de indignação, me despertaram o gosto pela literatura. Minha avó Cleide e meu avô Gilvan, exemplos de obstinação diante da vida, que em seu quintal, me contavam histórias sobre seus caminhos até a Chã da Jaqueira. Minha irmã Amanda, parceira de tantas horas,

desde quando buscava abrigo ao meu lado com medo da Monga aos nossos primeiros desafios da vida adulta.

Agradeço especialmente à minha mãe Wilsonia, que diante dos tantos desafios impostos pela vida, não mediu esforços em aguçar minha inquietude expressiva. Sua paixão pela cultura popular foi crucial para que eu me tornasse o que sou. Muitas vezes, mesmo sem compreender o que eu fazia, foi minha mãe que me apoiou incondicionalmente em todas as minhas escolhas pelo mundo das palavras. Também agradeço especialmente ao meu pai Weliton, que da sua maneira foi meu professor. Com Weliton aprendi a cultivar o gosto pela rua, com ele desbravei pela primeira vez as periferias da cidade, com ele aprendi que o trabalho precede qualquer talento, ao seu lado despertei o amor incondicional pelo CSA, entendendo que mais do que pela vitória, as arquibancadas se movem pelas cores da camiseta. É desse tipo de paixão que se faz uma sociologia das ruas.

Do estreitíssimo circuito acadêmico de Alagoas, agradeço às experiências que pude partilhar, até onde me coube, com os pesquisadores do Grupo de Pesquisas Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (Gruppaes). Aos que seguiram ao meu lado e aos que ficaram pelo caminho, meu gesto de gratidão.

Ao meu orientador Gabriel Feltran, devo parte significativa da radicalidade com que trato as ideias que compõem esta tese. Se ousei levar a sério as coisas que falava, é porque desde quando nos conhecemos no curso “etnografia e teorias da ação”, Gabriel me incentivou a encarar meus interesses artísticos como ferramenta sociológica. De quando nos encontramos pessoalmente pela primeira vez, em Maceió, quando fomos arrastados por uma onda na praia de Ponta Verde aos debates que conduzimos juntos com seus estudantes de graduação na disciplina de sociologia urbana em 2022, Gabriel tem me ensinado sobre parceria intelectual. A autonomia de pensamento que me ajudou a buscar, os bons papos sobre arte e sobre a vida, a paixão com que exerce seu ofício estão presentes como partes decisivas deste texto.

Na Universidade Federal de São Carlos, tive a oportunidade de ampliar minha percepção sobre a sociologia e o mundo. Agradeço aos professores que contribuíram direta e indiretamente com a minha formação. Agradeço sobretudo às

professoras Cibele Rizek e Priscila Medeiros que me ajudaram bastante na disciplina “Seminário Avançado em Sociologia”. A professora Luana Motta foi presença marcante em diferentes momentos do doutorado. Com Luana escrevi um artigo, cursei a cadeira de sociologia urbana, acompanhei junto aos colegas as reuniões do NaMargem, aprimorei minhas habilidades docentes no estágio supervisionado, pude aguçar a reflexão que estava propondo no exame de qualificação. Luana ainda me confiou sua casa no período em que morei em São Carlos. De sua biblioteca, nos dias longos e de clima confuso, aprendi parte significativa do que sei sobre sociologia urbana.

Dentro dos muros da UFSCar, agradeço ainda à Silmara, que durante todo o período em que estive ligado à instituição, foi sempre atenciosa, tornando mais fácil lidar com os trâmites burocráticos da universidade. Silmara também foi uma fonte inesgotável de divulgação de eventos e publicações acadêmicas nas comunicações diárias que estabelecia por e-mail, o que me fez me sentir próximo da universidade, mesmo nos longos momentos em que estive a milhares de quilômetros de distância.

O universo de ideias presente nesta tese, contou também com as provocações e contribuições valiosas de pesquisadores com quem pude compartilhar rascunhos de argumentos aqui presentes, em diferentes momentos. Agradeço à Felipe Rangel, pela leitura criteriosa dos textos durante as reuniões do projeto Conexões Marginais no Cebrap; à Brodwyn Fischer pela receptividade com que acolheu as ideias iniciais desta tese, quando ainda eram um esboço mal acabado em uma trajetória de vida, me estimulando a pensar de modo mais abrangente sobre os processos de urbanização do nordeste brasileiro; à Deborah Fromm, que também acompanhou as primeiras trajetórias que deram vida a esta pesquisa, me incentivando a levá-la adiante e que ajudou a tornar proveitoso o minicurso “Pesquisa multimétodo nas ciências sociais”; à Vera Telles que me ajudou a entender que meu interesse era pensar sobre história urbana desde seu curso sobre ilegalismos que pude acompanhar. Vera também acompanhou este trabalho em diferentes momentos, tendo contribuído significativamente com as mudanças de rumo que assumi desde a qualificação. Este trabalho, em alguma medida, buscou dialogar com os apontamentos, sugestões e ideias que vocês me apresentaram.

Durante o doutorado, pude conhecer pessoas incríveis que de uma maneira ou de outra estão presentes neste trabalho. Fernanda de Gobbi, com quem compartilhei os primeiros momentos de reelaboração do projeto de pesquisa; Isabela Vianna Pinho, que me acolheu no NaMargem desde os primeiros dias, trocando ideias por horas seguidas sobre nossas pesquisas, angústias, perspectivas e sobre o princípio de viver intensamente a vida; Gregório Zambon, que me acolheu em todas as oportunidades em que estive em São Paulo, me apresentando a cidade em longas caminhadas, dividindo sob goles e tragos a paixão pela música e os devaneios de que a sociologia pode ser menor; Simon Jara, meu irmão maranhense, com quem pude dividir as delícias e estranhamentos de uma nordestinidade idealizada vagando em terras paulistas, com futebol, som e cerveja; Marcelli Cipriani, com quem perambulei pelas ruas do Rio de Janeiro, discutindo sobre o mundo do crime e a cidade; Luiz Gustavo com quem dividi a experiência editorial na revista *Áskesis*. A todos vocês, que tornaram essa jornada mais interessante, minha imensa gratidão.

Gostaria de agradecer ainda às queridas amigas alagoanas Alana Barros e Ada Rízia, que há muito me acompanham em minha aventura sociológica. Construimos uma amizade sincera desde a graduação, dividindo as alegrias e apreensões quando nos vimos indo trabalhar ao lado de pesquisadores que eram nossas referências. Além de discutir as primeiras ideias no grupo de leitura que organizamos em conjunto, Alana esteve comigo em diferentes momentos da brigada urbana no bairro da Levada. Jogando conversa fora com Dona Lúcia em sua calçada, compartilhando o desespero com as histórias em que a morte era personagem iminente. Ada foi a pessoa com quem mais compartilhei as histórias e ideias que estão condensadas neste trabalho, de modo que se este texto está de pé é por sua fé em minha escrita. A cada áudio trocado, a cada nova ideia, Ada sempre esteve presente. Muito solícita, foi quase uma curadora dos meus devaneios. Sempre aprendi muito ouvindo vocês e lendo seus trabalhos. Vocês são exemplo de dignidade e ética científica.

Agradeço ao amigo Brian Falcão pela escuta atenta e pela elaboração dos mapas que compõem este trabalho. Sem os mapas, certamente seria mais difícil

para o leitor visualizar a morfologia da cidade, bem como as distâncias e deslocamentos territoriais e sociais que busco descrever.

Este trabalho não seria possível sem Weldja. Minha companheira na vida, na militância política e na sociologia. É através dela que me reencanto com o mundo a cada novo despertar. Dividimos orgulhosos as descobertas, as tristezas e alegrias de um casal de jovens que, vindos do mundo popular, apostaram todas as fichas possíveis e impossíveis na carreira acadêmica. Quando nos conhecemos nos corredores da UFAL, parecia loucura acreditar que um dia seríamos um casal e que nós dois seríamos colegas de turma no doutorado em um outro estado. E nós somos. Weldja, apesar da timidez com que olha para seu próprio trabalho, é minha maior referência de como fazer uma sociologia comprometida com um novo mundo, sem perder o rigor e a seriedade. De sua dissertação de mestrado, radicalizo um argumento que para ela era secundário e que para mim soava como a coisa mais potente que eu já tinha lido sobre Maceió. Enfrentamos juntos os dias de turbulência, nos encantamos sob os novos ares. Nos últimos quatro anos, foram longos os dias em que silenciosamente, cada um em sua mesa de trabalho, nos olhávamos rindo o mesmo riso desesperado. Foi também Weldja quem mais ouviu minhas epifanias, lendo atenciosamente parágrafos, sugerindo com uma atenção ímpar, que suprimisse certas arestas, que enfatizasse outras. Me fazendo crer que o que eu estava produzindo era sociologia. Este trabalho é também para você, amor.

Agradeço ainda aos velhos e novos amigos com quem pude contar ao longo de minha caminhada. Os parceiros de rolê punk, que insistem em manter viva a chama da rebeldia; os irmãos de arquibancada, que na insanidade de cada partida ajudam a tornar suportáveis os dias mais desesperadores. Os companheiro(a)(e)s de Brigada Urbana, que alimentando a mística revolucionária, ajudam a tecer no momento presente uma nova aurora.

Aos meus interlocutores, que tornaram suas experiências matéria viva deste experimento, qualquer agradecimento seria redundância.

Em tempo, agradeço à CAPES pelo financiamento concedido a esta pesquisa, sem o qual seria impossível manter vivo o sonho de ser pesquisador. Em tempos de hegemonia neoliberal, em que coisas como sociologia e periferias

urbanas soam como inúteis e perigosas, é mais que louvável enaltecer o financiamento público da ciência.

*[...] Ah, minha cidade verde
minha úmida cidade
constantemente batida de muitos ventos
rumorejando teus dias à entrada do mar
minha cidade sonora
esferas de ventania
rolando loucas por cima dos mirantes
e dos campos de futebol
verdes verdes verdes verdes
ah sombra rumorejante
que arrasto por outras ruas*

*Desce profundo o relâmpago
de tuas águas em meu corpo,
desce tão fundo e tão amplo
e eu me pareço tão pouco
pra tantas mortes e vidas
que se desdobram
no escuro das claridades,
na minha nuca,
no meu cotovelo, na minha arcada dentária
no túmulo da minha boca
palco de ressurreições
inesperadas
(minha cidade
canora)
de trevas que já não sei
se são tuas se são minhas
mas nalgum ponto do corpo (do teu? do meu
corpo?)
lampeja
o jasmim
ainda que sujo da pouca alegria reinante
naquela rua vazia
cheia de sombras e folhas [...]*

[Ferreira Gullar]¹

¹ Trecho do Poema Sujo.

RESUMO

As promessas malogradas de progresso, que puseram em marcha uma história conhecida de Maceió-AL, hoje nublam os horizontes de meus interlocutores que, ainda assim, persistem no duplo jogo de fazer outras histórias urbanas e, ao mesmo tempo, informar a produção de conhecimentos sobre a cidade. Este trabalho trata do processo de urbanização de Maceió, a partir dos percursos de deslocamentos territoriais e simbólicos da vida de moradores de suas periferias. Estes percursos, compreendidos como produtos da cidade e produtores da mesma, serão os guias para a compreensão do estado de coisas que conformam o ordenamento urbano de Maceió. Partindo de uma perspectiva etnográfica, fundamentada na ideia de experiência e levando em conta os encontros estabelecidos no percurso desta pesquisa, interrogo a cidade que me coloca diante de um espelho analítico. Ao encarar os percursos urbanos de meus interlocutores, reflito também sobre a minha própria condição urbana. Em termos metodológicos, recupero experiências difusas de meus encontros com a cidade e suas personagens, em uma experimentação narrativa que busca uma *sociologia urbana menor*. Observações diretas e participantes, conversas informais e cenas do cotidiano são cotejadas com memórias familiares, recortes de jornais e fotografias amareladas, letras de músicas, poemas populares, histórias de almas benditas e penadas. Diante de uma teleologia do progresso, que encara a cidade marginal pela chave da ausência de uma modernidade a se cumprir, argumento pela necessidade de produzir uma história urbana a contrapelo, capaz de encarar a multiplicidade do vivido, preenchendo com o espírito do presente o fundamento da crítica e ensejando novos mundos possíveis.

Palavras-chave: História urbana; Urbanização; Conflito urbano; Maceió

ABSTRACT

The failed promises of progress, which set in motion a well-known history of Maceió-AL, now cloud the horizons of my interlocutors who, even so, persist in the double game of making other urban histories and, at the same time, informing the production of knowledge about the city. This work deals with the process of urbanization in Maceió, based on the paths of territorial and symbolic displacement in the lives of residents of its peripheries. These journeys, understood as products of the city and producers of it, will be the guides for understanding the state of affairs that shape Maceió's urban order. From an ethnographic perspective, based on the idea of experience and taking into account the encounters established during this research, I question the city that places me in front of an analytical mirror. By looking at the urban journeys of my interlocutors, I also reflect on my own urban condition. In methodological terms, I recover diffuse experiences from my encounters with the city and its characters, in a narrative experiment that seeks a minor urban sociology. Direct and participant observations, informal conversations and scenes from everyday life are collated with family memories, newspaper clippings and yellowed photographs, song lyrics, popular poems, stories of blessed and lost souls. Faced with a teleology of progress, which views the marginal city through the key of the absence of a modernity to be fulfilled, I argue for the need to produce an urban history against the grain, capable of facing the multiplicity of what is lived, filling the foundation of criticism with the spirit of the present and giving rise to new possible worlds.

Keywords: Urban history; Urbanization; Urban conflict; Maceió

RESUMEN

Las promesas malogradas de progreso, que pusieron en marcha una conocida historia de Maceió-AL, nublan ahora los horizontes de mis interlocutores que, aun así, persisten en el doble juego de hacer otras historias urbanas y, al mismo tiempo, informar la producción de conocimiento sobre la ciudad. Este trabajo aborda el proceso de urbanización de Maceió, a partir de los trayectos de desplazamiento territorial y simbólico en la vida de los habitantes de sus periferias. Estos desplazamientos, entendidos como productos de la ciudad y productores de la misma, serán las guías para comprender el estado de cosas que conforman el orden urbanístico de Maceió. Desde una perspectiva etnográfica, basada en la idea de experiencia y teniendo en cuenta los encuentros establecidos durante esta investigación, cuestiono la ciudad que me sitúa frente a un espejo analítico. Al observar los trayectos urbanos de mis interlocutores, reflexiono también sobre mi propia condición urbana. En términos metodológicos, recupero experiencias difusas de mis encuentros con la ciudad y sus personajes, en un experimento narrativo que busca una sociología urbana más pequeña. Observaciones directas y participantes, conversaciones informales y escenas cotidianas se cotejan con recuerdos familiares, recortes de periódicos y fotografías amarillentas, letras de canciones, poemas populares, historias de almas benditas y perdidas. Frente a una teleología del progreso, que ve la ciudad marginal a través de la clave de la ausencia de una modernidad por cumplir, defiendo la necesidad de producir una historia urbana a contrapelo, capaz de enfrentarse a la multiplicidad de lo vivido, llenando los fundamentos de la crítica con el espíritu del presente y dando lugar a nuevos mundos posibles.

Palabras clave: Historia urbana; Urbanización; Conflicto urbano; Maceió

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Maceió

Figura 2: Abairramento de Maceió

Figura 3: Estátua da liberdade com Favela de Jaraguá e porto ao fundo

Figura 4: Vista do bairro do Prado em 1944, com destaque para o prédio do quartel e para o descampado que daria lugar à Praça da Faculdade

Figura 5: Mutirão de limpeza do terreno na casa do Prado

Figura 6: Lápide da Mulher da Capa Preta

Figura 7: Casas no Prado em 1947

Figura 8: Arquibancadas do estádio do Mutange com barreira ao fundo

Figura 9: Vista panorâmica do quintal da Cleide

Figura 10: População residente em Alagoas e Maceió por tipo de domicílio

Figura 11: Mapa de deslocamentos de Cleide

Figura 12: Mapa da Estrada de Ferro Central de Maceió em 1880

Figura 13: Ocupação das encostas da Estrada de Bebedouro na região da Cambona, início do séc XX

Figura 14: Antigas casas da vila operária da fábrica Alexandria na Estrada de Bebedouro

Figura 15: Vista parcial da Granja Conceição na década de 1950

Figura 16: Morfologia do bairro Chã da Jaqueira

Figura 17: Prédio da sub-delegacia da Chã da Jaqueira no final da década de 1970

Figura 18: Weliton (com a bola) em partida do Flamengo da Jaqueira em 1984

Figura 19: Araújo (de quepe) e sua equipe na delegacia de Novo Lino

Figura 20: Givan, Cleide, Vanzinho, Weliton e Wilsonia comemoram o casamento de Weliton e Wilsonia em 1988

Figura 21: Futebol na Praia do Sobral, 1998

Figura 22: Bandeira em homenagem a Weliton, falecido em março de 2025

Figura 23: Torcida Mancha Azul na década de 2000.

Figura 24: Rolê Punk no Quintal Cultural

Figura 25: Escombros da mineração em Bebedouro

Figura 26: Primeiro mapeamento das áreas afetadas, organizadas por tipos de risco

Figura 27: Mapa do Bairro da Levada

Figura 28: Passarelas sobre o córrego na avenida principal da Levada

Figura 29: Feira livre da Levada

Figura 30: Praia de Cruz das Almas no início da década de 1990

Figura 31: Galpão de ferro velho na Levada

Figura 32: Avenida principal da Levada durante alagamento

LISTA DE ABREVIACÕES

ANM: Agência Nacional de Mineração

BNH: Banco Nacional da Habitação

CEPA: Centro Estadual de Pesquisa Aplicada

COHAB: Companhia de Habitação

CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CSA: Centro Sportivo Alagoano

CV: Comando Vermelho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML: Instituto Médico Legal

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG: Organização Não Governamental

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PCA: Pólo Cloroquímico de Alagoas

PRODUBAN: Banco da Produção do Estado de Alagoas

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TELASA: Telecomunicações de Alagoas Sociedade Anônima

UEP: Unidade Especial de Preservação

UFAL: Universidade Federal de Alagoas

UPA: Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
Por uma sociologia urbana menor.....	20
Notas sobre urbanização e conflito urbano.....	26
A pesquisa.....	31
Organização do texto.....	36
CAPÍTULO 1	41
De como me tornei urbano.....	41
Álbum de família.....	47
A casa no Prado.....	50
As lavadeiras.....	59
CAPÍTULO 2	67
A Casa da Cleide.....	67
Notas sobre expulsões na tessitura do mundo urbano.....	72
Quem imagina cria medo, quem tem medo não vai lá.....	75
Turistas da miséria.....	79
“Por cada lugar uma fome diferente”.....	85
CAPÍTULO 3	90
A subida do morro é diferente.....	90
Eu sou o joio e o trigo, a mistura de amigos.....	97
E pra chegar ao ponto que eu cheguei, como lutei.....	105
Guerreiros são pessoas, são fortes, são frágeis.....	112
A procissão da várzea.....	114
CAPÍTULO 4	122
Confluências.....	122
As ruínas do sonho industrial.....	125
O “desastre” e o lucro: Novas faces das expulsões nas periferias urbanas.....	129
Valmir: No rastro do ouro branco.....	135

A Levada como posto de observação.....	139
CAPÍTULO 5.....	147
Utopias movimentistas.....	151
Utopias religiosas.....	159
CAPÍTULO 6.....	172
Histórias sem redenção.....	172
EPÍLOGO.....	181
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXOS.....	194

INTRODUÇÃO

Por uma sociologia urbana menor

Ouvindo o encadeamento de situações que Aninha compartilhava naquela manhã, pensei nas personagens de anedotas sobre andarilhos, moradores de rua e loucos presentes nas crônicas veneradas em Alagoas. Imaginei o que teriam a dizer, se lhes fosse dada a oportunidade, as tantas personagens descritas de maneira jocosa pelos jornais que cobriram a urbanização de Maceió. Me transportei para a infância, pensando em figuras famosas no Prado, como o Velho Pirrita, que tal como algumas personagens das crônicas, corria atrás das crianças que lhe atiravam pedras, gritando às gargalhadas o apelido que lhe irritava, nas ruas próximas ao cemitério da Capa Preta. Lembrei sobretudo da Nega Gal, irmã de Gilvan, que colecionando desilusões e histórias violentas, vagava pelas ruas da Jaqueira. Vez ou outra aparecia aos tropeços na casa da Cleide. Uns diziam ter problemas psiquiátricos, outros, que era acompanhada de maus espíritos. Lembro que as crianças também lhe jogavam pedras e corriam. Lembro de outra vez, quando apareceu em um almoço de domingo. Cabelo crespo raspado dos lados, formando um volume quadrado no topo da cabeça. Bermuda jeans e camiseta. Sempre descalça, passou a mão áspera em meu rosto e disse para minha mãe: “Soninha, cuide bem desse menino. Ele tem bom coração”.

A ideia desta pesquisa foi escovar a história urbana de Maceió a contrapelo, como sugeriu um filósofo. Essa história surge a partir do meu incômodo com as discussões sobre um mundo urbano distante do chão onde faço meu caminho. Diante de legislações urbanísticas e mesmo de uma crítica edificada sobre

fantasmas e alegorias, parecia-me faltar o suor e as lágrimas, os cantos de alegria e soluços de dor de quem, pisando no mesmo chão, constroi literalmente a cidade e nela se constitui. Em outras palavras, preencher com gente de carne e osso o conteúdo daquilo que se convencionou chamar de urbanização.

Nas duas últimas décadas, um dilema tem norteado o debate público em Maceió: conciliar a necessidade de contenção da “violência urbana”² com a consolidação da imagem de paraíso turístico, que garantirá à cidade a entrada definitiva nos trilhos do desenvolvimento. Nos editoriais quase publicitários da imprensa local e na agenda de políticas públicas como o Visão Alagoas 2030³, o histórico de violências e desigualdades torna-se pauta secundária diante da necessidade de fomentar o turismo como alternativa econômica e combater os inimigos internos que alçam Alagoas a um dos estados mais violentos da federação⁴.

O aspecto de novidade sustentado pelo paroxismo contemporâneo de fenômenos como o remodelamento paisagístico por um lado, e a guerra às facções como uma face do combate à “violência urbana”, por outro, parecem nublar a percepção de que tais dinâmicas têm uma história que se cruza com o próprio percurso de urbanização de Maceió. Olhar para essas questões de maneira cruzada, entendendo-as como parte do paradigma que institui a vida urbana nesta cidade, portanto, me parece crucial, na medida em que, desde ao menos a década de 1970, junto de transformações da paisagem urbana, elas têm produzido o próprio ordenamento social e instituído dispositivos nada triviais de hierarquização social de pessoas e territórios na cidade.

² Adoto a noção de violência urbana, tal como proposta por Machado da Silva (2016). Isto é, não a utilizo como um conceito ou chave analítica, mas como uma categoria êmica, passível ela mesma de objetivação sociológica. A violência urbana, portanto, é durante esse texto pensada como uma sorte de gramática do debate público que, ao passo que nomeia o mundo urbano, também o constitui.

³ Parceria do governo do estado de Alagoas com o escritório da Onu-Habitat que produz diagnósticos sobre diferentes dilemas a serem enfrentados pela administração pública alagoana para atingir as metas da agenda de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas. Para um panorama da parceria e das políticas públicas desenvolvidas, acessar: [Visão Alagoas - Início](#).

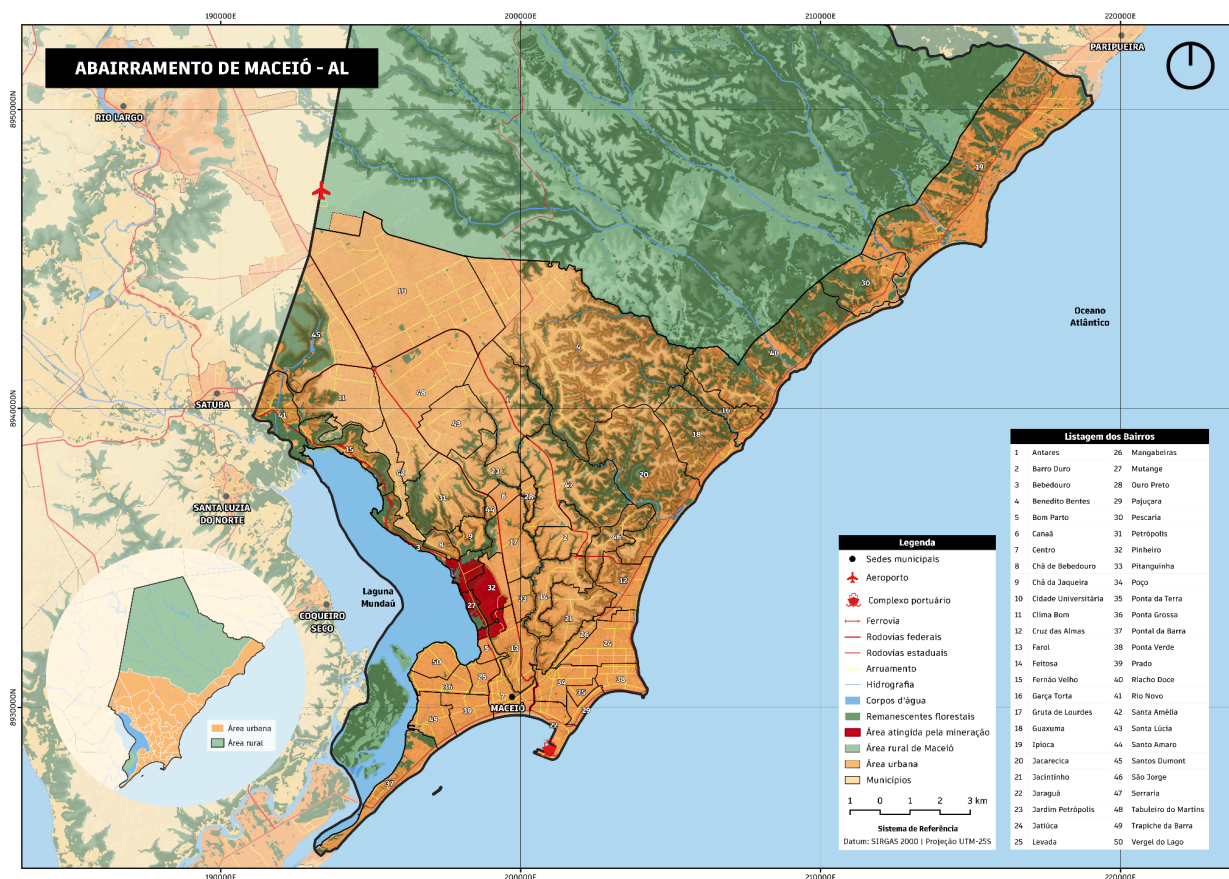
⁴ Para uma perspectiva sobre a variação das taxas de homicídios em Alagoas, em relação ao estabelecimento das redes criminais, ver: Feltran et al., 2022.

Figura 1: Localização de Maceió



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2: Abairramento de Maceió



Fonte: Elaboração própria.

Maceió é a maior cidade do pequeno estado de Alagoas, elevada à condição de capital a partir de disputas entre grupos oligárquicos em 1839. Hoje concentrando 30,6% da população do estado e 36% do PIB⁵, apenas a partir da década de 1970 se tornou majoritariamente urbana. Ainda que tenha a região portuária como ponto de partida e que a historiografia local se empenhe em descrevê-la como fruto do comércio, como veremos ao longo deste trabalho, o principal vetor de sua urbanização está diretamente ligado ao crescimento das operações extrativas (Gaggo; Mezzadra, 2015) no estado e ao processo correlato de expulsão massiva de trabalhadores rurais e sitiantes.

Localizada na região litorânea de Alagoas, Maceió ocupa uma área de pouco mais de 509 km². Geograficamente, Maceió é constituída por uma estreita planície litorânea circundada a leste pelo Oceano Atlântico e ao sul pela laguna Mundaú;

⁵ Dados obtidos a partir do último censo de 2022, divulgados no portal IBGE Cidades.

também por uma área acidentada de tabuleiros costeiros, intercalados por vales e depressões, que se estendem à oeste⁶. Em razão dessas características, a cidade é popularmente entendida como tendo uma parte baixa (próxima do litoral sul e da laguna) e uma parte alta (área dos tabuleiros costeiros). Sendo a parte baixa a primeira zona de povoamento da cidade e a parte alta, majoritariamente ocupada a partir da intensificação da expansão urbana entre as décadas de 1970 e 2000.

Durante a condução do trabalho de campo, à medida que percorria a cidade e estreitava laços com meus interlocutores, compartilhando parte de suas rotinas, ouvindo suas histórias, senti-me provocado a traduzir Maceió a partir de suas experiências. Se por diversas vezes, o conjunto de situações expostas pareciam evidenciar um certo abismo entre minhas expectativas de pesquisador e a de meus interlocutores; em tantas outras, esses encontros traziam-me a sensação de estar diante de um espelho. Olhando para um presente de incertezas, ouvindo sobre um passado de privações e sobre horizontes nublados, contrastando-os com um universo de explicações disponíveis que nem de longe parecem dar conta da multiplicidade de experiências do vivido.

Era preciso preencher com vida as lacunas da história urbana de Maceió. Buscar entender, portanto, o processo de urbanização de Maceió a partir dos caminhos percorridos por meus interlocutores. Esse exercício, paulatinamente me levou a olhar para minha própria trajetória, fruto dos mesmos processos de expulsão do campo e da busca por melhores condições de vida, que deram forma à cidade. Os debates sobre reflexividade e neutralidade nas ciências sociais são constantes a diferentes abordagens e produziram quase um senso comum que estabeleceu a disciplina. Fato é que esses encontros me fizeram levar a sério as provocações dos diálogos de orientação, sobre o fato de que as experiências que vivenciei durante minha trajetória poderiam ser traduzidas também como experiências de campo.

⁶ A cidade de Maceió costuma ser representada em mapas apenas em sua dimensão urbana. Como é possível ver nos mapas das figuras 1 e 2, a área urbana de Maceió representa menos da metade da área total do município. Segundo dados do portal IBGE Cidades, apenas 115km² dos 509km² totais são áreas urbanizadas. Parte significativa da área rural segue concentrada nas mãos das oligarquias canaveiras, e têm se convertido em aditivo da especulação fundiária e imobiliária. Realidade agravada em razão da significativa área urbana evacuada em decorrência da mineração.

Ao final do campo, diante da coleção de histórias e experiências vividas, ouvidas, compartilhadas, pude me dar conta de que não se tratava de mobilizá-las para preencher alguma lacuna ou explicar qualquer coisa. A constelação de experiências diante das quais eu me encontrava quando passei a organizar esse texto, continham em si próprias o potencial de produzir a crítica de uma história urbana fantasmagórica ou eivada por uma teleologia do progresso, bem como de produzir uma história da construção e da destruição do urbano. A escolha teórico-metodológica que fiz desde esse ponto, foi a de mobilizar tais histórias, em seu potencial descritivo, para produzir algo que se assemelhasse de uma história urbana à contrapelo.

A descrição é uma tarefa primordial do fazer etnográfico, desde os cânones que estabeleceram e consolidaram essa forma de perspectivar o mundo social. Ao apostar na descrição como fundamento de construção desse texto, mais do que reproduzir a partir de relatos os contextos de produção da diferença (Malinowski, 2018) ou buscar os subsídios para uma explicação das diferentes formas de vida que constituem o mundo social, procuro dar vazão aos percursos e fluxos que põem em movimento e conferem forma a este mundo (Latour, 2012; Tsing, 2022), abrindo o leque de cenários possíveis, produzindo com a experimentação narrativa a possibilidade de ensejar novos questionamentos e desdobramentos do mundo social.

Com esse movimento escolho, portanto, assumir os encargos de narrador, tal como meus interlocutores o fizeram ao compartilharem comigo seus percursos urbanos. A partir do ato de narrar, compreendido aqui, como essa capacidade de compartilhar experiências, produzindo mundos possíveis, tal qual propõe Benjamin (2012; 2016), torna-se viável solfejar as vozes soterradas pelas ideias lineares de progresso, que colonizaram a história urbana. Essa posição é capaz, ainda, ao evocar as histórias distantes no tempo e no espaço e cotejá-las com os momentos vívidos do presente, de preencher com o espírito do agora as agruras de nossa urbanização. Ao embaralhar essa constelação de imagens abrimos, portanto, a janela de possibilidades que nos provocam à mobilidade diante dos escombros do passado e da névoa de incertezas que nublam o horizonte.

Deleuze e Guattari (2014), ao tratarem da literatura produzida pelo escritor tcheco Franz Kafka, chamaram de literatura menor aquele tipo de literatura que, desviando das convenções estabelecidas, produz pela linguagem linhas de fuga que constituem uma multiplicidade de devires. Uma literatura menor desterritorializa a língua, aproxima o individual do imediato-político e produz um agenciamento coletivo da enunciação. Da caracterização que desenvolvem acerca do tema, gostaria de me ater ao aspecto da desterritorialização da língua para produzir uma breve analogia com o que desejaria que fosse este trabalho.

É esse o aspecto que me leva a pegar emprestada a expressão, para definir a sociologia urbana que busco empreender neste texto, a partir do que poderíamos chamar de exercitar um jogo duplo entre formas de descrição do mundo social. Se para Deleuze e Guattari uma das características que permitem à prosa kafkiana verbalizar pelo absurdo a condição do “povo que falta”, é o fato de que ao distorcer a língua estabelecida (alemão) o autor produz os ruídos semióticos que abrem nova perspectiva do mundo social, neste texto, busco me aventurar entre a sociologia (minha língua materna) e os domínios do texto literário (língua estranha) para produzir a partir da descrição a fagulha incendiária da crítica. Agenciando a transmissão de experiências como máquina de guerra para a enunciação coletiva.

As inflexões em termos estilísticos que proponho com esse trabalho, buscam portanto, sustentar as entradas que fiz no mundo social que aqui busco descrever. Talhando no papel as escaras do mundo urbano, cartografando os sentidos de outros cursos do possível, tecidos sobre os escombros de nossa história.

Notas sobre urbanização e conflito urbano

Ideias como modernidade e progresso, há muito ocupam posições centrais no debate público brasileiro. Na violenta construção de uma comunidade nacional, tais ideias foram mobilizadas como uma sorte de destino histórico inescapável. Era preciso avançar sobre o “passado” escravocrata e rural, na direção do progresso. No intervalo de poucos anos, a urbanização figurou como o principal pólo gravitacional da tessitura do progresso almejado, mobilizando levas de famílias aos

emergentes centros urbanos, que para as classes populares se traduziam como o locus da mudança de vida (Durham, 1973).

Passados quase um século da intensificação desse processo e suas tantas contradições, o paradigma dualista dos *dois brasis* (moderno/urbano x rural/arcaico) parece ainda fazer eco (Lambert, 1967; Oliveira, 2003) nas representações sobre o mundo urbano. Nesses termos, as periferias e seus moradores, não raro são encarados como sintomas da incompletude de nossa modernidade, quando não, como lugar da incivilidade e do perigo a serem tutelados (Oliveira, 2016), e no limite, exterminados. De outro lado, a narrativa do progresso, aparece como uma sorte de teleologia inescapável mesmo em discursos que se veiculam como emancipatórios.

Tendo como pano de fundo a crescente de investidas por fidelização de redes de proteção empreendidas por movimentos sociais, ONGs, “igrejas evangélicas” e “facções” em periferias urbanas (Costa, 2019; Birman; Machado, 2012; Biondi, 2018), e levando em conta a pluralidade de atores e experiências que tenho encontrado nas periferias de Maceió, produzindo uma infinidade de sentidos sobre suas vidas, traçando mesmo a cidade, busco encarar os conflitos contíguos ao processo de urbanização – periferização intensificado nos últimos cinquenta anos.

Os debates sobre urbanização e conflito urbano são bastante vastos e consolidados na literatura produzida sobre o Rio de Janeiro e São Paulo, estados que viriam a se tornar os principais eixos do “desenvolvimento nacional”. Parte dessa bibliografia, ao tomar o cotidiano das classes populares como ponto de partida (Machado da Silva, 2016), ao longo do tempo tratou de diferentes aspectos, que de uma maneira ou de outra, em cada período informavam sobre as dinâmicas conflitivas do mundo urbano e no limite, sobre a própria questão social (Castel, 2015) “brasileira”.

Assim, dedicando-se a compreender os ciclos migratórios que constituíram suas periferias e a busca por integração social a partir do mundo do trabalho protegido (Kowarick, 2002; Oliveira, 1982); a constituição dos moradores de periferias como sujeitos políticos (Sader, 1988; Caldeira, 1984); as relações entre pobreza e gestão diferencial da cidadania (Telles, 2013); o papel ocupado pelo

dinheiro como mediador do conflito a partir da expansão da financeirização e do crédito popular (Feltran, 2014).

Um conjunto de etnógrafos urbanos contemporâneos vêm chamando a atenção, ainda, para como a partir da expansão das economias ilícitas, o modo de conceber o conflito urbano brasileiro deslocou sua questão central da integração dos trabalhadores para o combate à “marginalidade” (Feltran, 2011; Motta, 2021; Misse, 2008). Diante da pluralidade de atores e clivagens de experiências nas periferias, chamam ainda a atenção para a produção e coexistência de ordenamentos sociais distintos no mundo urbano (Machado da Silva, 2008; Misse, 2006) e para o modo como diferentes regimes normativos concorrem pelo governo dos pobres (Feltran, 2010; Maldonado, 2020; Beraldo, 2022).

À primeira vista, seria tentador buscar operacionalizar os achados analíticos dessa tradição que me formou, desse lado do mapa. Ao fazê-lo, entretanto, esvaziaria de sentido o fundamento mesmo que me parece dar fôlego a essas reflexões. Isto é, produzir uma leitura sobre o mundo social desde uma perspectiva que leve em conta as relações tecidas no cotidiano das classes populares. Deslocar os sentidos atribuídos a uma história urbana localizada no tempo e no espaço, seria algo como torná-la uma sorte de normatividade como as que, me parece, buscaram combater. Tornando vazio seu sentido crítico e a potencialidade descritiva de suas ferramentas.

Exemplifico: como falar em integração social pelo mundo do trabalho protegido, ou mesmo sobre sua falência, em um mundo social edificado sob a tutela de um patronato rural patrimonialista, em que a equação trabalho-proteção social nunca passou de uma pálida promessa? Como transportar as preocupações sobre expansão e restrição do mundo público no contexto de reabertura política, quando em Maceió, as forças policiais trocavam tiros com o exército na praça da Assembleia Legislativa, enquanto uma série de intervenções federais se estabeleciam no estado?

Mais prudente, me parece, é reter o potencial da crítica nessa tradição, buscando encontrar meus próprios caminhos. Não se trata, evidentemente, de apostar em uma espécie de particularismo em que Alagoas esteja inscrita. Mesmo

porque, o tipo específico de urbanização que se produziu em Maceió guarda estreita relação com as cadeias mais amplas de desigualdades regionais que puseram em marcha o que se entende por modernização brasileira. Fato é que, estando a bibliografia que me inspira, localizada no tempo e no espaço, respondendo às questões colocadas pelo universo que as gestou, não lhes cabe responder às questões postas por meu universo de pesquisa.

Em Alagoas, o debate sobre o mundo urbano - talvez em razão de sua recente intensificação - é incipiente e eivado de sentidos teleológicos, que por muitas vezes confundem o diálogo com a bibliografia construída no sudeste com as etapas a se cumprir não encontradas no universo empírico dos fenômenos observados em campo. Enquanto me dedicava a buscar informações sobre o processo de urbanização de Maceió, por exemplo, me surpreendi com a quase ausência de trabalhos na historiografia que tratem de seu período mais agudo. As produções dessa disciplina se concentram majoritariamente nas primeiras décadas do século XX, em trabalhos que tratam sobretudo da construção das sociabilidades e da luta política em torno das unidades fabris da indústria têxtil (Almeida, 2013; Maciel, 2007; Moura, 2012). Há ainda os trabalhos clássicos de memorialistas e cronistas, muito consultados e reproduzidos por quem estuda Maceió. Trabalhos que a grosso modo referem-se também às primeiras décadas do século XX, com suas efemérides.

Na sociologia e antropologia, o tema da urbanização aparece apenas lateralmente em diferentes trabalhos, ganhando mais destaque nas produções sobre o carnaval de rua (Cavalcanti, 2014) e na agenda de discussões sobre a produção de identidades locais em relação ao processo de globalização (Barros, 2018; Bezerra, 2007). Coube à geografia e ao urbanismo os trabalhos em que a questão urbana na Maceió da segunda metade do século XX ganhou mais fôlego. Pesquisas sobre a distribuição espacial da pobreza (Melo, 2010), sobre impactos ambientais da urbanização (Torres, 2004), sobre moradia e vazios urbanos (Santana, 2006) e mesmo sobre a produção do complexo hoteleiro (Melo, 2017). Esses trabalhos - que muitas vezes fundamentam o debate público sobre as questões urbanas - entretanto, se constituem a partir de perspectivas estritamente normativas, quando não criminalizadoras sobre as periferias e seus moradores.

De modo mais recente, uma geração de cientistas sociais têm buscado consolidar uma agenda de pesquisas, que sob diferentes aspectos, produz interpretações sobre a realidade urbana contemporânea de Alagoas em diálogo com as transformações mais abrangentes a nível nacional. Desse universo destacam-se trabalhos sobre mercados ilícitos, violência e encarceramento (Nascimento, 2017; Silva, 2017; Rodrigues, 2019, 2020a, 2020b; Silva, 2020; Santos, 2021; Barbosa, 2021); sociabilidades, juventudes e circuitos de diversão popular (Vilela, 2017; Mendes, 2022; Santos, 2016; Barroso, 2019). Desta geração, coube a um trabalho dedicado à sociologia rural (Lima, 2020) o argumento que melhor traduz a experiência de urbanização de Maceió: os efeitos da expulsão massiva de trabalhadores rurais e sitiante na produção das periferias urbanas.

Esta pesquisa se soma a essa agenda recente, reunindo esforços para construir uma interpretação sobre o processo de urbanização de Maceió a partir de suas periferias, adotando, contudo, uma perspectiva radical sobre como produzir conhecimento sobre o mundo urbano, que estou chamando de sociologia urbana menor. Nesse sentido, me contrapondo ao ar fantasmagórico que a urbanização de Maceió assume no trabalho dos urbanistas, é que valho-me do diálogo com certa tradição da sociologia urbana, interessada nas relações conflitivas que constituem os ordenamentos urbanos. Busco, portanto, contribuir com esse campo de estudos, a partir de um novo universo empírico, ao mesmo tempo ampliando os horizontes analíticos sobre o processo de urbanização brasileira, tendo como referência outros cursos históricos que não o da industrialização.

Há uma ideia recorrente em Alagoas sobre a relação centrífuga do poder. Maceió, pode até ser o pólo gravitacional da administração e de modo mais recente ser o centro das atenções no estado, mas é dos agrestados, dos sertões e das matas que emana o poder político e os fluxos de dinheiro e pessoas que constituem nossa riqueza e miséria. Certamente, essa não é uma questão exclusiva desse lado do mapa. Insisto neste ponto, levando à cabo o argumento de Lima (2020) para ponderar sobre a condição urbana na principal cidade de um estado que apenas no final da década de 1980 torna-se majoritariamente urbano.

Buscando me esquivar dos sentidos teleológicos construídos aprioristicamente sobre o processo de urbanização e dos equívocos derivados de tal postura, construí esta pesquisa a partir de um diálogo direto com meus interlocutores, mediado inicialmente pela minha atuação em um coletivo político em um bairro na periferia de Maceió. As diferentes feições que ela tomou ao longo do tempo sempre estiveram encadeadas com os passos de meus interlocutores. Acompanhando seus cotidianos, ouvindo sobre seus percursos de vida, pude reencontrar-me com minha própria trajetória urbana e produzir um registro do próprio percurso urbano de Maceió.

A pesquisa

Esta pesquisa, como a vida de meus interlocutores e a minha própria, é produto de deslocamentos. Assim sendo, os materiais que mobilizo na tentativa de traduzir esse conjunto de experiências a partir de um texto, são múltiplos e pertencentes a diferentes escalas. Gosto de pensar o texto, enquanto um produto final, quase sempre inacabado, em que não cabe a transcendência da vida (Simmel, 2018). Uma espécie de laboratório onde o cientista do social ensaia dar forma ao encadeamento de eventos que procurou objetivar, produzindo também mundos sociais (Latour, 2012). Para tanto, é necessário captar do fluxo incessante da vida, pelos mais variados meios, os lampejos do que entendemos como social. As reflexões que trago neste texto não são produtos do que poderíamos chamar de um trabalho de campo convencional. São a bem da verdade, derivadas da experimentação de quem esteve não apenas disposto ao diálogo sobre a vida do outro ou da cidade, mas que ao se implicar neste exercício, se encontrou exposto à sua própria condição urbana.

O que busquei perseguir foi a recuperação de experiências difusas. Encontros com e pela cidade, que aqui ganham forma no tratamento experimental da narrativa. Conversas informais, entrevistas e observações são cotejadas com memórias familiares perdidas nos becos do meu passado. Caminhadas por vielas, trajetos de moto, manifestações, delírios de arquibancada se tornam ferramentas

para escutar a cidade. Músicas, fotografias amareladas, capas de discos, recortes de jornais se misturam a histórias de almas benditas e penadas, como documentos de um quebra-cabeças urbano por se montar.

Esta tese, é portanto, produto de uma confluência de percursos postos em diálogo a partir de uma sensibilidade para o mundo social, moldada por experiências específicas. Em alguma medida, é por ter me produzido neste mesmo mundo urbano, que essa tese assumiu os contornos que tem. Tendo crescido em um bairro popular na parte baixa de Maceió, em uma família extensa que se urbanizava, me formei enquanto sujeito, completamente imerso em um universo rural que se acomodava na cidade. Os mutirões de autoconstrução da casa, os festejos populares na vizinhança, os rituais de cura para dores no corpo ou mal olhado, as partidas de futebol de várzea, os deslocamentos pela cidade quase sempre a pé. Todos, a seu modo, moldando minha personalidade inquieta, cultivando o gosto pela rua e por tudo aquilo que em termos utilitaristas possa ser inútil.

Há na filosofia, na literatura e no cinema produzidos pelos situacionistas entre as décadas de 1950 e 1970, um esforço parecido de exercitar um caminhar sem rumo definido pela cidade⁷. O que nos difere em grande medida é o fato de que para mim, não se trata de pensar o espaço urbano como um labirinto a ser decifrado, tampouco partir em busca das modulações psíquicas do espaço urbano nos habitantes da cidade. Interessa-me ao percorrer a cidade, aproveitar os encontros estabelecidos no percurso e encarar os trajetos de meus interlocutores como produtos, mas produtores da vida urbana.

Há em João do Rio, a despeito de sua perspectiva eurocêntrica e de suas descrições muitas vezes caricatas da vida popular, um fragmento que me parece esclarecer a forma como a ideia de flunar, como uma operação que converge observação e vadiagem, para além das provocações Benjaminianas, influenciou esta tese:

“Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da

⁷ Para um panorama dos debates sobre os situacionistas e a cidade, ver: Jacques, 2003. Para uma abordagem situacionista sobre a deriva, ver: Debord, 1999.

vadiagem. [...] E de tanto ver o que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete. As observações foram guardadas na placa sensível do cérebro; as frases, os ditos, as cenas vibram-lhe no cortical. Quando o flâneur deduz, [...] ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas”. (João do Rio, 2012, p.22-23, grifos nossos]

Quando iniciei essa pesquisa, eu já atuava em coletivos culturais e políticos nas periferias de Maceió e as conhecia relativamente bem. Meus interesses gravitavam em torno das estratégias de sobrevivência dos moradores diante do cenário de privações em que viviam e da mobilização que faziam das redes de proteção agenciadas por organizações políticas, religiosas e criminais no bairro da Levada. As diferentes feições que as reflexões foram adquirindo ao longo do tempo têm a ver com os percursos que a convivência no bairro me abriam. Foi descascando fios de cobre e conversando com Dona Lúcia em sua calçada ou me somando às lutas organizadas pelos refugiados urbanos da mineração que eu era provocado a pensar sobre minha própria condição urbana.

Em 2018, após receber o convite para construir uma brigada urbana do MST em Alagoas, passei a estar com frequência no bairro da Levada, uma das regiões mais estigmatizadas da cidade, localizada na região lagunar. Além de comparecer às atividades eventualmente organizadas no bairro, entre 2018 e 2020, eu passava as tardes de terça-feira e quinta-feira na sede do movimento no bairro. Durante esse período caminhei bastante pelas ruas estreitas divulgando as atividades realizadas pela brigada. Conheci moradores, vilas, becos, bares, mercearias, igrejas, bocas de fumo. Participei de reuniões com organizações culturais e projetos sociais. Presenciei enchentes, operações policiais, vivenciei os horrores da pandemia, quando a questão central se tornou não morrer de vírus ou de fome.

Em 2021, ao ingressar no doutorado, com as demandas das disciplinas, diminuí a frequência com que estava presente no bairro, passando a frequentar apenas as atividades que eram desenvolvidas por lá. Sempre conhecendo pessoas novas, ouvindo novas histórias surpreendentes. Mantive um contato mais frequente por telefone com Dona Lúcia e Claudio. Sempre procurando saber das novidades quando os encontrava na Levada. Nesse mesmo ano, me aproximei dos

movimentos de atingidos pela mineração em Maceió, podendo acompanhar mais de perto os desdobramentos do progresso na cidade, condensados no afundamento de cinco bairros em decorrência da atividade extrativa.

As reflexões sobre a relação ambivalente entre progresso e periferias urbanas ganharam uma maior fôlego na maneira como eu estava pensando o cotidiano na Levada a partir dos diálogos que pude estabelecer com outros pesquisadores na pesquisa coletiva intitulada *Conexões Marginais*⁸. A partir desse projeto, pude, por exemplo, acompanhar as trajetórias de trabalhadores intermitentes, que iam e vinham entre Alagoas e pequenas e médias cidades do Centro-oeste brasileiro. Me deslocando em ônibus clandestinos⁹, pude conhecer diferentes cidades que tomavam forma a partir desses deslocamentos agenciados pelo avanço da monocultura de soja e dos mercados ilícitos. Com esse mesmo projeto, pude acompanhar ainda histórias de pessoas, inscritas em diferentes gerações, que se deslocaram entre os interiores de Alagoas e as periferias de São Paulo. Se não são essas as histórias que compõem diretamente esta tese, certamente a partir delas pude encarar o modo como a marcha espoliativa do progresso incide sobre os projetos de vida das classes populares em diferentes posições no tempo-espaço (Amorim, Feltran, 2023).

Em maio de 2022 parti para São Carlos, para experienciar a vida acadêmica da qual fiquei privado durante o primeiro ano de doutorado, em virtude da pandemia. Quando desembarquei no aeroporto de Guarulhos, recostado a um poste, enquanto enrolava um cigarro para tentar espantar o frio da alvorada paulista, lembrei do

⁸ O projeto “Conexões Marginais: periferias, mercados ilegais e a expansão das facções criminais no Brasil”, é fruto da colaboração institucional entre as fundações de amparo à pesquisa dos estados de São Paulo e Alagoas, inscrito no edital 05/2019 (processo nº APQ2019041000071). O projeto, que tinha como principal objetivo compreender o fenômeno da expansão das facções criminais para o nordeste brasileiro, mobilizou entre 2020 e 2022 uma rede de pesquisadores de diferentes estados do país, em pesquisas de campo em Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. O principal produto do projeto está reunido no Dossiê *Conexões Marginais*, publicado na Revista *Novos Estudos Cebrap* em 2023.

⁹ Modalidade de transporte de passageiros que opera sem registro nos órgãos de regulamentação. Há diferentes tipos de ônibus clandestinos, que variam desde aqueles que estão regularizados em outra categoria de transporte, aos que operam sem nenhum tipo de regulamentação. Para burlar a fiscalização, os ônibus produzem sofisticadas redes de comunicação e rotas alternativas, que ao utilizarem estradas secundárias integram pequenas cidades aos grandes centros urbanos. Para uma leitura sobre a relação entre ilegalismos populares e formas de controle social ver: Hirata, 2012. Para uma perspectiva sobre a mobilidade clandestina de passageiros e mercadorias ver: Rodrigues, Andrade, Farias, 2025 e Pinho, Rodrigues, Zambon, 2023.

trecho de uma música de amigos, que em diferentes oportunidades embalou nossas frustrações com as oportunidades disponíveis em Maceió e ensejaram debates humorados sobre partir ou não de Maceió. Comecei a cantarolar o trecho: “Debaixo do sol / A gente vê quem é mais forte / Aqui cachorro amansa / Com bala de revólver / Dos 18 aos 29 / Só vejo caixas de mudança”, caindo na gargalhada ao iniciar o trecho balbuciado depois da estrofe: “Ele vai para São Paulo, ser estrela lá. Vai pra onde? Vai pra São Paulo, é? Que criativo”. Lá estava eu, em São Paulo, justamente para aguçar a criatividade.

Na semana seguinte, eu cheguei em São Carlos, onde, sobretudo a partir dos contrastes, pude refletir sobre a condição urbana de Maceió. Estar distante de Maceió, me ajudou, em alguma medida, a espantar o pensamento de que ao falar de Maceió, eu estava falando de uma cidade média brasileira. São Carlos sim era uma cidade média, que me dava a impressão de operar sob dupla dinâmica: a dos universitários e a dos moradores. Algumas vezes fui ignorado ou tratado com rispidez nos comércios. Não sei se pelo sotaque, pela pele negra tatuada, por parecer com os estudantes ou por tudo isso. Por conta de sua topografia acidentada, as menores distâncias se tornavam longas caminhadas, que me animavam. Buscando algo familiar, acompanhei alguns eventos de soundsystem em uma praça próxima à casa em que morei, tentei sem sucesso assistir aos jogos do Grêmio São Carlos, fui ao comércio popular e frequentei um bar de estudantes. No período de oito meses em que estive por lá, sempre que podia ia à São Paulo.

Em São Paulo, a diferença de escala se impunha diante de meus olhos. Experimentei pela primeira vez a sensação silenciadora provocada pelos ruídos da metrópole. Me desloquei de transporte por aplicativo, de ônibus, de trem, de metrô, caminhando. Sempre voltando os pensamentos para Maceió. Me impressionei com o comércio popular pujante da região do Brás, visitei quebradas nas zonas sul (Capão Redondo e Grajaú) e leste (Sapopemba, Cidade Tiradentes e São Mateus) que me lembravam regiões de Maceió, andei sob o olhar desconfiado de seguranças particulares na avenida Higienópolis e ri de como os prédios e casas na avenida Angélica ali próximas, faziam parecer qualquer coisa os prédios que encastelam as elites de Maceió. Desse período, retenho com maior entusiasmo as lições que tomei ao compartilhar com Gabriel a disciplina de sociologia urbana pela

qual era responsável na graduação de ciências sociais. Durante esse período me empenhei em exercitar as possibilidades analíticas com materiais múltiplos, sobretudo produtos de expressões artísticas, que em grande medida influenciaram a radicalização pela estética que adotei neste trabalho.

Ao retornar para Maceió, passei a organizar os cadernos com notas de campo, fotografias, entrevistas, recortes de jornais, sempre com a impressão de que não havia material suficiente. Enquanto rascunhava trajetórias com as anotações que tinha, retomei a visita aos interlocutores na Levada. Participei de conferências sobre o plano diretor de Maceió (atrasado há dez anos), acompanhei escutas públicas sobre os atingidos pela mineração, realizei mais um par de entrevistas, mas foi o exercício de vasculhar caixas empoeiradas com tralhas da família que me ajudaram a organizar as ideias. Comecei a escrever pequenas crônicas. Sobre acontecimentos que presenciei em campo, sobre lembranças da infância, sobre lugares da cidade, sobre meus familiares. Foi a partir desse exercício de escrita e reescrita que a tese começou a ganhar forma.

Organização do texto

Esta tese está organizada em duas partes, sendo constituída a partir de capítulos curtos¹⁰, onde desenvolvo os trajetos das personagens e suas experiências que produziram a cidade, bem como o trajeto da própria ideia de progresso. Ainda que carreguem em sua formatação certa cronologia, as imagens dispostas em cada capítulo se entrecruzam, tendo como referência minha própria trajetória, como em um movimento vital (sistólico e diastólico), que as dispõe para dentro ou para fora, sem sugerirem uma implicação lógica ou causal entre si.

Na primeira parte, intitulada *A maldição desta cidade cairá sobre nós* busco me debruçar sobre a minha condição urbana, explorando histórias de locais e pessoas familiares, que possibilitam dar vida aos percursos experimentados entre as situações limites condensadas na expulsão que as põe em movimento, e o estabelecimento na cidade por se produzir. Destaco nestes percursos, como os

¹⁰ Durante a organização do material e a escrita da tese, me foram muito úteis para refletir sobre a forma, os experimentos narrativos de Jorge Amado no romance *Suor* (2011), bem como as crônicas de Graciliano Ramos em *Linhas Tortas* (1976) e *Viventes das Alagoas* (1983).

itinerários moldaram de modo concomitante subjetividades, comunidades e a própria cidade.

No primeiro capítulo, me dedico a encarar minha condição urbana e o universo capaz de moldar minha experiência particular com a urbanização. Apresento a casa e o bairro onde cresci, através das histórias da vizinhança e da matriz de minha família materna, representada pelas figuras de minha bisavó e de minhas tias-avós, todas lavadeiras que descendo das matas alagoanas, chegaram à planície litorânea de Maceió, onde se estabeleceram nos arruados que surgiam entre a restinga e o mangue, na casa em que moldavam meus sentidos para o mundo.

No segundo capítulo, ainda no ambiente familiar, revisito os caminhos que me possibilitaram expandir a percepção sobre a cidade e experimentar outras geografias da terra e do povo, a partir do percurso entre o bairro do Prado e a casa da Cleide, minha avó paterna, na Chã da Jaqueira. Trato ainda, a partir da trajetória da família da Cleide, do contexto de transformações sociais ocorridos no universo canavieiro alagoano e pernambucano, que empurraram levas de sitiantes e moradores de usinas para cidades como Maceió.

No terceiro capítulo, dando continuidade aos percursos de deslocamentos territoriais e simbólicos de minha avó paterna, busco descrever o estabelecimento dos bairros populares, construídos expandindo a cidade na direção dos tabuleiros costeiros. Chamo atenção para como nesse processo se instituíram grupos de protegidos das elites que mediaram a gestão da ordem urbana. Por fim, mobilizando a trajetória de minha avó materna Ruth e seu marido Araújo, descrevo como a posição de intermediário das elites - no caso de Araújo um delegado da polícia - se traduz em projeto de mobilidade para grupos migrantes.

Na segunda parte, intitulada *Deriva nas ruínas* traço os percursos do meu exercício de caminhar sobre os escombros do presente, construído a partir da sensibilidade forjada nos episódios, lugares e encontros apresentados na primeira parte. Desta prospecção trago histórias dos diferentes tipos urbanos que cruzaram

meu caminho e tento esboçar as utopias tecidas no fio da navalha, que alimentam seus passos frente a um mundo de incertezas.

No quarto capítulo, ao fazer um balanço de minha trajetória como síntese das gerações migrantes em busca de melhoria de vida, exponho meus caminhos abertos para a cidade para além do ambiente familiar. A indignação desenvolvida pelo gosto por bandas punk que a partir da curiosidade sobre personagens históricas que apareciam nas bandeiras de uma torcida organizada foi convertida em interesse literário. A participação nos circuitos da cultura de rua que me levaram às ciências sociais e à militância no MST. Apresento ainda, a partir da minha posição de militante, o bairro da Levada, onde desenvolvi parte significativa do trabalho de campo e explico a face contemporânea do progresso a partir da história de Valmir, morador de um dos bairros afetados pela mineração.

No quinto capítulo, esboço uma reflexão sobre os projetos de vida e comunidade das personagens que cruzaram meu caminho no bairro da Levada e com quem compartilhei dias tranquilos de cerveja e conversa jogada fora e dias tensos, com intervenções policiais, episódios de fome e morte iminente. A partir das histórias de Matheus e Cícero, que ao conhecer a luta dos movimentos populares depois de situações que levaram suas vidas ao limite, dedicam-se a empreender lutas sociais, dei corpo ao que chamei de utopias movimentistas. A partir das histórias de Dona Lúcia e Ronaldo, moradores da Levada, que depois de uma vida de privações, abandono e violência, veem na palavra de Deus o alento para buscar novos dias, apresento o que chamo de utopias religiosas.

No sexto e último capítulo, a partir da história de Aninha, uma amiga que fiz, entregando marmitas para pessoas em situação de rua em Maceió, aciono o freio de mão nas histórias de busca por redenção em um paraíso terrestre ou divino, apresentando um breve contraponto, inscrito sob os signos da desesperança diante das promessas do progresso, mas também das utopias tecidas sobre as ruínas.

PRIMEIRO ATO

A MALDIÇÃO DESTA CIDADE CAIRÁ SOBRE NÓS¹¹

Adson Ney Amorim, 2024

¹¹ Título do álbum da banda Punk Ximbra, lançado em Maceió em 2016.

CAPÍTULO 1

De como me tornei urbano

Pra quem vem de lá, a restinga é esse belo enigma
Paraíso-estéril
Para nós, filhos alimentados de suas entranhas
Cada porto sem vila é desmembramento
Em cada coqueiro trôpego¹²
As ruínas desse povo a destilar solidão

Escrevi esses versos em 2017, quando cheguei em casa depois de assistir algumas apresentações de coletivos de cultura popular na praia de Pajuçara. As primeiras imagens me tomaram ainda na moto, quando eu voltava para casa, e na primeira curva de Jaraguá, o pôr do sol refletido na viseira do capacete, fazia tudo se apequenar. Naquela mesma curva, anos antes, havia uma favela comprimida entre o oceano, o porto, o prédio da Associação Comercial e a “cópia original” da estátua da liberdade, de que as elites da cidade tanto se orgulham.

Os atabaques dos afoxés ainda ecoando nos ouvidos, me trouxeram a lembrança, naquela curva, de quando na infância acompanhei meu pai desempregado em uma pescaria naquela favela. Mais do que vivo na memória, aquele cheiro dos peixes frescos sendo repartidos entre doses de cachaça, na infinidade labiríntica dos barracos de madeira.

Favela do Jaraguá. Enunciada como Vila dos Pescadores por lideranças comunitárias e movimentos sociais que tentaram resistir à sua remoção em 2014.

¹² Refiro-me aqui ao Gogó da Ema. Um coqueiro torto que existiu na praia de Ponta Verde, até ser derrubado pela maré em 1955. Durante muitos anos, esse coqueiro disforme foi mobilizado como o principal símbolo da cidade de Maceió. De suas muitas aparições “póstumas”, a mais notável foi a construção de um monumento em sua homenagem, nas imediações de onde tombou, durante o projeto de urbanização da orla marítima desenvolvido pela prefeitura em 1995.

Favela do Jaraguá. Mito fundador de Maceió, na perspectiva de um de seus mais influentes historiadores¹³. Favela do Jaraguá. Apontada diariamente como território do tráfico, pelos programas policiais na televisão. Favela do Jaraguá. Desmembrada e transformada em um centro comercial de pescados e artesanatos para a recepção dos turistas que desembarcam em cruzeiros naquele porto.

Esse pequeno fragmento de memórias, paisagens, discursos e experiências, que me levaram a produzir tais versos, me parece um bom ponto de partida para iniciar esse texto. Nesse emaranhado aparecem questões que constituem, de modo mais ou menos presente, a agenda de inquietações da qual essa pesquisa é fruto. As lutas dos pobres urbanos, as dinâmicas de expulsão, o discurso incriminador, a projeção turística da cidade. Todos tão latentes, que com esse fragmento, me parece possível, abrir uma janela que torne legível para mim e para o leitor, o objeto dessa pesquisa: os conflitos em torno da produção e destruição da ordem urbana em Maceió, Alagoas.

Figura 3: Estátua da liberdade com Favela de Jaraguá e porto ao fundo



Fonte: Portal de notícias UOL.

Inquietações, aliás, que se confundem, em alguma medida, com minha trajetória pessoal. Nasci e cresci na década de 1990, em um bairro popular em

¹³ Trata-se de Moacir Medeiros de Sant'ana, historiador que dedicou sua carreira à construção e manutenção do Arquivo Público de Alagoas.

consolidação, na Zona Sul de Maceió, região conhecida também como Parte Baixa. Essa é a zona de povoamento mais antiga da cidade, que passou por um processo de declínio com a expansão urbana, intensificada em meados da década de 1970. Motivo pelo qual aparece no imaginário da cidade, em uma posição ambígua: polo irradiador da “cultura popular” e território degradado pela pobreza e pela violência.

Quando acompanhei com minha mãe, apresentações de cultura popular nas praças; quando me deslumbrava com as festas nas arquibancadas durante as partidas do CSA que frequentava com meu pai; quando observei a escalada de tretas entre torcidas organizadas; quando vivi os rolês punk e testemunhei parte deles transformarem-se em uma cena hip-hop; quando vi vizinhos e colegas morrerem na ascensão da guerra nas periferias; quando percorri os circuitos de literatura marginal, no fundo, foi sempre a cidade, em suas tantas contradições, o que me interessava.

É bem verdade que apesar do interesse latente pela vida na cidade, cheguei a essa compreensão do mundo urbano como objeto de estudo, como consequência do percurso investigativo que trilhei até aqui. Durante o mestrado me dediquei a compreender os debates em torno de uma “identidade cultural alagoana” (Amorim, 2019). Não por acreditar em alguma particularidade imanente aos alagoanos, mas para entender as disputas políticas em torno das imagens dignas de representar Alagoas, que estavam sendo levadas a cabo por grupos emergentes de intelectuais, coletivos culturais e agentes de estado em Maceió, no final dos anos 2010.

Terra dos Marechais, terra da violência, terra da liberdade, terra de gente ilustre, paraíso das águas. Muitas foram as imagens evocadas por diferentes grupos, na tentativa de construir no “pós-redemocratização” uma cena pública na Maceió de traços autoritários. Imagens atravessadas pela produção de políticas públicas para a cultura (Magalhães, 2016) e o turismo (Vasconcelos; Araujo; Ramos, 2016; Vasconcelos, 2017), mas também pelas proposições de alternativas à pobreza e à violência, esses fantasmas que há muito assombram a cidade.

O exercício de acompanhar apresentações que buscavam reposicionar grupos marginalizados no ordenamento social, a partir de performances estéticas

em celebrações públicas, me aproximou decisivamente de coletivos culturais e movimentos sociais que atuavam nas periferias de Maceió. A partir de tais relações, pude encarar de perto os dilemas e a busca por horizontes das classes populares em torno da vida urbana em transformação.

No trabalho das ONGs com crianças, buscando “salvá-las” da violência; no plantão dos olheiros que observam o movimento da avenida principal da entrada de um beco; no percurso dos jovens que escutando música em caixas de som portáteis, caminham em direção às praças; nos comerciantes informais que cruzam uma avenida empurrando seus carrinhos de mercadorias no fim da tarde; nas conversas que atravessam as tardes enquanto se descasca fios de cobre que serão vendidos em galpões de reciclagem; nos grupos de oração que peregrinam às casas dos mais necessitados, ofertando-lhes uma palavra amiga; nos passos inquietos de bêbados e noias que vão e voltam pela avenida durante todo o dia; nas mãos de irmãos e irmãs que carregam suas bíblias na direção de alguma das muitas igrejas evangélicas, foi a pluralidade de caminhos e alternativas frente a uma cidade que em seu percurso de transformações intensas produziu essas trajetórias e parece as repelir, o que tem me chamado mais atenção.

Mas de qual cidade falar? O universo de formulações imagéticas que ganharam força nos debates sobre Maceió ou mesmo sobre Alagoas na última década, não parece comportar a pluralidade de percursos dos marginalizados em nome dos quais busca falar. No meio da busca por um sentido para ideias como “mundo popular” em torno do qual organizar um pacto comunitário, há expressões periféricas desestabilizando os consensos. Há ainda a gramática da violência urbana, empilhando corpos e produzindo lucro; como também minas de sal-gema em colapso, provocando rachaduras em casas, salinizando as águas da laguna, abrindo crateras nas ruas, produzindo uma nova leva de exilados em cinco bairros.

É verdade que a posição de onde parto é especificamente localizada: uma pessoa da terceira geração de uma família de migrantes, que nasceu durante a década de 1990 e viveu boa parte da vida em um bairro popular em vias de consolidação. Os interiores de Alagoas, portanto, sempre foram um tanto distantes para mim. Salvo duas ocasiões em que meu pai trabalhou como gerente comercial

no agreste (primeiro em Palmeira dos Índios, depois em Arapiraca) e pequenas excursões do time de futsal da escola, a tradução de Alagoas na imagem do asfalto gasto cortando léguas sem fim de canaviais, impregnada pelo cheiro de cana queimando nas caldeiras ou no eito foi trajeto raro na geografia afetiva da minha existência. Sendo sincero, até a adolescência, eu me habituei a sair pouco da zona sul de Maceió.

Lembro-me de como achei incríveis as ruas de canteiros e praças largas do Eustáquio Gomes e do Benedito Bentes, quando aos doze anos nosso time excursionou pela parte alta de Maceió. Ia no ônibus, desligado das conversas dos colegas, atento à paisagem que me trazia a sensação de estar em outra cidade todas as vezes em que cruzava a avenida Durval de Góes Monteiro, com os seus terrenos descampados e galpões, que naquela época me soavam industriais. Aquela altura de minha vida, tudo o que me importava estava a alguns minutos de caminhada. Aquele era o meu mundo: as ruas estreitas, as casas antigas, cravadas na porção plana de terra entre o oceano e a laguna, o apito do trem, a avenida de canteiro estreito próxima da casa de tijolos expostos em que cresci, na rua Vinte e Um de Abril, no bairro do Prado.

Caminhando, eu podia chegar ao Centro, ao estádio de futebol, à Praça da Faculdade, à Praia do Sobral, à feira livre da Levada. Também era possível caminhar por meia hora e chegar ao colégio em que estudei a maior parte da minha vida escolar, que ficava dois bairros adiante, no Vergel. Minha mãe, preferia pagar um transporte escolar, com receio de que me envolvesse nas antigas tretas de bairros. Era também uma questão de praticidade, já que para ir de ônibus até o Vergel, era preciso caminhar por mais de dez minutos até o ponto. Um esforço que não compensava, pois o trajeto até a escola consistia em seis paradas.

Era comum que amigos visitassem familiares no interior durante as férias ou datas comemorativas. Não era o meu caso. Os dois ramos da minha família tinham raízes remotas nas matas ao sul de Pernambuco e norte de Alagoas, há muito estabelecidas em Maceió. Meu pai nasceu e cresceu na casa de seus avós em um engenho pernambucano. Vindo morar em Maceió para concluir o ensino secundário, quando passou a morar com sua mãe na Chã da Jaqueira. Sua mãe estava em

Maceió há bastante tempo. Visitá-la aos fins de semana, era a experiência que mais me distanciava da parte baixa.

Minha mãe, por outro lado, nasceu na zona sul de Maceió e passou toda a sua vida nesse espaço da cidade, tendo até hoje o costume de avaliar como distante qualquer destino que precise de transporte. Para ela, os interiores só estavam presentes nas histórias contadas por sua avó e suas tias, que descendo pelas matas de Pernambuco, se estabeleceram no aterro sobre o mangue, em que hoje está a casa da rua Vinte e Um de Abril. Minha avó materna, por ser a filha mais nova, já nasceu em Maceió. Há também nas lembranças de minha mãe, passagens do interior, das poucas vezes em que visitou seu pai, que trabalhou como delegado em diferentes municípios.

Para mim, acostumado a medir distâncias em minutos caminhados, o universo das ruas se expandiram vertiginosamente na adolescência. Desbravar os becos do Vergel. Caminhar de madrugada pelo Jaraguá. Andar de ônibus para encontrar com amigos e ouvir um som era sempre terapêutico. Os bairros vizinhos, mas também os mais distantes, passaram a ser cada vez mais familiares. Amigos que moravam no Vergel, no conjunto Joaquim Leão, na Levada, na Ponta Grossa, no Trapiche, no Jacintinho.

Essas condições específicas, tornaram-me uma pessoa completamente assimilada a essa região da cidade. Produzi-me enquanto indivíduo nessa configuração. Criado em uma pequena casa, fruto de autoconstrução em que vivia com uma família extensa urbanizando-se. Um cenário que me impregnou pelos sentidos populares de origem rural, acomodados no espaço urbano em transformação. De modo que a cidade, ou ao menos essa sua face tornaram-se para mim, lugar comum.

Na adolescência, um rolê ou outro com bandas punks em Arapiraca ou Delmiro Gouveia, depois as caravanas para assistir aos jogos do CSA, aos poucos foram me dando uma pequena dimensão dos interiores de Alagoas. Lembro-me de que foi no início da graduação, em 2011, quando conheci meus colegas de turma,

que com espanto e curiosidade, pela primeira vez estive diante do convívio com um grupo de pessoas em que a maioria não fosse de Maceió.

Esse certamente foi um evento decisivo para ampliar minha percepção sobre as coisas. Dos quarenta estudantes que compunham minha turma durante o primeiro semestre, somente três ou quatro nasceram ou moravam em Maceió. As novidades que descobri nas ciências sociais e a convivência com os colegas que traziam consigo outras questões, em pouco tempo, desestabilizaram por completo minha familiaridade com as coisas de Maceió.

De certo modo, descobri-me assim urbano: pelo contraste. As histórias das pessoas que conheci nas periferias de Maceió, minha atividade política junto a acampados e assentados do MST, mas sobretudo minha relação com Weldja, cuja família tem raízes na zona da mata alagoana, me levaram à uma convivência mais próxima com as classes populares dos interiores do estado e seus trânsitos com a capital. Dessa constelação de encontros, a certeza da impossibilidade de compreender Maceió como formação urbana sem compreender os caminhos abertos entre os engenhos, povoados e a cidade.

Álbum de família

Durante uma arrumação após o falecimento de minha avó materna, descobri um álbum de família. Guardei o objeto, tendo nutrido durante algum tempo certa curiosidade sobre aquele conjunto de fotografias de desconhecidos, dos quais eu me sentia tão próximo. Não conseguindo muitas informações, preservei-o como recordação. O álbum me chamava atenção não apenas pelo conteúdo, mas sobretudo pela bricolagem que lhe conferia forma. Duas folhas de papelão cobertas com papel de presente branco, adornado com detalhes florais em cor de rosa, formavam a capa que protegia o miolo de papel cartão. Nas páginas iniciais, fotografias 3x4 emoldurando expressões sérias e roupas formais. Aqui e ali, cartões postais de paisagens cariocas, contrastando em absoluto com as fotografias. Mais adiante, pequenos registros de eventos: desfiles cívicos, formaturas escolares ou religiosas. Tudo com aspecto muito formal, quase inexistindo registros de cenas do cotidiano ou do ambiente doméstico.

Retomei o álbum apenas mais recente, pensando em sua condição de documento. Buscando encontrar naquelas fotografias alguma sorte de resíduo da passagem de suas personagens pela vida. Esbarrando novamente na limitação de não saber sequer o nome da maior parte daquelas pessoas. Depois de alguma insistência com a história das fotografias, minha mãe me explicou que tinha feito aquele álbum, por volta dos seus dez anos, durante uma oficina de arte na escola. Não achava que essa informação fosse me interessar, por isso não me contou antes. Mas aquilo me interessava. O álbum era então, presente da minha mãe para a minha avó. O que me transmitia certa ideia de uma hereditariedade embaralhada.

Essa conversa abriu um horizonte, até então nublado. A atividade da oficina de artes consistia em produzir alguma lembrança para um familiar. Minha mãe decidiu fazer um álbum de fotografias, pois minha avó costumava guardar fotos de pessoas queridas. Eu achei aquilo interessante. A despeito das limitações de acesso à câmeras fotográficas na década de 1970, minha avó se dedicava, a seu modo, a colecionar imagens de seus familiares e amigos. A informação é que havia fotógrafos itinerantes que realizavam registros de eventos, oferecendo pacotes de fotografias para as famílias. Outros produziam fotografias 3x4 em máquinas conhecidas como lambe-lambe. Modalidade mais barata e instantânea que garantiu boa parte da coleção. Com o álbum, Ruth produziu uma sorte de relicário familiar com as fotografias e postais que trocava com amigos e parentes. Muitas ainda com marcas de carimbo dos documentos dos quais foram retiradas.

A informação de que aquelas fotografias eram fruto de trocas, me levou a olhar com mais atenção para o álbum, buscando por vestígios pouco aparentes de seus remetentes. A partir de uma fotografia com as pontas descoladas, descobri as dedicatórias existentes nos versos, ocultadas pelo papel que lhes servia de suporte. Passei a me aventurar em um jogo de luz e sombra, na busca por mais informações. O simples movimento de pôr uma luminária contra as páginas foi suficiente para encontrar datas, nomes de pessoas, identificação de lugares, dedicatórias. Textos curtos, espremidos no espaço disponível. O suficiente para informar aos familiares distantes que se estava bem, para demonstrar afeto, ou mesmo apresentar os lugares distantes.

Em uma das dedicatórias, um ponto de partida para a perspectiva que adoto ao longo deste trabalho. “Minha querida irmã Cícera é com grande satisfação que envio-te esta fotografia, para teres na lembrança quem não te esquece um só momento. (RS)”. Na evocação discursiva da lembrança, a dedicatória promove a conexão entre os instantes vividos com a pessoa querida e a fabricação imaginativa do momento presente de quem a aciona. Na fotografia está contida a fagulha de que falava Benjamin (2009), capaz de ativar essa dialética na imobilidade. Como para mim, nesse instante, separado por seis décadas desses registros, buscando conferir-lhes sentido nesse sincronismo de épocas distintas. Arrastando os acontecimentos do instante em que foram capturados para o tempo presente, na busca de produzir com essas constelações de momentos, um novo cronotopo (Benjamin, 2009; Bakhtin, 2014).

Esse exercício parece-me produtivo, na medida em que possibilita dar um passo adiante no modo como objetivamente descrever o estado de coisas presentes da cidade. Isto é, produzir uma história urbana de Maceió em que caibam as tramas de suas personagens urbanas. Não se trata de despertar o interesse em produzir um exame minucioso das fotografias, mas a história do álbum, em certo sentido, me provocou a buscar na memória um fundamento para perscrutar a cidade. Não uma memória patrimonial ou interessada em efemérides, mas uma busca de traduzir os percursos dos viventes na inscrição da cidade. Uma memória, portanto, capaz de mobilizar os mortos de seus túmulos para ser capaz de encarar a catástrofe presente. Produzindo, como na acepção de Simmel (2018) uma compreensão do presente distante da ideia de uma mera pontualidade, mas composto a partir de um movimento que se estende para trás e para frente na própria concepção do objeto.

Esse exercício de transcendência, nos possibilita escapar por um lado de uma perspectiva imediatista, inscrita na volatilidade do agora; por outro, da armadilha teleológica que busca entender a realidade urbana de Maceió a partir de uma modernidade incompleta, a se cumprir. Quer dizer, a proposta encampada por esse trabalho é fazer uma sociologia da cidade partindo do cotidiano popular, mas ancorada numa objetivação da memória, que busca reconciliar pela narrativa, diferentes percursos do tempo-espço da urbanização. Produzindo aquilo que poderíamos definir como uma história urbana à contrapelo.

A casa no Prado

O bairro do Prado, está localizado na planície litorânea de Maceió, fazendo fronteira com o Centro da cidade e os antigos trapiches próximos à região lagunar. Essas condições geográficas possibilitaram que a região onde fica o bairro se constituísse como uma das áreas de ocupação mais antigas da cidade. A princípio como região de passagem a partir da estrada e da linha férrea que ligavam o núcleo do povoamento ao distrito do Trapiche da Barra. O marco de ocupação da região está na construção de equipamentos e instituições públicas entre o final do século XIX e o início do século XX. Em 1855, o Cemitério Nossa Senhora da Piedade; em 1887, o Asilo de Alienados; em 1891, o Quartel do 26º Batalhão de Infantaria, que nas primeiras décadas do século XX deu lugar ao orfanato Juvenópolis e à Faculdade de Medicina. De lugar de passagem e reduto de instituições correccionais, o bairro foi tomando forma a partir de arruados abertos por pescadores, trabalhadores dos trapiches e desvalidos que encontravam abrigo entre os sítios abandonados.

Figura 4: Vista do bairro do Prado em 1944, com destaque para o prédio do quartel e para o descampado que daria lugar à Praça da Faculdade



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

A casa da rua Vinte e um de Abril, em alguma medida, durante muito tempo foi minha porta para o mundo. Por lá escrevi meus primeiros passos pelo que

entendo por cidade. Não apenas pela importância do ambiente doméstico na socialização, mas pelas entradas que me foram fornecidas a partir daquela casa, para o mundo popular. Os mutirões de limpeza e construção no terreno, as festas populares na vizinhança, a paixão pelo futebol, as superstições, o zelo com os santos, as histórias dos mais velhos da rua. Depois o medo dos cheira colas, da gangue fardada, dos acertos de conta.

Figura 5: Mutirão de limpeza do terreno na casa do Prado



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Da última vez em que estive por lá, parei para observar a rua em suas tantas nuances. Achei engraçado que a essa altura, eu concorde com minha mãe, que sempre se queixou sobre a rua ser morta, pouco movimentada naquele trecho. Digo isso, pois para mim a rua sempre se apresentava como um universo inesgotável de possibilidades. É bem verdade, que indo em direção à avenida principal, o movimento era mais dinâmico. Mas em nosso quarteirão havia vida sobre diferentes ritmos. Uma loja maçônica, a sede de um clube social, uma oficina mecânica, um lava a jato, um escritório de contabilidade, um centro espírita e uma pequena birosca. Cada um a seu modo tecendo meu imaginário por diferentes temporalidades.

Os maçons que chegavam em carros escuros durante a noite; as senhoras de passos lentos que frequentavam aulas de bordados no Clube das Mães; os pouquíssimos donos de caminhões que sentados, jogavam cartas em uma imensa pedra rachão na frente da oficina; o vai e vem de carros do lava a jato interrompendo as partidas de futebol na rua; os trajes das pessoas que eu julgava serem importantes entrando e saindo do escritório; a serenidade do salão lotado do centro espírita em contraste com o alvoroço de qualquer dia na birosca.

Hoje, movimento somente do lava a jato e do bar. Em algumas noites, uma tímida movimentação no centro espírita e na loja maçônica. Boa parte da vizinhança se foi. As casas foram reconfiguradas. Subiram os muros, derrubaram as árvores. Nada de arabescos, beiras ou alpendres sobre as janelas abertas. Os velhos paralelepípedos, salvo os remendos asfálticos, resistem. Adornados pelo azul e branco do CSA, como se durante o ano inteiro fosse copa do mundo. A escadaria da loja maçônica segue intocada como abrigo às rodas de fumo de adolescentes.

A casa de minha mãe também já não é a mesma. Calçada em cerâmica, portão largo de ferro, muro alto, uma cerca elétrica que já não funciona. Mudanças que ocorreram no início dos anos 2010, com o crescimento do desejo por segurança. A árvore na calçada, anos atrás caiu durante uma chuva forte. Deu lugar a um pequeno canteiro com espadas de São Jorge. Ao passar pelo portão, há agora uma garagem coberta, fruto dos planos frustrados de adquirir um carro, onde muitas plantas se espalham entre vasos e um pequeno jardim de inverno. Reparei nas marcas de infiltração na pintura da sala, nas breves rachaduras em um trecho do corredor. Lembrei dos anos a fio em que aquelas paredes foram sendo lentamente moldadas. Cômido por cômido. Pensei na morfologia de outros tempos, nas diferentes configurações que a vida foi tomando naquele espaço.

A primeira imagem que me vem à cabeça é a da antiga grade que se estendia sobre a meia parede por quase toda a fachada. Pendurado àquela grade, eu tinha meu primeiro posto de observação. Passava horas dando conta de quem ia e vinha pela rua. O terreno da casa, nessa época ficava acima do nível da rua para evitar inundações no período chuvoso. Não havia garagem ou sala, mas um terraço de chão batido com alguns cactos e um pé de laranja que nós chamávamos de

jardim. Mais adiante, um balanço de ferro me servia como trave para brincar de goleiro com um vizinho. Dessa área, passávamos por uma passarela cimentada até a porta da casa que dava direto para o corredor. O piso da casa era de cimento queimado, as paredes tinham tijolos expostos. Na sequência vinham o quarto que eu dividia com meus pais e minha irmã, depois o quarto em que dormiam minhas tias-avós, Lurdes e Cícera.

Nessa época vivíamos nós seis, os dois quartos, a cozinha e o banheiro, concentrados no meio do terreno. Havia cobogós na cozinha, que pelo fim da tarde formavam uma bela sombra florida no chão. O teto baixo e sem forro permitia sentir os respingos em dias de chuva forte e o vento da primavera com seu urro assustador. Depois de uma porta de madeira dividida ao meio, reinando absoluto sobre o terreno, estava o quintal. Repleto de plantas de axé, ervas e frutíferas, das quais um velho cajueiro foi meu maior companheiro.

A configuração atual da casa parece carregar certa ironia sobre a vida. Depois de tanto esforço para torná-la mais confortável para a família, restam uma moradora, quatro banheiros, quatro gatos e três quartos desocupados. Já estive tão cheia quando pequena. Hoje, tão espaçosa e tão vazia. Entrar no que hoje é um silencioso quarto de visitas, onde guardo meus discos, me transporta para outros tempos em que a casa abundava presença. O cheiro marcante de velas por acabar, misturando-se com o de alfazema e leite de rosas. Todo o espaço preenchido. Não por discos que não tocam, mas pelo som dos aparelhos de rádio mal sintonizados, muitas vezes na mesma estação.

Havia duas camas paralelas que ficavam de frente para a porta e um guarda-roupa em cada lado desse quarto. Tudo sempre em dobro. Com exceção da cômoda, no canto esquerdo, à frente da cama da tia Lurdes. Exemplar único, discreta. Guardando em segredo sobre suas portas a encantaria do Xangô alagoano¹⁴. Em cima, uma toalha de renda branca, cuidadosamente alinhada,

¹⁴ Tradição religiosa que incorpora elementos afro-indígenas e do catolicismo popular, fortemente marcada por uma dimensão de discrição e segredo, muitas vezes traduzida no esforço de manter escondidos ou reduzidos discursos, práticas e instrumentos religiosos. Essas características são compreendidas como consequências dos episódios de perseguição, queima e destruição de terreiros e filhos de santo que ficaram conhecidos como Quebra de Xangô de 1912. Levando muitas casas de santo de Maceió a fecharem as portas, mas também à adoção de mudanças ritualísticas que encobrissem os sons dos atabaques. Para uma discussão sobre o Quebra de Xangô ver: Rafael,

repousando castiçais e pequenas imagens de santos católicos. Na parede um quadro de São Jorge com moldura arredondada de madeira escura entalhada, que costumava fixar minha atenção.

Sob os pés dessa cômoda, durante anos, escutei atentamente as histórias de tia Lurdes sobre Aruanda. Recebia as bênçãos de um preto velho e de uma cabocla que chegavam ao menor sinal de necessidade. Ali, também trocávamos periodicamente a água das quartinhas dos santos e ouvíamos pelo rádio os jogos do CSA quando não havia dinheiro para o ingresso. Cruzando os dedos em figa e balançando as mãos para frente, como que a afastar as investidas do ataque adversário.

Na Vinte e Um de Abril, também a vizinhança modulava meus sentidos com suas histórias. Seu Hercílio, velho mal humorado que todas as tardes colocava uma cadeira na calçada, implicando com as crianças. Uma bola que lhe batia no portão era furada, cavaletes eram postos na calçada para impedir que se passasse de bicicleta, culminando nos gritos de “filhas da puta” com quem se aventurava. Depois veio o relho, que estalava com uma satisfação cínica para assustar as crianças. Diziam ter sido vaqueiro nas bandas de Viçosa, até se mudar com a esposa Bernadete para a Vinte e Um de Abril pelo início dos anos 1960.

Dona Tertulina era uma das mais velhas a ocupar aquele pedaço. Beirava os noventa anos durante minha infância. As crianças ficavam curiosas com aquela história de noventa anos. Vê-la era raro, mas vez ou outra aparecia debruçada sobre a janela de sua casa. Negra corcunda e engelhada, com o lenço desbotado amarrado na cabeça, intrigando as crianças sobre sua história. Seu filho Bartolomeu era radialista e conduzia um programa famoso em uma rádio que ficava no bairro. Negro alto de voz grave, com o bordão sempre engatilhado: “Bartolomeu na área. Alô, alô, sempre comunicando”.

De tantas figuras, nossa vizinha imediata, isto é, a que morava ao lado de nossa casa, foi quem mais me marcou. Alaíde beirava os sessenta e tantos anos

2012; Andrade, 2014. Para uma perspectiva das repercussões do evento ver do documentário de Siló Amorim “1912: O quebra de Xangô (2006) [disponível em [1912 - O Quebra de Xangô](#)];

quando a conheci. Pele retinta, o cabelo alisado em coque coberto por uma touca telada, saias longas e camisas sociais, sempre engomadas. Usava um óculos minúsculo, brincos perolados e tinha um cheiro marcante de perfume amadeirado. Foi professora dos anos iniciais do antigo Colégio Ferroviário, que ficava três quarteirões adiante. Seu falecido marido, era ferroviário, categoria muito estimada na primeira metade do século XX, pelo que contam os mais velhos.

Essa origem ocupacional, justificava para a vizinhança o ar de autoridade com que a tratavam. Também as acomodações de sua casa, que na época era melhor estruturada do que a maior parte das outras casas da rua. Muro baixo, jardim com roseiras, portas largas de ferro, fachada branca com um mosaico de azulejo centralizado acima da porta. Na entrada, uma ante sala equipada com pares de cadeiras de madeira escura e palha indiana. Do lado esquerdo, a porta do primeiro quarto, sempre trancada. Logo depois, uma sala de TV com mobília antiga, da qual uma mesa de telefone me chamava atenção.

Do segundo quarto era possível acessar o primeiro, cuja porta principal estava sempre fechada no lado esquerdo da sala. Era uma mistura de biblioteca e oratório. De um lado, estantes de madeira abarrotadas de enciclopédias e livros de capas escuras, que pareciam intocados há bastante tempo. De outro, estantes repletas de antigas imagens de santos católicos, em uma disposição completamente diferente. Acima, na parede, disputando a atenção, uma imagem tridimensional de Cristo e uma fotografia de Fernando Collor, da época em que foi presidente.

Alaíde era figura importante do grupo de beatas da centenária Igreja de São Benedito, que ficava no centro da cidade. Nesta igreja se organizou uma combativa irmandade de pretos nas primeiras décadas do século XIX, que como a rede de ferroviários, prestava assistência aos seus. Com ar de autoridade, dava esporro nos meninos que faziam muito barulho ao brincar na rua, com a mesma intensidade com que oferecia doces quando nos julgava comportados. De sua posição na igreja, buscava ser uma espécie de orientadora da vizinhança. Foi assim que convenceu algumas mães da necessidade de educação religiosa das crianças. Aos sábados se tornou minha professora de catecismo.

Lembro do livrinho cor de rosa, com ilustrações infantis, mas pouquíssimo do conteúdo do livro. As aulas aconteciam no anexo da centenária igreja de São Benedito. Da igreja, lembro-me do silêncio e das imagens assustadoras dos santos. Até gostava dos ensinamentos de amor ao próximo e era aplicado nas lições. Mas preferia mesmo conversar com as outras crianças durante os intervalos e ao final das aulas. No anexo havia um pequeno cemitério de membros da fraternidade, que gostávamos de visitar. Padres e escravizados libertos compartilhando os mesmos jazigos com inscrições em latim e algarismos romanos. Havia ainda na entrada lateral da igreja, uma caixa com pequenos papéis enrolados, de orações para as santas almas. Esse apelo aos mistérios de um sobrenatural mais próximo dos humanos me pegava. Eu via a tia Cícera conversando com as almas. Pedindo-lhes conselho, proteção ou repreendendo-lhes por algum incômodo: “você é besta, sinha puta. Me fazendo susto uma hora dessas. Vá pro seu canto”.

O Prado, aliás, era conhecido por histórias fantásticas. Mais do que pela antiga pista de corrida que lhe dera o nome, o bairro era famoso pelos dois principais e mais antigos cemitérios públicos de Maceió, que ficam na avenida principal. Mais próximo ao centro, o Nossa Senhora da Piedade e nos limites com o Trapiche, o São José. Em cada um deles, ao menos uma história que mobilizava gente de toda a cidade, sobretudo em novembro, no dia de finados. Na Piedade, a Mulher da capa preta; no São José, o Menino Petrócio. Histórias contrastantes em termos de classe e sentido, que se equalizavam na crença popular.

Do Menino Petrócio, sabe-se que foi entregue pela mãe à Casa do Pobre, no Vergel, pela situação de pobreza extrema pela qual passava a família após o falecimento de seu pai. Enquanto esteve no orfanato, Petrócio se dedicou ao auxílio das freiras, tendo forte interesse religioso. Sua dedicação vocacional foi interrompida em 1936, quando aos onze anos morreu de febre tifoide naquela instituição. Os depoimentos do padre ao jornal *O Semeador*, indicando que no último dia de vida o menino teria afirmado preferir ir para o céu a melhorar, pois de lá poderia garantir que não faltaria pão à mãe e aos órfãos, renderam notabilidade ao defunto. Mas a história dos milagres e a beatificação produzida por seus iguais nas ruas, ganham contorno anos mais tarde, quando uma de suas irmãs se recupera de uma febre após rogar pela intervenção do menino santo.

De Carolina, a Mulher da capa preta, por outro lado, sabe-se que era prima e esposa de Sampaio Marques, importante médico de Maceió e que morreu no início do século XX, aos 52 anos. Diferente de seu famoso homônimo masculino, Tenório Cavalcanti, não se notabilizou pela violência política tão comum por essas bandas. O feito que lhe conferiu fama, não tem a ver com milagres, tampouco com seus feitos em vida. O que a torna marcante no imaginário popular é um evento singular, que se autonomiza de sua existência, ganhando vida própria.

Conta a história que na década de 30 do século XX, durante um baile em um sobrado no Centro, um rapaz se interessou por uma garota muito tímida com quem dançou durante toda a noite sem trocar muitas palavras. Seu nome era Carolina. Próximo à meia noite, a moça se despediu, informando que precisava ir para casa, pois havia saído escondida da família. O rapaz se oferece então como companhia. Como estava chovendo, cobriu-lhe com sua capa durante o trajeto até o Prado. Da esquina, Carolina apontou sua casa para que o rapaz buscasse a capa no dia seguinte.

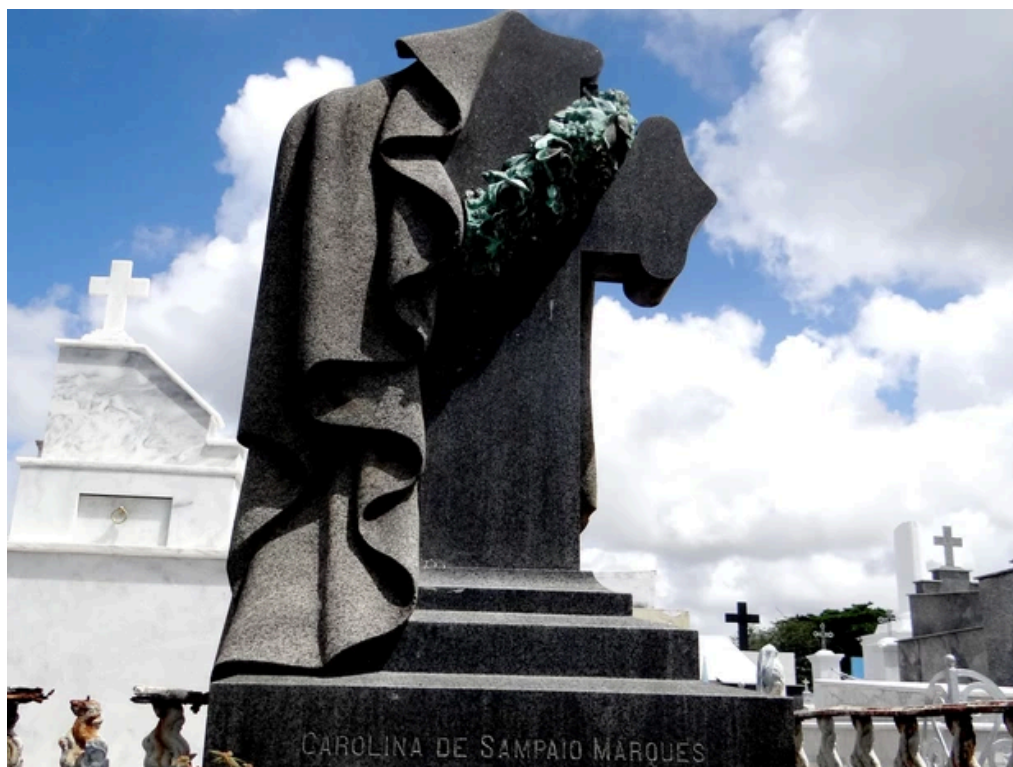
Ao ir buscar a capa, pensando que daria sequência ao flerte, o rapaz descobre que naquela casa não morava nenhuma jovem. Carolina era o nome da filha falecida há anos. Incrédulo, o rapaz de nome desconhecido e irrelevante, acompanhou os familiares até o cemitério nas imediações em que deixou sua acompanhante no dia anterior. Para a surpresa geral, em cima da lápide, a capa

Na Vinte e Um de Abril, minhas tias se inscreviam nessa oralidade do bairro, subvertendo. Santificaram um menino pobre, que morreu sem assistência médica e tornaram assombração uma dama da boa sociedade. Não importava o argumento de que na lápide em mármore preto, estivesse esculpido o manto de Cristo sobre a cruz, homenagem do marido famoso de Carolina, que repousa no jazigo ao lado. Acreditavam em Dona Carminha, vizinha e antiga cliente, quando nos afirmava ser parente da Mulher da Capa Preta. Puxando uma longa árvore genealógica, justificando que a lápide era uma homenagem posterior. Quando aos dez anos fracturei o braço, levaram um molde de gesso para o túmulo do Menino Petrócio, agradecendo ao pobre santo pela pronta recuperação.

Eu mesmo, cresci fascinado com as histórias. Acompanhando anos a fio um bloco carnavalesco que enquanto existiu, saía meia noite da porta do cemitério, homenageando a Mulher da capa preta: “Deu meia noite já é sexta feira / Toda alegria é em Maceió / A capa preta sai do cemitério / Com essa mulher eu vou raiar o sol / É lá no Prado tanta euforia / Só alegria, sem assombração / Não tem mistério, só fantasia / A capa preta se faz de emoção / Ai ai, moça bonita / Contigo eu vou brincar / Mulher da capa preta, venha comigo bailar”.

Almas santas ou penadas, meninos pobres milagreiros, beatas, loucos, histórias que a seu modo inscreviam também a cidade. Moldando os sentidos, abrindo os caminhos, acomodando o cotidiano das gerações que produziam aquele espaço que se urbanizava.

Figura 6: Lápide da Mulher da Capa Preta



Fonte: Fotografia de Carolina Sanches para o portal de notícias G1-Alagoas

As lavadeiras

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa; a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer”.

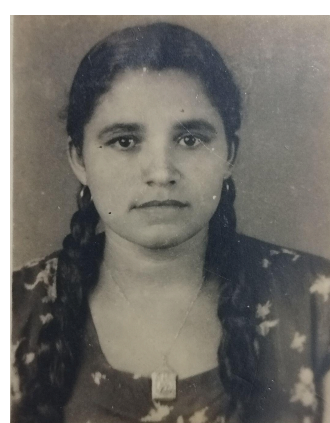
Graciliano Ramos



Cícera



Eduvirens



Lurdes

A história da casa na rua Vinte e um de abril iniciou com Eduvirens, a avó de minha mãe. Descendente de indígenas dispersados dos aldeamentos extintos no final do século XIX (Silva, 2020), nasceu em 1911 no município de Capela. Como tantos de sua geração, transitou entre as regiões de matas ao sul de Pernambuco e norte de Alagoas, buscando refúgio sob a tutela de patrões em engenhos e fazendas.

No percurso, teve duas filhas de pais diferentes, que a abandonaram. Viveu com as filhas como sitiante, até conhecer Salustiano, companheiro com quem dividiu os infortúnios e criou as filhas até o fim da vida. De engenho em engenho, desceram os quatro até se instalarem na planície litorânea de Maceió, onde tiveram uma nova filha. O terreno no Prado foi adquirido por Salustiano a partir dos serviços prestados como pedreiro que o trouxeram à Maceió durante a década de 1940. Na cidade que se erguia, Eduvirgens ganhou a vida como lavadeira.

Figura 7: Casas no Prado em 1947



Fonte: Acervo do IHGAL.

Quando meus pais vieram, em 1991, morar no que hoje é a rua Vinte e Um de Abril, Salustiano e Eduvirgens já haviam falecido. O arruado, já em forma, guardava ainda vestígios do período em que foi aberto sobre o limite do mangue com a restinga. Poucas casas distribuídas em terrenos majoritariamente estreitos e compridos sobre o solo arenoso de chão batido. No terreno da família, existia apenas uma pequena casa de taipa, centralizada. Nos fundos, um banheiro e uma lavanderia de cimento improvisada, próxima da cerca de madeira gasta que delimitava o terreiro.

O jovem casal, que acabara de ter sua primeira filha, recebeu das tias maternas de minha mãe, uma parcela do “sítio” para que construísse sua casa.

Antes que a construção tomasse forma, durante o verão daquele ano, a casa de taipa veio ao chão, modificando os planos. Os materiais de construção, comprados com o dinheiro de rescisões contratuais, foram utilizados para reerguer a casa no centro do terreno. Dessa vez em alvenaria, com um banheiro e água encanada. O projeto da família recém formada ficaria para depois. Com meu nascimento em 1993, os planos mudam novamente: uma só casa para todos, que seria expandida aos poucos.

Lurdes era a irmã mais velha da família. Nasceu em 1929 na mata norte de Alagoas, no município de São José da Laje. Veio para Maceió ainda criança, acompanhando a mãe Eduvirgens e seu companheiro Salustiano. Pele clara, cabelos finos e compridos, sempre amarrados em coque. Óculos preto de formato arredondado repousando sobre a ponta do nariz, que lhe conferiam um ar sisudo. Corpo volumoso, estatura média, sempre vestindo saias e camiseta. Desde que a mãe adoeceu, virou responsável pela casa. Que pesem os cochichos de que fosse solteirona ou mulher-macho, dizia com orgulho ser moça e nunca ter precisado de homem nenhum.

Com pouca instrução formal, trabalhou desde muito nova como lavadeira. Primeiro acompanhando a mãe, com quem aprendeu o ofício. Depois, lavou garrafas em uma fábrica de refrigerantes e trabalhou de faxineira em uma casa de saúde. Onde viria a retomar ao ofício de lavadeira. Nessa casa de saúde conseguiu estabilidade, apesar da baixa remuneração. Lá trabalhou por décadas, tendo conseguido uma promoção, até se aposentar como auxiliar de cozinha.

Cícera era a segunda das irmãs. Nasceu em Bom Conselho, agreste pernambucano, em 1935, quando da estadia da mãe naquelas terras. Um trânsito comum entre as famílias empobrecidas dos interiores de Alagoas e Pernambuco. Quando foi registrada, anos depois, indicaram que nasceu em 1934, para que tivesse idade legal para trabalhar. Cícera era baixinha. Cabelos curtos e quase sempre amarrados, bochechas sobressaltadas, pele acobreada que recordava os traços indígenas de sua mãe. Como a irmã, vestia sempre saias, mas preferia blusas à camisetas. Era mais ativa do que Lurdes, o que a tornava responsável por

resolver as necessidades cotidianas. Quase todas as manhãs frequentava a feira livre e pela noite gostava de passear na Praça da Faculdade.

Trabalhou pouco tempo de carteira assinada, sempre na lavanderia. Mas ganhou a vida como lavadeira de ganho, prestando seus serviços para famílias da classe média. Diziam que sofria dos nervos, motivo pelo qual foi internada em duas oportunidades no Hospital Psiquiátrico José Lopes. Lembro que Cícera contava rindo sobre a internação, afirmando que aquela, na verdade, foi a maneira que encontrou para conseguir um benefício previdenciário melhor. O que mais tarde se converteu em sua aposentadoria.

Quando nasci, as duas já estavam aposentadas. Lurdes com 64 e Cícera com 59 anos, ainda lavavam roupas para clientes mais antigas, como as vizinhas Alaíde e Carminha. Cresci observando o trabalho cuidadoso de desfazer e refazer as trouxas, separando as peças pela cor e pela resistência dos tecidos. Brincando entre as bacias de alumínio espesso que há muito acompanhavam as irmãs, servindo de acomodação às roupas que ficariam de molho; observando as sombras de minhas tias projetadas no labirinto de lençóis, que pacientes secariam sob a guarda do cajueiro. Da aposentadoria e do apurado com as roupas, as irmãs planejavam seu orçamento doméstico.

Todos os meses, além das despesas com alimentação, as economias tinham destino certo. Medicamentos, uma lista de compras com os mesmos produtos, a mensalidade de uma sociedade beneficente, as mensalidades escolares minha e de minha irmã e os recursos da festa de Cosme e Damião que acontecia em setembro. Invariavelmente, durante todo o ano, essa rotina se repetia. Ao receber o salário, separavam a quantia para cada compromisso. Eventualmente, alguma sobra era guardada para emergências ou utilizada no jogo do bicho que acompanhavam diariamente.

O jogo do bicho era um dos rituais diários da casa. Procedimento mediado pelo rádio, que informava em frequência AM os resultados dos jogos em dois horários: ao meio-dia, a loteria da manhã; às seis da noite, a loteria da tarde. Ao acordar, as irmãs costumavam interrogar a todos da casa sobre os sonhos da noite

anterior. A partir dos sonhos, calculavam palpites para os jogos. Sonhar com defunto, pode dar galo. Sonhar com praia, pode dar tigre. Tudo dependendo da combinação de elementos que lembramos dos sonhos. Por vezes, tia Lurdes averiguava também a borra do café na xícara para confirmar um palpite.

Havia bancas de jogo do bicho cadastradas e bancas que faziam os jogos de maneira independente. Todas seguindo, porém o mesmo sorteio transmitido na rádio. Lurdes e Cícera conheciam bem as bancas em que se podia confiar que o pagamento de uma possível vitória seria efetuado. Uma das bancas que frequentavam era a da mercearia da Rita, que ficava na rua perpendicular à Vinte e Um de Abril. Banca muito tradicional, que Rita herdou do pai e que só viria a acabar no início da década de 2000, quando perdeu espaço para os negócios do filho: uma oficina de bicicleta e uma boca de fumo.

O orçamento doméstico das irmãs era seguido à risca. Não importando as transformações da infraestrutura do bairro e da casa. Tampouco se não precisavam de determinado item ou se alguns produtos caíam em desuso. A bem da verdade, Lurdes e Cícera guiavam-se a partir dos costumes que estabeleceram ao longo do tempo naquele espaço. Muitas vezes intrigando-se ao menor sinal de mudança.

Eu costumava ir com minha mãe até os armazéns da Levada com a lista de compras das irmãs, como em uma caçada. Nela, produtos que minhas tias julgavam imprescindíveis em sua dispensa. Água de flor de laranjeira para a saúde dos nervos, velas grandes para iluminar o quarto durante a noite, velas menores para os santos, querosene para abastecer o candeeiro para o caso de falta de energia, pilhas para os rádios, alfazema, leite de rosas, sal de frutas Eno e alguns produtos de limpeza. Gostavam de guaraná, mas costumavam comprar em algum dia de festa ou quando ganhavam no jogo do bicho.

A história da festa de Cosme e Damião, começa ainda com Eduvirgens, que era a matriz familiar, iniciada na encantaria de caboclos da zona da mata. À medida em que ela foi perdendo os sentidos com o adoecimento por Alzheimer, Lurdes decidiu assumir a obrigação materna, distribuindo doces em gratidão à força da ibejada. Nesse período, a distribuição era modesta: alguns pirulitos de caramelo e

balas de coco pelas ruas do bairro. Cícera, que também era filha de santo, mas cultivava maiores referências católicas, se juntou à irmã quando fez uma promessa aos santos gêmeos durante os episódios de internação em busca da aposentadoria. A casa, então, se tornou uma referência do bairro no dia 27 de setembro.

Nesse dia, não só do Prado, como do Ouricuri, Trapiche, Vergel, Joaquim Leão, Coréia, Ponta Grossa, Levada, crianças e adolescentes dos bairros mais próximos percorriam as ruas em bandos, buscando doces. Mochilas nas costas, sacos nas mãos, andando, correndo, levando os mais novos sobre os ombros, às vezes acompanhados por algum adulto, batiam nas portas pedindo doces. Quando os grupos se encontravam em alguma esquina, a notícia de que em determinada casa estavam distribuindo doces, causava grande correria. Vez ou outra alguma confusão. Pela distribuição ou pela rivalidade de bairros. Tudo rapidamente resolvido por algum mais velho dos grupos ou por quem estava distribuindo.

Havia diferentes maneiras de organizar a distribuição de doces. Em virtude da divergência entre as tradições católica e umbandista sobre a festa, a agitação de crianças nas ruas já se iniciava no dia 26, quando muitos católicos comemoravam a data. Havia também pessoas que iniciavam as comemorações distribuindo fichas no dia 26. Essa era uma das modalidades de entrega. Pacotes de doces contabilizados e distribuídos para quem conseguiu uma ficha no dia anterior. Algumas pessoas sinalizavam a distribuição enfeitando as portas com ramos ou fitas verde e rosa. Existiam terreiros que faziam toques, outros que além dos doces, promoviam brincadeiras com as crianças. Os pacotes também variavam. Alguns menores, outros maiores. Com doces simples ou diversificados. Embalagens de papel ou saquinhos personalizados com as cores ou imagens dos santos.

Na nossa casa, a distribuição acontecia durante todo o dia 27, até o fim da tarde. Tia Lurdes, apegada aos fundamentos ensinados por sua mãe, não permitia que passasse das cinco da tarde. Não precisava de sinalização ou distribuição de fichas. Era um ponto conhecido por distribuir uma grande quantidade de doces. As crianças eram o público principal, mas para minhas tias, os adultos que estivessem na fila também poderiam receber. Sempre dando prioridade às crianças.

Os preparativos iniciavam um mês antes, quando íamos comprar os doces. Inicialmente, a tia Cícera ia conosco. Com o passar dos anos saía menos de casa. Íamos eu e minha mãe. tia Lurdes gostava de distribuir balas, chocolates e pirulitos. Nada de pipoca e outros doces. Dizia que as pessoas colocavam pipocas para dar volume aos pacotes. Achava aquilo medonho. Tia Cícera, que tinha uma tendência a gostar de novidades, gostava de inovar a cada ano, escolhendo geleias, paçocas, pé de moleque e outros doces que surgiam no mercado. Mas nada de pipoca. As duas mantinham uma rivalidade engraçada sobre os preparativos da festa. O que levou tia Lurdes a incorporar algumas novidades com o passar do tempo. Com os doces comprados, tudo era embalado em caixas de papelão, que eram identificadas com o nome de cada uma. Até setembro, as caixas ficariam empilhadas no armário das irmãs e em cadeiras no quarto.

No dia anterior à festa, a casa amanhecia com os cânticos de tia Lurdes. Em cima da cômoda, um copo de refrigerante e as velas verde e rosa, que eram renovadas à medida que acabavam, à frente da imagem dos santos. Até o almoço, muita inquietação para confirmar com minha mãe se os outros parentes viriam pela tarde para ajudar na preparação. No final da tarde, quando o “sol esfriava”, fazíamos um mutirão para montar os pacotinhos. Primeiro os de tia Lurdes, que distribuía doces a mais tempo.

Todos sentados em círculo na área, as bacias de alumínio repletas de balas. Havia uma quantidade estimada de cada tipo de doce que iria nos pacotes. Horas a fio conversando, mascando doces e preparando os pacotes. Quando todos os kits estavam montados, era o momento de contar e guardar nas caixas até o dia seguinte. Depois, todo o processo se repetia com os doces de tia Cícera. Bacias repletas, separação e montagem das embalagens, conversa, degustação, até a contagem. Depois, separar os dos conhecidos, para que não fiquem sem.

Com tudo pronto, a preocupação em manter os doces separados sumia. Eu achava aquilo engraçado. Me parece ser parte da competição fraterna que mantinham. Tanto esforço de distinguir-se para no fim do dia, sentarem-se à mesa, comendo doces e comemorando a gargalhadas que por mais um ano conseguiram aumentar o número de pacotes distribuídos.

No dia seguinte, as mesmas cantigas logo cedo. Loas que se repetiam como mantras. Uma puxava, a outra respondia. As velas verde e rosa seguiam sendo substituídas. Tudo estava pronto. Era tomar café e esperar as crianças aparecerem batendo palmas no portão: “Moça, vai dar Cosme e Damião?”. “Deus te alumeie, meu filho”. E aquele movimento se repetia por todo o dia. Crianças amontoadas no portão, escalando a grade, repreendendo as outras para que fossem para a fila, gargalhadas, mãos estendidas, mochilas abertas, corridas até a próxima casa. E o vai e vem das irmãs entre a cozinha e o portão, para entregar os doces. Compartilhando com a comunidade, a felicidade de alguma graça alcançada.

Todos os anos a mesma expectativa, a mesma realização. Problemas financeiros, de saúde, idade avançada, público cada vez menor, mas lá estava o 27 de setembro com oitocentos, novecentos, mil ou mais pacotes de doces distribuídos. Alegria contagiante de setembro, interrompida na terra somente após o apagar definitivo da chama das irmãs lavadeiras. Em setembro, agora sou eu que acendo velas e em meu coração posso ouvir entoar aquela loa: “Cosme e Damião é uma rua cheia / Cosme e Damião é a luz que alumeia”.

CAPÍTULO 2

A Casa da Cleide

Para chegar na casa da Cleide, tudo tinha início com uma caminhada de dez minutos até o ponto de ônibus. Os ônibus para a Chã da Jaqueira passavam a cada uma hora e meia ou duas horas. Para mim, uma criança inquieta, parecia uma eternidade. Os ônibus que faziam a linha Chã da Jaqueira/João Sampaio eram sempre antigos e costumavam atrasar. Nessa época, só havia uma opção no ponto que ficava mais próximo da casa no Prado. Era possível, é verdade, caminhar por mais vinte minutos até a rua do comércio, no Centro, onde haveria outras duas linhas disponíveis, ou pagar um dos taxistas que faziam lotação no mercado público da Levada.

Geralmente íamos eu e minha mãe. Tenho poucas lembranças de minha irmã ir conosco. Meu pai, que trabalhava como vendedor em uma loja de móveis no Centro, costumava ir sozinho depois do trabalho. Algumas vezes, eu e minha mãe nos encontrávamos com ele na loja em que trabalhava para tomarmos o ônibus juntos. Ir para a Jaqueira era uma dessas aventuras de infância que produzem marcas. As distâncias percorridas, a quebra da rotina, tomar um refrigerante enquanto esperava meu pai sair do trabalho, conseguir uma fita cassete ou uma bugiganga qualquer com o Aleijadinho, amigo de meu pai que vendia muambas em uma barraquinha em frente à loja. Tudo compunha a aventura.

Brincar com meu primo mais novo, que morava com a Cleide, certamente me deixava feliz. Mas nada se comparava às tantas personagens que circulavam naquela casa. Vizinhas que iam pedir uma informação ou bisbilhotar quem estava por lá, galinhas perdidas pelos quintais mais próximos, cachorros que desinteressadamente se esgueiravam pela porta farejando algum naco de carne, uma infinidade de outras crianças que passavam pela rua estreitíssima, se equilibrando nos muros. E os bêbados contadores de histórias, que eram a população mais assídua do lugar.

Aquele universo encantador ainda povoa minha cabeça. É a ele que me volto quando penso na descoberta da cidade para além da restinga. Tudo iniciando no trajeto impaciente do ônibus. Este artefato revelador das entranhas da cidade, em

sua geografia áspera, acidentada, completamente diferente das ruas que eu bem conhecia no Prado. Ao sair do corredor de ônibus da Rua do Comércio, o ônibus contornava a praça do palácio do governo estadual e descia por uma antiga avenida que nos distanciava do Centro e da paisagem cotidiana. Repartições públicas, prédios centenários e casarios antigos abandonados, aos poucos ficavam para trás, dando lugar a um desembocar repentino em um grande entroncamento da linha férrea, que parecia uma espécie de divisor de águas da cidade.

À esquerda, ainda que apenas por uma fresta, era possível enxergar a imensidão luminosa da laguna Mundaú. À direita, a perceptível elevação do terreno que mais adiante se transforma no bairro do Farol. Olhando para a frente, a rua voltava a ficar estreita, comprimida entre casas de tijolo batido e a imensa barreira de terra que surgia gradativamente à direita. O ônibus, tomando como rumo a rua estreita, como que ao entrar em um alçapão, cruzava a antiga linha férrea, que até ali aparecia apenas timidamente entre os becos perpendiculares àquela avenida comprida. Cambona! Um nome excelente para aquela região: termo náutico para caracterizar mudanças bruscas no curso das embarcações.

A partir dali, outra era não só a geografia, mas a atmosfera. A maresia habitual impregnada na pele, dava lugar ao frescor da brisa da laguna, que ao fundo nos acompanhava durante a viagem. Seguíamos a maior parte do caminho paralelo à linha do trem, separados apenas por um aglomerado de casas que em suas fachadas de caquinhos e grades em arabescos enferrujados, testemunharam o obituário das vilas operárias. Becos, vilas conjugadas, igrejas históricas, estação de trem, oficinas mecânicas, imensos pátios desativados da velha fábrica de tecidos. Nesse ritmo, também o Bom Parto ficava para trás.

A essa altura, ramificações íngremes se estendiam para o Farol e o Pinheiro. A avenida voltando a se alargar, dava vistas às praças e outras igrejas centenárias. Ali começava o Bebedouro, com seus antigos palacetes, transformados em repartições públicas. A linha do trem, que nos acompanhava invisível na rua paralela, voltava a se fazer presente na estação de Bebedouro, que ficava vizinha a um pequeno riacho. À esquerda, a entrada dos Flexais, onde vendedores de frutas atendiam a clientela dos trens e pescadores teciam suas redes de pesca e conversa fiada. A linha do trem, voltando a se manter sorrateira, desta vez na rua à direita. A

cada metro avançado, o terreno se fazia mais íngreme. No horizonte, uma infinidade de barracos e casas multiplicavam-se, desafiando as barreiras.

A laguna, como que a insistir em se fazer presente, inundando a paisagem por trás dos antigos casarões. Aquele era o meu sinal. Estávamos no Mutange. Da janela do ônibus, eu esticava o corpo, tentando ver adiante o centro de treinamento do CSA. Torcendo para que o ônibus parasse, me permitindo enxergar por trás do muro azul marcado com letras brancas desgastadas: UNIÃO e FORÇA. A cada nova viagem naquela linha de ônibus, eu capturava um novo detalhe do Mutange. Tentando memorizá-los para enfeitar com rabiscos meus cadernos da escola. As torres dos refletores antigos; o recuo do portão de acesso amassado com o escudo desenhado; a grama queimada pelo sol, as muitas árvores por trás de uma das traves; lá longe, quase camuflando-se em frente à laguna, o prédio administrativo; ainda mais ao fundo, os malditos dutos de mineração, que mais tarde levariam o estádio e todo o bairro às ruínas.

Figura 8: Arquibancadas do estádio do Mutange com barreira ao fundo



Fonte: Portal de notícias Globo Esporte.

A linha férrea, no Mutange, ficava bem ao lado da avenida. A partir daquele trecho, a barreira parecia mais uniforme e cada vez mais povoada. Seguíamos em frente, cercados pela paisagem nunca monótona, até que o ônibus desviasse bruscamente à direita. A laguna ficava para trás, entrávamos numa região cercada de matas e grotas. Os aglomerados de casas nas barreiras, diminuían por alguns

quilômetros. Sempre presentes, mas em menor quantidade. O tranco do motor com a redução de marcha para subir a colossal ladeira da Jaqueira, denunciava que estávamos mais perto. Os barracos e casas de tijolos que povoavam o horizonte, ficavam cada vez mais próximos, como se durante uma pequena distração brotassem com suas calçadas altíssimas, nas subidas e descidas daquela ladeira. Bares, igrejas, mercearias, becos, casas maiores, muito mais gente nas calçadas.

Descíamos quase no final da ladeira, em frente a uma padaria de esquina. Seguíamos por dois quarteirões pela Rua do Arame, àquela altura já famosa nas crônicas policiais. Virávamos, então, à esquerda em uma pequena rua, depois à direita passávamos por um beco e novamente tomávamos a esquerda, quando dois quarteirões à frente era possível enxergar o táxi do Gilvan estacionado na esquina. Aquele trecho era uma pequena descida, que dava acesso às escadarias de uma grota. Para chegar na casa da Cleide, era preciso caminhar até o táxi estacionado e virar à esquerda, em uma rua, em que a única saída era outra escadaria para a grota. Qualquer carro entraria com muita dificuldade naquela rua e só sairia de ré. Motivo pelo qual o táxi de Gilvan ficava estacionado na esquina.

A casa da Cleide fica a menos de trinta metros da esquina. Como a rua era muito estreita, não havia calçadas e as casas amontoavam-se umas sobre as outras, dando a constante impressão de que cairiam a qualquer momento. Nessa época, a rua era feita de um barro tão compactado, que parecia concreto. Ainda assim, sob qualquer movimento, levantava muita poeira. As primeiras seis ou oito casas do lado direito, inclusive a de Cleide, ficavam abaixo do nível da rua, de modo que se caminhava observando os telhados paralelos aos pés. Isso me impressionava. Eu não conseguia entender como era possível construir uma casa daquela maneira, três metros abaixo da rua. Achava o máximo. No nível da rua havia um pequeno muro, da altura da cintura de um adulto, para evitar acidentes. Para entrar, vencíamos um portão da mesma altura, descíamos uma escada de cimento repleta de limo ao lado esquerdo e com poucos passos, atravessando a área externa, estávamos na porta principal, que ficava mais para a direita.

A primeira lembrança que tenho quando penso nessa casa, é a de uma mão áspera e retinta, de unhas meticulosamente pintadas de base, se estendendo em minha direção para que lhe passasse um disco. Sentado no chão esverdeado de

cimento queimado, no canto da pequena sala, eu devia ter uns oito anos quando fiquei hipnotizado por aquelas capas. Na primeira, um senhor de boina branca escorado por trás de uma grade, em uma sala escura. Na segunda, o mesmo senhor, vestindo uma camisa listrada, segurava armas pendurado a uma cruz, com um morro ao fundo, que durante muito tempo eu tinha a certeza de ser o mesmo que se estendia pelos fundos do quintal da Cleide.

Figura 9: Vista panorâmica do quintal da Cleide



Fonte: Fotografia do autor, 2020.

O senhor nas capas era Bezerra da Silva, posando respectivamente para os discos *Justiça Social* e *Eu não sou santo*. Ao suspender a vista, na minha frente, sentado em um sofá de listras cinzas, com uma estante escura, repleta de bibelôs de porcelana barata ao fundo, estava Gilvan. Era dele aquela mão estendida a me solicitar com a voz grave e rouca os discos que colocaria no som. Camisa de cetim azul marinho com estampas acobreadas, peito à mostra, bermuda escura, chinelo de couro, cigarro equilibrado entre os dedos, pente aparente no bolso da camisa, cabelos alinhados, bigode espesso sobre um sorriso encantador.

Gilvan era o marido da Cleide, famoso na vizinhança pela prestatividade e gentileza. Com seu táxi, levava pessoas ao hospital, ao trabalho e outros compromissos urgentes. Quase sempre abaixo do preço e muitas vezes sem cobrar pela corrida. Lembro que infinitas vezes, insistia para que eu e minha mãe aceitássemos carona do ponto de táxi em que trabalhava no Centro até nossa casa, para evitar a fiscalização, ou simplesmente para rodar e jogar conversa fora.

Cleide era moradora antiga na Chã da Jaqueira, também muito conhecida pela prestatividade na vizinhança. Magra e baixa, com os cabelos curtos em tom acaju, trazendo no rosto expressão séria e olhar distante. Pessoa muito ativa, subia e descia as escadarias da grota e a ladeira para entregar encomendas das roupas que costurava. Costumava acordar de madrugada para ir marcar consultas para parentes e vizinhos no posto de saúde. O que com o tempo passou a lhe render um complemento à renda que obtinha como costureira.

A casa da Cleide estava sempre de portas abertas, num vai e vem de pessoas. Eram cinco cômodos pequenos, compartilhados pelo casal, com o núcleo familiar de Vanzinho, o filho mais novo. Ao lado da sala, o quarto da Cleide, onde ficava a máquina de costura com pé de ferro; o segundo quarto em que ficavam Vazinho, sua esposa e o filho; mais adiante a cozinha, em que se armazenava água para o consumo em um pote de barro e onde Cleide preparava ensopados para as visitas. Depois da cozinha, um pequeno portão dava acesso à barreira por onde se estende a grota. Ali, plantavam macaxeira, mamão, banana, carambola, que sempre levávamos na volta ao Prado.

Naquela casa, entre recomendações de minha mãe e a vontade de explorar a vastidão da grota, eu ouvia as histórias contadas pelos bêbados, alargando minha imaginação sobre a cidade. As aventuras do futebol pelos bairros vizinhos, os desentendimentos com patrões, perseguições policiais, tudo regado à samba, brega e cachaça. De trajetórias como as de Cleide e Gilvan, portanto, busco trazer o testemunho sobre os caminhos que fizeram a cidade.

Notas sobre expulsões na tessitura do mundo urbano

Ao falarmos de Maceió, essa porção de terra incrustada entre águas doces e salgadas, que hoje concentra 957.916 habitantes e que é responsável por 36% do PIB estadual, é importante termos em conta, que estamos falando de uma cidade que se constitui apenas tardiamente como principal formação urbana de Alagoas. O pequeno vilarejo imperial, ao se tornar entreposto comercial da civilização açucareira, é alçado à cidade e capital da província apenas no século XIX, a partir

da importância assumida pelo porto de Jaraguá no comércio internacional do açúcar e do algodão.

Ao descrever o desenvolvimento da cidade, Craveiro Costa, em sua obra *Maceió* (1981), afirma que ali, “o povoado venceu o engenho, expulsando-o, para constituir o comércio, varrendo do litoral os magnatas da exploração da terra e da escravidão”. O cronista, entretanto, não levou em consideração que a transformação da vila “pobre, humilde e simples em núcleo urbano promissor” (Diegues Jr, 1981) dependeria diretamente do trânsito entre “uma ascendente burguesia mercantil e o poder fundiário tradicional” (Lindoso, 2015). Posições garantidas a partir da transmissão de riquezas acumuladas no processo extrativo da monocultura canavieira, mas também de nebulosas transações financeiras operadas nos galpões de exportação.

Se o universo dos engenhos que caracterizou de forma majoritária a formação social alagoana não floresceu em Maceió, foi a partir de sua principal mercadoria que se constituiu essa camada de agiotas e comerciantes exageradamente nomeados por Dirceu Lindoso como “burguesia mercantil” e parte significativa dos postos de serviços na cidade. Nas décadas que se seguiram, tampouco o universo industrial, esteio do projeto de modernização nacional dos períodos desenvolvimentista e ditatorial, afastou-se do mundo canavieiro. A promessa de integração social das camadas mais pobres pelo assalariamento estruturado na ideia de trabalhadores-cidadãos, não cumpriu com esse papel.

No que pese os núcleos fabris da industrial têxtil, as iniciativas de diversificação econômica iniciadas no governo Muniz Falcão (1956 - 1961) e a implementação de um distrito industrial no governo Luiz Cavalcante (1961 – 1966) para a dinamização da vida urbana e o crescimento de uma camada de trabalhadores assalariados a partir da década de 1960 em Maceió, esses empreendimentos não foram os principais responsáveis pelo crescimento exponencial da população e da cidade. O fator decisivo de seu adensamento urbano, ironicamente – ou não – decorre da sequência de transformações na estrutura produtiva do extrativismo canavieiro entre o final da década de 1970 e o início da década de 2000.

As usinas de açúcar, que saíram da década de 1960 fortalecidas com a conquista de uma fatia importante do mercado internacional¹⁵, ganharam ainda mais relevo na economia alagoana na década de 1970. Os altos subsídios dos governos estadual e federal com a implementação do Proálcool (Lopes, 2018), favoreceram o complexo industrial canavieiro a ampliar e modernizar suas usinas e a construir uma profusão de novas destilarias. De outro lado, a cultura do algodão, responsável pelo maior volume de unidades fabris e pelo universo de trabalhadores assalariados do estado, passava a declinar frente ao crescimento da indústria têxtil da região sudeste¹⁶ e à concentração local de investimentos na cana de açúcar.

Entre os mais pobres, esses percursos econômicos projetaram o processo inédito de expulsão massiva de trabalhadores rurais e pequenos sítiantes do campo, com as pressões sobre o sistema de moradas para o avanço das áreas plantadas com cana (Heredia, 1989). Algo em torno de 47 mil famílias saíram abruptamente de suas casas, expulsas de pequenas e grandes plantações para buscar novas oportunidades de sobrevivência. Maceió, recebeu grande parte desse contingente, formando zonas de refugiados, algo então conhecido como *ciudades de lona*, posteriormente consolidadas como “bairros periféricos” (Lima, 2020).

Se a partir da chamada transição democrática, parte do debate público nacional voltava as atenções para a expansão do universo dos direitos, Alagoas vivia, em decorrência da acirrada crise política e econômica que ganha ares dramáticos com o governo Divaldo Suruagy (1995 – 1997), talvez a mais intensa entre as tantas intervenções fiscal e militar por parte do governo federal durante o século XX (Cavalcante, 2017). Em virtude das desonerações fiscais concedidas aos usineiros durante a passagem de Fernando Collor no governo estadual (1987 - 1989) e a consequente dívida de Alagoas frente à União, parte significativa das

¹⁵ A partir da revolução cubana de 1959, os Estados Unidos passaram a investir de maneira prioritária no açúcar brasileiro. Essa relação tomou corpo a partir de acordos comerciais com o IAA. Temendo o cenário de organização de trabalhadores rurais no nordeste brasileiro e com a crescente pauta da Reforma Agrária na região, o IAA destinou sob valor elevado a maior parte das cotas dessas vendas. Neste cenário, Alagoas se consolidou como o segundo maior produtor de cana do país.

¹⁶ Com a superacumulação do café, decorrente da crise de 1929, muitos cafeicultores paulistas migram seus capitais para a lavoura de algodão e para a indústria têxtil. A vitória da Revolução de 1930 e a proximidade de Vargas do empresariado têxtil do Rio de Janeiro e São Paulo, conferiram a estes estados uma posição dominante na indústria têxtil nacional. (Stein, 1979).

emergentes infraestrutura e burocracia estatais - criadas três décadas atrás - seriam levadas ao colapso. É o caso do funcionalismo público, cujos salários foram congelados por nove meses e de órgãos como a TELASA e o PRODUBAN, que viriam à falência.

Na corrida por terra urbana, mas também por postos de serviços, parte significativa dos novos moradores foi enovelada a uma miríade de dinâmicas de trocas informais. Essa crescente informalização urbana contou com a mediação política de uma fatia de protegidos das oligarquias, transformados em funcionários públicos, dos quais vale destacar os policiais de baixa patente (soldados, cabos e tenentes), que, em razão da reputação conferida por suas fardas, arbitraram informalmente alianças e conflitos nesses territórios (Rodrigues, 2019).

Quem imagina cria medo, quem tem medo não vai lá

“Quando chegavam no engenho iam dormir nas tulhas de caroço de algodão, na companhia inquietante das pulgas. Amanheciam de corpo encalombado, mas nas noites de chuva era ali o melhor quente que encontravam. Andorinha, Macaxeira, Periquito - chamavam-se assim. Os seus nomes, eles mesmos até se esqueciam. Uns eram dados de presente no engenho pelos pais. Abandonavam-nos para os desvelos da mãe bagaceira. Em pequenos achavam graça no que os molequinhos diziam. Animavam-no como aos cachorrinhos pequenos. Iam crescendo, e iam saindo da sala de visitas. E quanto mais cresciam mais baixavam na casa-grande. Começavam a lavar cavalos, levar recados. Os mais inteligentes ficavam, como o Zé Ludovina, no serviço doméstico do suserano. Os outros, perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito. E cair no eito, entre eles, era o mesmo que entre as mulheres se chama cair na vida”. (Rego, 2020, pp.147.)

Cleide nasceu em 1948, em uma usina de cana de açúcar no município de Água Preta, mata sul de Pernambuco. Era a quarta entre os sete filhos do casal que conseguiram vencer o fantasma da mortalidade infantil do período¹⁷. Adolfo e Odete, seus pais, chegaram naquela usina quatro anos antes, vindo do município de Maraiá, no itinerário comum entre as famílias empobrecidas da região, que deslocavam-se entre os diferentes empreendimentos canavieiros na busca por trabalho e moradia. Durante os seis primeiros anos de vida, Cleide viveu com a

¹⁷ Segundo a série histórica Evolução e Perspectiva da Mortalidade Infantil no Brasil publicada pelo IBGE em 1999, a taxa de mortalidade infantil no nordeste brasileiro em 1945 correspondia a 185 mortos entre cada 1000 nascidos vivos.

família nos domínios da usina Santa Terezinha. A família precisou mudar-se em 1954, quando da falência decretada pela usina em que moravam.

Seguindo os passos dos pais, Cleide, ainda criança, dava início ao seu próprio percurso de deslocamentos. Foram para Jaqueira, seguindo as informações de outras famílias despejadas, de que uma usina aceitava pessoal. Na década de 1950, com o advento da industrialização de parte da região canavieira, a reboque das políticas industriais de Juscelino Kubitschek, os engenhos não suportaram a carga da concorrência das usinas e entraram em colapso. Outras usinas, como a que acabavam de deixar, sob a impossibilidade de manutenção dos lucros, quando não rendiam-se à posição de fornecedoras para as usinas maiores, caíam no ostracismo. Com elas, grande parte de seus trabalhadores, que de certo modo, faziam parte do espólio. Eram tempos de convulsão social, que na zona da mata nordestina, via de regra expressava-se nas levas de camponeses transformados em retirantes, quando não em vítimas da reação patronal ao acirramento das reivindicações por distribuição de terra e reconhecimento da condição de trabalhadores assalariados, logo, portadores de cidadania¹⁸.

Em Jaqueira, não havia serviço para o pai de Cleide, que era carpinteiro. A família foi acolhida no povoado, sob a proteção da usina e ele, encaminhado para outra propriedade do senhorio, no município de Barreiros. Na nova morada, não havia a possibilidade de plantar para comer. Toda a vida girava em torno da grande propriedade. Na região não havia sequer feira livre. Toda alimentação provinha de uma cooperativa ligada à usina. Adolfo visitava a família a cada quinze dias, trazendo o que restava do ordenado. Era difícil manter as contas nos dois barracos. Pela primeira vez, Cleide conheceu a fome. Diante das dificuldades, os filhos mais velhos, aos catorze e treze anos entraram para o corte de cana. Atividade que garantia o sustento da casa, na ausência do pai.

Em 1960, um dos meninos perdeu parte do dedo cortando cana. Adolfo não suportando ver a desventura dos filhos, decidiu procurar alternativas. A família de Odete, vivia em Campos Frios, como posseira em um terreno adquirido por um

¹⁸ Vale lembrar que no ano de 1954, concomitante ao processo de desgaste e destituição do segundo governo de Getúlio Vargas, as Ligas Camponesas voltavam a operar, tendo grande destaque na Zona da Mata pernambucana. Para uma perspectiva histórica das Ligas Camponesas ver: Andrade, 1989; Stedile, 2012. Ver ainda o filme de Eduardo Coutinho, “Cabra marcado para morrer” (1984).

engenho. Em um arranjo comum no universo canavieiro, a família seguiu na propriedade, prestando serviços no barracão¹⁹ do engenho. Com a duplicação da estrada, decorrentes das políticas de modernização no final da década de 1950, a família abriu mão da indenização que receberia do governo, em troca da propriedade do barracão. O irmão de Odete ascendia no universo canavieiro, tornando-se pequeno comerciante, atividade que exerceria até o fim da vida. Com a melhoria de posição, convidou o cunhado para morar em Campos Frios. Lá, Odete e seus filhos teriam o apoio da família para viver em melhores condições. Adolfo e a família foram então para Campos Frios.

Novamente, não havia serviço para carpinteiro na nova morada. Adolfo decidiu que deixaria a família aos encargos do cunhado e se lançaria em busca de trabalho. A essa altura, Pernambuco recebia os primeiros grandes incentivos provenientes da estratégia para o desenvolvimento do nordeste, operada pela SUDENE. No Cabo de Santo Agostinho, que se tornaria um dos vetores de industrialização da região intermediária do Recife, Adolfo passou a trabalhar na produção de plantas industriais.

Em Campos Frios, aos doze anos, Cleide teve a possibilidade de iniciar os estudos na escola municipal. Os irmãos mais velhos se ocupavam em pequenos serviços de construção no engenho. O primeiro como servente de obras e o segundo lavando areia para construção extraída do rio. Odete, incentivada pela verve comercial do irmão, passou a fornecer bolos, doces e sopas para a mercearia do irmão e os engenhos do entorno. Nesse período, Cleide e o irmão mais novo saíam pela cidade para auxiliar o negócio da mãe, vendendo munguzá.

A vida de Cleide toma o próprio rumo a partir de seus catorze anos, quando conhece Bonifácio. Fiscal do engenho, que aos vinte e um anos, era responsável por contar a quantidade de cana diária de cada trabalhador durante a pesagem. Tiveram o primeiro filho em 1962, casaram e passaram a morar no povoado do engenho. No ano seguinte, uma nova filha. Cleide conciliava a rotina escolar e as atribuições domésticas com o suporte de sua mãe. Bonifácio viajava muito entre os

¹⁹ Espécie de mercearia muito comum nos engenhos e usinas do período, em que funcionários do empreendimento canavieiro ou indivíduos protegidos pelo patronato rural comercializavam itens de primeira necessidade para os trabalhadores.

engenhos e as redes de fofocas davam conta de que mantinha outra família em Messias (AL). Alagoas aparece pela primeira vez na vida de Cleide, como sinônimo de desgosto.

Em 1964, Bonifácio decide seguir com a família de Messias. Entre desavenças e reconciliações Cleide engravida do terceiro filho do casal. Bonifácio, ao ficar mal visto por “fazer mal” a uma família bem relacionada no povoado, lhe promete seguir com o casamento, desde que aceitasse a negativa de paternidade. Cleide se recusa e o casal se separa em definitivo. Ao descobrir a situação de sua filha, Adolfo que “não criaria filho de cabra safado”, entrega as crianças para Bonifácio e decide que criariam a criança que nasceria.

Os episódios de humilhação no pequeno povoado, empurram Cleide para a posição de incapacidade de manter um lar. Na perspectiva de assumir nova posição, refazendo a vida enquanto mulher independente, aceitou o trabalho como empregada doméstica ofertado pela família de sua professora, que vivia no Recife. As promessas de que na cidade grande teria oportunidades, entretanto, não se cumpriram. Cleide trabalhou por um ano sem receber salário. Morava e comia no trabalho. A essa altura, seu irmão mais velho, por indicação do pai, conseguiu um emprego em uma fábrica de papel no Cabo de Santo Agostinho. Sem salário e muitas vezes sem alimentação, Cleide adoeceu e precisou de tratamento médico. Decidiu, então, ir morar com o irmão, de quem recebia algum dinheiro para fazer as refeições e limpar o pequeno cômodo que dividiam.

Em 1968, após uma série de episódios de adoecimento, Adolfo consegue uma aposentadoria e retorna para Campos Frios. Aproveitando o crescimento da circulação de pessoas com a duplicação da estrada, a família decide fornecer marmitas aos trabalhadores. O que, em pouco tempo, converteu-se na organização de um pequeno bar. Aos dezessete anos, Cleide retorna com o pai e passa a ser responsável por cuidar do orçamento da casa. Aos fins de semana, ia à feira comprar os produtos que precisavam no bar; ao início de cada mês, ia receber a aposentadoria do pai em Cabo de Santo Agostinho; no dia a dia, auxiliava com as tarefas do bar. No itinerário entre Campos Frios e o Cabo de Santo Agostinho, Cleide conheceu Gilvan, que trabalhava como cobrador nos ônibus que faziam

aquele trajeto. Alagoas volta a aparecer em sua vida. Dessa vez como caminho para fazer a própria vida.

Turistas da miséria

A história das classes populares brasileiras é uma história, em alguma medida, marcada por deslocamentos em busca de melhores condições de vida. Em Alagoas, pólo exportador de migrantes em termos nacionais, esses deslocamentos assumiram repertórios vastos ao longo do tempo, marcados por dinâmicas de expulsões. Do itinerário de sertanejos, que fugindo dos períodos de estiagens, marchavam em busca de trabalho e morada até a zona da mata canavieira e do ciclo intermitente de trabalhadores rurais entre diferentes fazendas (Carvalho, 2015); aos percursos migratórios, alimentados pelo ideal de progresso, em direção às metrópoles Recife, Rio de Janeiro e São Paulo e posteriormente à Maceió.

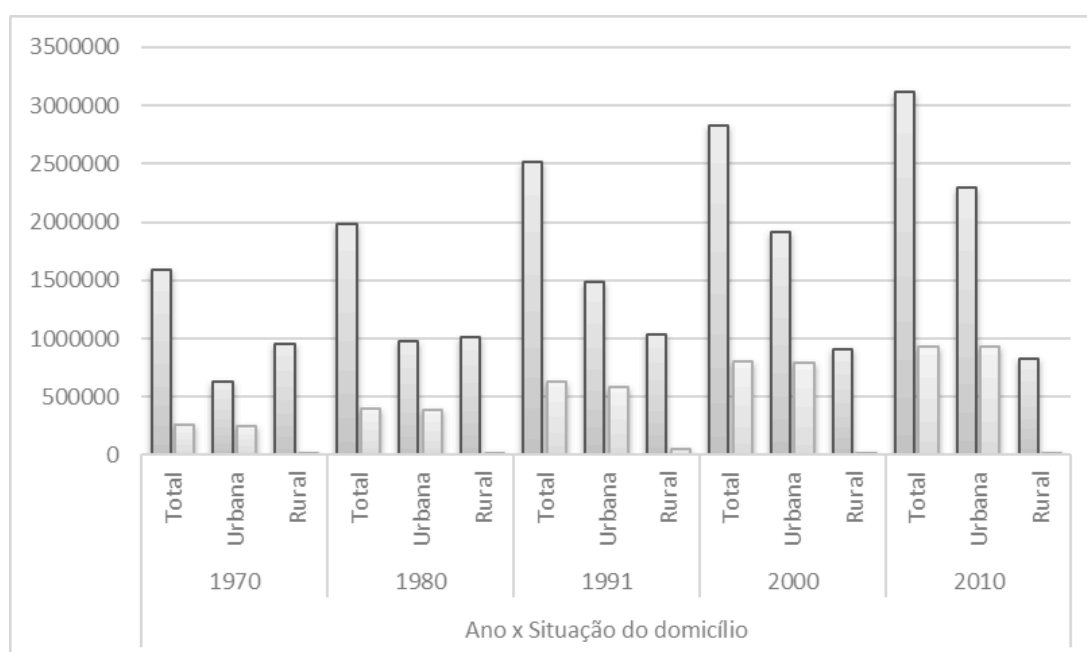
Diferente de outras capitais nordestinas, como Recife e Fortaleza, que conheceram grandes ciclos migratórios desde o início do século XX e que se constituíram como importantes centros metropolitanos a partir da década de 1970, Maceió passa a compor esse repertório de modo decisivo, somente a partir da segunda metade do século XX. As características majoritariamente agrárias das atividades econômicas do estado, até então, produziam movimentos internos pendulares entre as diferentes zonas agrícolas do interior em detrimento de grandes ciclos migratórios para a capital.

Esse quadro sofre alterações bruscas com o início das expulsões massivas de moradores de usinas e pequenos sítiantes, quando Maceió passa a concentrar de modo mais agudo a centralidade urbana em Alagoas. Lopes (2018), apontando para o crescimento significativo das migrações no período correlato à implementação da SALGEMA, argumentou que esse empreendimento tem um papel importante como fator de atração de migrantes para Maceió.

Em termos estatísticos, essas transformações tornam-se uma questão desde a década de 1960, quando a população alagoana passa por uma gradual transformação em sua composição. No período de expansão dos empreendimentos canavieiros, pela primeira vez o crescimento da população vivendo em áreas

urbanas no estado, é maior que o daquela que vivia em áreas rurais. Esse movimento segue gradual até que durante a década de 1990, vinte anos depois do que o Brasil, Alagoas passa a ter a maioria de sua população vivendo em áreas urbanas. Movimento que se intensifica, conforme avançam as plantações de cana entre as décadas de 1980 e 2000, elevando este movimento à capital de modo exponencial.

Figura 10: População residente em Alagoas e Maceió por tipo de domicílio



Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos demográficos do IBGE.

No debate público, esse conjunto de transformações passa a ganhar notoriedade a partir da década de 1970, quando as projeções censitárias apontavam para o crescimento das zonas urbanas e para o crescimento das migrações internas no estado. Na perspectiva da imprensa²⁰, Alagoas parecia dar sinais de que entraria nos trilhos do progresso, acompanhando as tendências nacionais. Nessa linha, o editorial da Gazeta de Alagoas em 1981, por exemplo, dedicou uma série de reportagens sobre as recentes mudanças da configuração populacional.

²⁰ É importante ter em vista a importância da imprensa como condutora do debate público em Alagoas e sua vinculação direta com diferentes grupos oligárquicos, que historicamente monopolizam a administração dos meios de comunicação.

Embalados pelas promessas de crescimento econômico, e associando-as ao fortalecimento das destilarias de álcool no estado, chamam atenção para o crescimento populacional dos municípios da zona canavieira e para o número de pessoas recenseadas em municípios diferentes daqueles em que nasceram no estado. Os dados do IBGE apresentados pelas matérias estimavam que entre 1970 e 1980, quase 600 mil alagoanos moravam em municípios diferentes do que nasceram e que a urbanização alcançou mais de 150 mil pessoas naquela década.

Em pouco tempo, problemas como o déficit habitacional, a dificuldade de abastecimento das feiras livres, o desemprego e a percepção mais abrangente da piora nas condições de vida, contribuíram para a visibilidade dos descompassos desse processo. Na morada, a vinculação entre trabalho e casa, sustentada a partir de uma dinâmica de relações ambivalentes entre trabalhadores e proprietários de terras, proporcionavam aos camponeses uma série de contrapartidas. O vínculo empregatício com um proprietário, em larga medida era também mediador do acesso à serviços educacionais, de saúde, lazer e justiça, concentrados sob a tutela das usinas (Albuquerque, 2003).

A expulsão das terras e as conseqüentes situações de subcontratação ou desemprego, empurraram levas de camponeses e assalariados rurais para as bordas das cidades canavieiras e suas encostas e baixadas não ocupadas pela cana. Situações que incidiram de modo ainda mais violento sobre os conflitos por terra, em um estado caracterizado por uma massiva concentração fundiária (Almeida, 2018). Impossibilitados de plantar, pagando aluguel – muitas vezes para os próprios patrões – e outras despesas, desprovidos de qualquer tipo de assistência ou rede de proteção, muitos viram nas promessas de desenvolvimento associadas a cidades maiores como Arapiraca e Maceió, uma possibilidade de ganhar a vida. A baixa escolarização, a incompatibilidade com as atividades urbanas e a própria falta de postos de trabalho suficientes nessas cidades, rapidamente contribuíram com a frustração dessas expectativas (Lima, 2020).

O contingente de imigrantes que chegavam a Maceió sem possibilidades claras de sobrevivência passou a se tornar uma questão pública denunciada pelos mesmos editoriais a partir de sua presença nos espaços comuns da cidade. Em pouco tempo, na imprensa, parte das “pessoas em busca de melhores condições de

vida” que impulsionariam o progresso alagoano, vão dando lugar aos “mendigos que invadem a cidade”, aos “profissionais da esmola”, “delinquentes” e “favelados”. Figuras urbanas indesejadas, sobre as quais passa a pairar a necessidade da ordem.

No auge da expansão da produção de açúcar e álcool e da consolidação da indústria cloro química na década de 1980, as histórias de expulsões de moradores de vilas na zona canavieira, da construção de “submoradias” em Maceió, do adensamento de favelas no entorno dos escassos conjuntos habitacionais promovidos pela COHAB/AL se avolumam nas manchetes dos diferentes perfis da imprensa. Os governos estadual e municipal, em parceria com o Banco Nacional de Habitação (BNH), desde a década de 1970 ampliavam a construção de conjuntos habitacionais. Além da disparidade entre as construções e o número de famílias cadastradas, esse processo foi marcado por sucessivas interrupções decorrentes da inadimplência da COHAB/AL com o BNH.

Em 1987, ironizando o entusiasmo da prefeitura com o “trade turístico”, a Tribuna de Alagoas publica reportagem intitulada “os turistas da miséria”. Ao visitar o bairro do Feitosa, o periódico chama atenção para o crescimento de acampamentos temporários, que adensavam os bairros populares, agravando as dificuldades de infraestrutura já existentes naqueles territórios. Na reportagem, o problema ganha corpo com o relato das dificuldades de oito famílias de “retirantes”, que expropriados da terra buscavam oportunidades na capital. Pela ausência de fonte de suporte na nova cidade, os “retirantes” ocupavam os terrenos baldios, encostas e marquises de ônibus nas proximidades da estação rodoviária de Maceió. Iam sobrevivendo de pequenos “bicos” e da ajuda de moradores da região até conseguir algum dinheiro para retornar a suas cidades de origem. Movimento pouco comum na memória dos moradores mais velhos que cruzei pelo caminho.

Dez anos antes, a Gazeta de Alagoas, em suas séries sobre o crescimento urbano de Maceió, publicou reportagem sobre o vertiginoso crescimento do Jacintinho, bairro contíguo à rodoviária, onde tantas famílias, seguindo o mesmo itinerário dos “turistas da miséria”, haviam se instalado. No período, o bairro se tornava o mais populoso da cidade, com 39.478 moradores. A reportagem informa sobre a preocupação do poder público para a taxa de crescimento do bairro, que

atingia o dobro da de Maceió, ponderando sobre o potencial de crescimento a partir da ocupação das áreas íngremes de mata do bairro. Um morador, que na década anterior se instalou com sua família na área de mata que limita o bairro, ironicamente responde ao repórter, que o Jacintinho só não chegou em Cruz das Almas porque a COHAB comprou o terreno na fronteira entre os dois bairros.

Às percepções sobre o problema da pobreza orientadas por uma perspectiva filantrópica ou mesmo de denúncia das desigualdades profundas sobre as quais se assentava o crescimento de Maceió, paulatinamente passam a se somar as queixas sobre a organização do espaço urbano. Ainda em 1971, em reportagem do Jornal de Alagoas, intitulada Favela tira alegria da “cidade sorriso” cedendo lugar à miséria, a ocupação de uma construção abandonada no centro da cidade foi alvo de preocupações:

“De repente, surge uma favela em pleno centro de Maceió. Local: Praça da Independência. Imediações do quartel da polícia militar. Vizinha ao antigo reformatório estadual, hoje em demolição. [...] Por muito tempo o prédio inacabado desafiou o urbanismo da cidade sorriso. O “monstrengo” servia de reduto para maconheiros, desordeiros. Nunca foi invadido apesar de constituir uma ameaça para a cidade civilizada. A noite, recanto de marginais. Ninguém nunca ligou para o problema. Durante o dia, refúgio para aqueles que nada tinham para fazer. Mas naqueles tempos, não existiam flagelados”. [Jornal de Alagoas, 1971]

As ameaças à “cidade civilizada”, representada pela existência de imóveis abandonados no centro da cidade, eventualmente frequentados por “maconheiros” e “desordeiros”, tomam ares mais dramáticos com a ocupação permanente daqueles espaços por “flagelados”:

“Situada bem no coração da cidade, foi invadida por elementos inescrupulosos que ali instalaram suas residências, fazendo tapumes de madeira, compensado, papelão e trapos. Por diversas vezes, denunciei o fato sem que ninguém tivesse tomado as necessárias providências. Agora a coisa vai atingir diretamente a Secretaria de Segurança Pública, a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Saúde e Serviço Social. Sobre os ombros de seus titulares vai ficar a responsabilidade de extinguir aquele foco de imundície e não permitir que aquilo continue indefinidamente”. [Jornal de Alagoas, 1971]

Na década de 1990, as mudanças operadas na legislação trabalhista a partir da chamada reabertura política, que implicaram em uma nova e mais intensa leva de expulsões no campo, agravavam as tensões em Maceió. Com a nova legislação, que equiparava os encargos previdenciários de trabalhadores rurais ao de trabalhadores urbanos, os grandes proprietários intensificaram as demissões em massa. Weldja Lima (2020), ao descrever trajetórias de trabalhadores rurais entre a expulsão do campo, a vida nas periferias e o retorno ao campo através de movimentos de luta por terra, relata situações em que as casas da morada eram reivindicadas ou oferecidas como parte dos acordos entre trabalhadores e usineiros. O crescimento dessas demandas acentuaram as destruições e demolições de casas de morada.

Nesse cenário, as violentas contendas alagoanas que já vinham chamando atenção dos noticiários nacionais, ganham um novo capítulo. Em maio de 1995, a Folha de São Paulo, através da Agência Folha em Maceió, chamava atenção para o volume de casas demolidas em Alagoas, que no período eram estimadas em 40 mil. Número significativamente superior às 23034 habitações populares construídas pela COHAB/AL desde sua criação em 1966.

Entre 1991 e 1995, a prefeitura estimava que o número de favelas em Maceió saltou de 49 para 120, números que não levam em conta os loteamentos de grotas e encostas que cresciam no período. Na reportagem, representantes de diferentes segmentos sociais chamam atenção para os impactos das remoções. O deputado estadual João Caldas, aliado de longa data das usinas, defendia uma mudança na legislação trabalhista como a única solução para as demolições. O representante da arquidiocese, outro aliado histórico dos usineiros, por outro lado, reclama a situação como injusta e apela ao senso humanitário dos proprietários. O então prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa, chama atenção para os reflexos desse processo na capital: “estão jogando todas essas pessoas aqui e não temos como resolver a situação”.

“Por cada lugar uma fome diferente²¹”

Quando Cleide e Gilvan passaram a se relacionar, Gilvan morava com sua família em Messias (AL). Pensou em se mudar para Campos Frios, para tentar a sorte nos empreendimentos de modernização da mata sul de Pernambuco, mas foi de Cleide, que conheceu as desilusões dentro e fora do engenho, que partiu a iniciativa de partirem para Alagoas. Em Messias, com poucas possibilidades, compartilharam a casa com a família numerosa de Gilvan, estabelecendo uma dinâmica de orçamento compartilhado, que para Cleide já era uma realidade antiga. Vivia-se com escassez, mas havia a feira e a possibilidade de criar pequenos animais no quintal. As coisas começam a piorar, quando o pai de Gilvan fica desempregado e o orçamento doméstico recai sobre sua responsabilidade.

Em 1970, a expansão do parque industrial canavieiro alagoano, traz à reboque a necessidade de melhores estradas para o escoamento da produção. Novamente as estradas, signos do próprio progresso em vias de construção, passam a operar como agentes importantes na vida de Cleide. Gilvan e o pai, conseguem um contrato para acompanhar uma empresa de terraplanagem em obras na zona da mata e agreste alagoanos. Gilvan como lanterneiro, seu pai como almoxarife, rumaram para Atalaia, para trabalhar nas instalações da usina Uruba. Primeiro a usina, depois a estrada. Da família, apenas Cleide os acompanhou.

A atividade nas firmas de terraplanagem exigiam deslocamentos contínuos e estavam implicadas em uma dinâmica volátil de organizar a produção. Aquele cenário não era de todo novidade, para quem cresceu entre um engenho e outro, em busca da sobrevivência. Mas há um fator decisivo nesses deslocamentos que implica na falta de um senso de organização da vida. Nos engenhos, com toda a precariedade e os desmandos a que eram submetidas, as famílias empobrecidas organizavam-se em torno do território. Se não havia a possibilidade de plantar, a proteção de um senhor de terras garantia a moradia e outros serviços. No trabalho com as “firmas”, não havia mediação que não o salário. Os trabalhadores não formavam suas comunidades pelos arruados, mas dispersavam-se em alojamentos e casas alugadas. Finalizada uma etapa da obra, deslocavam-se para outro trecho.

²¹ Em uma das entrevistas que fiz com Cleide, quando perguntei se ela percebia alguma diferença entre as cidades do interior alagoano por onde passou ela me afirmou de maneira categórica: “Ah, meu filho, tinha. Por cada lugar uma fome diferente”.

Nesse itinerário, é que em 1971, Gilvan e Cleide passaram a correr trecho com outra companhia de terraplanagem. No período, os entroncamentos dos agrestes alagoanos, converteram-se em grandes paragens. Engenhos tornavam-se usinas, usinas modestas implementaram imensos parques produtivos; camponeses tornavam-se assalariados rurais, posseiros tornavam-se flagelados. Nos núcleos de povoados da zona canavieira, mas também em Maceió, o cenário era de crise severa no abastecimento das feiras livres. Episódios que ficaram marcados no imaginário popular como “a fome de 70”. O trecho de Cleide e Gilvan inicia em Junqueiro, onde por um semestre as privações se intensificam. Cleide estava grávida e perdeu a primeira filha do casal. Em nossas conversas, afirmou por diferentes vezes, com convicção, que essa teria sido a primeira criança que perdeu para a fome. No semestre seguinte, foram para Palmeira dos Índios, onde a única certeza de refeição do dia era dividir o almoço fornecido para os trabalhadores da empresa. Refeições complementares, somente farinha com o sangue de boi e os legumes que coletavam no fim da feira.

Em 1972, o casal segue para Arapiraca, que a essa altura já despontava como a segunda principal cidade de Alagoas. Localizada ao centro do estado, Arapiraca desde a década de 1950 ganhava forças como um entreposto entre os sertões e a capital Maceió. Suas características fundiárias, marcadas pela difusão de pequenas propriedades familiares e pela diversidade de cultivos, produziram formas de relações diversas daquelas difundidas pelo latifúndio canavieiro no estado. Na década de 1970, Arapiraca já havia se consolidado como destino para milhares de migrantes internos, atraídos pela alta da cultura do fumo e pelos empreendimentos manufatureiros que gravitaram ao seu redor.

Para Cleide e Gilvan, a vida em Arapiraca seria muito diferente da que experimentaram até aqui, correndo trecho na pavimentação das estradas do progresso alagoano. Arapiraca, com a fama de mercado pujante e da abundância de possibilidades, talvez, pudesse oferecer melhores oportunidades de vida para o casal. Gilvan se consolidou na oficina de lanternagem, com a confiança adquirida de seus superiores, durante esse período, conseguia utilizar os equipamentos da empresa para fazer pequenos reparos e complementar a renda no tempo livre. Cleide decidiu tentar a sorte na corrida pelo “ouro negro”, trabalhando na

destalagem e secagem do fumo. A vida do casal deu pistas de que melhoraria, mas os custos eram demasiados para suprirem com o pouco que arrecadavam. Os atrasos nos pagamentos levaram o casal ao endividamento com comerciantes na feira e com os donos das casas em que moraram. Cleide engravidou novamente, precisando abandonar o trabalho com o fumo, após episódios de intoxicação. O filho do casal, até nasceu, mas não conseguiu sobreviver ao regime de oito dias alimentado com chá e papa de farinha.

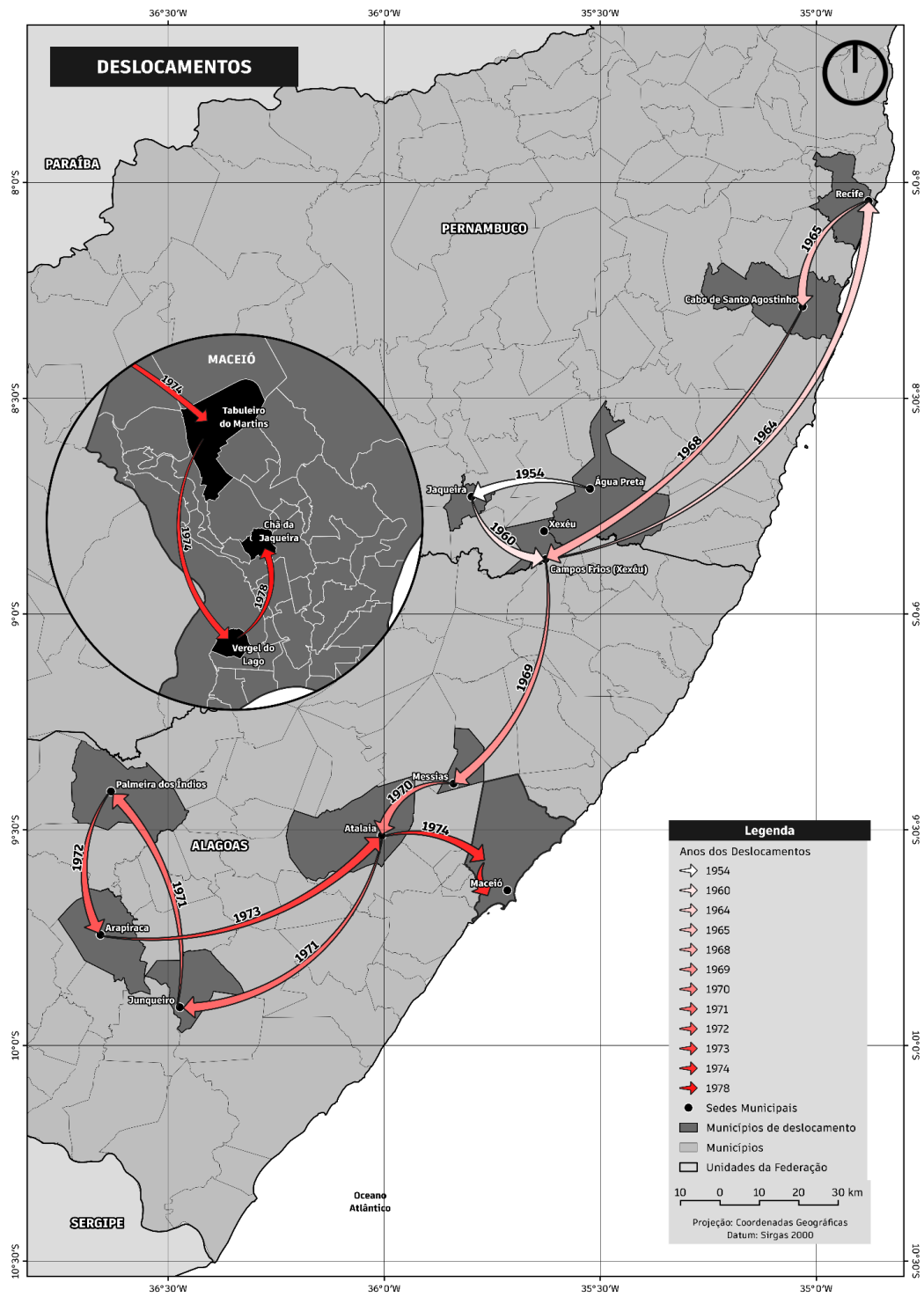
A essa altura, Cleide se desesperava com o histórico de filhos que ficavam pelo caminho. Levados pelo pai, mortos, criados pelo avô. Sentia-se culpada pela incapacidade de manter os filhos vivos, de alimentá-los de seu corpo desnutrido. O contrato da firma não foi renovado, Gilvan estava desempregado. Quis voltar para Campos Frios, contar para os pais sobre as dificuldades encontradas em Alagoas, sobre suas próprias decepções, talvez pedir abrigo. Não o fez. Retornou em 1973 para Atalaia, ao encontro da família de Gilvan, que novamente organizava a vida sob a proteção da usina Uruba. Dessa vez, não como moradores, mas funcionários independentes, que recebiam seus salários e podiam pagar por suas necessidades, como o aluguel nas vilas construídas pelos donos da usina. Esse regime de independência das terras da usina, produzia com a sazonalidade do período entre safras, novas levas de desempregados.

Em 1974, durante o intervalo da moagem, não havendo serviço para Gilvan na região, Maceió aparece pela primeira vez como alternativa para o casal. Com o crescimento da cidade, Gilvan retoma o antigo emprego de cobrador de ônibus. Dessa vez, fazendo as linhas intermunicipais que traziam levas de migrantes, que como ele, buscavam encaixar-se nos trilhos do desenvolvimento. Ao chegar em Maceió, moraram primeiro no Tabuleiro do Martins, que no período contava com poucas infraestruturas e casas construídas, mas cujo valor das casas cabia no orçamento doméstico. Depois, foram morar na região lagunar, no bairro do Vergel, onde o primeiro filho sobrevivente do casal nasceu. Acompanharam o crescimento do bairro, que avançava sobre a paisagem alagada dos mangues e da laguna. Se não estavam errantes, como as famílias acampadas no entorno da rodoviária em que Gilvan trabalhava, sofriam com as dificuldades de infraestrutura para executar os mais diferentes tipos de tarefas cotidianas na casa de taipa próxima da laguna.

A região aterrada dos mangues sobre a qual se expandia o vergel, acolheu o casal durante quatro anos. Vividos sob o ritmo descompassado da subida ou descida do nível da maré. Cleide avalia que a vida nesse período era boa, pois mesmo as dificuldades eram dificuldades mais amenas. O fantasma da fome ficara para trás, com os filhos que enterrou pelo caminho. Se não eram questões de morte, as dificuldades, então, não lhe interrompiam o caminho. A vida era difícil, mas pela primeira vez desde que veio para Alagoas, foi no período em que morou no Vergel, que conseguiu visitar a família em Campos Frios. Rever o pai já cansado, a mãe conduzindo o bar, apresentar Weliton ao irmão mais novo.

A proximidade da morte, entretanto, voltou a se fazer presente na vida de Cleide. Não era a fome que ameaçava a ela ou a seus filhos, mas sua casa. Os canais da laguna, aterrados e canalizados, durante o inverno transbordavam, misturando-se aos dejetos do bairro sem saneamento. Cleide adquiriu um quadro grave de esquistossomose que a levou a um estado de coma por duas semanas na Santa Casa de Misericórdia. Recuperados de mais uma desventura, o casal decide buscar alternativa de moradia distante da região lagunar. Entre os anos finais da década de 1970 e o início da década de 1980, os territórios de Maceió mais distantes da planície litorânea, passaram a ganhar adensamento populacional. Para Cleide e Gilvan, essa geografia acidentada de vales, planaltos e encostas se tornaria seu refúgio: a Chã da Jaqueira.

Figura 11: Mapa de deslocamentos de Cleide



Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 3

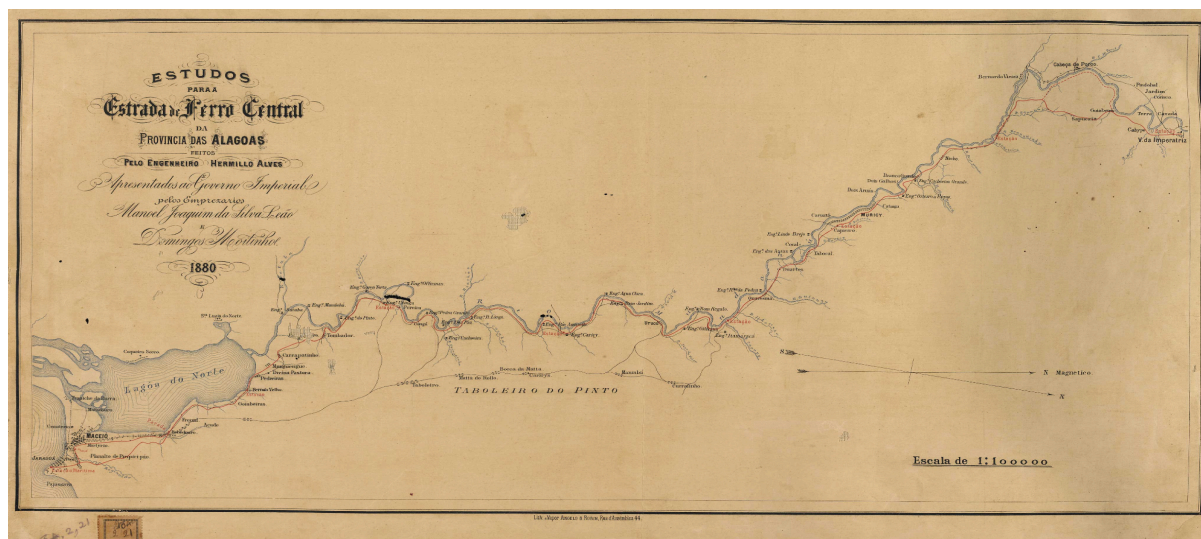
A subida do morro é diferente²²

Quando Cleide e Gilvan decidiram se mudar novamente, em busca de um local em que pudessem viver com mais tranquilidade a consolidação do projeto familiar de mobilidade, foram para a Chã da Jaqueira. A escolha do novo bairro teve início com o convite de um parceiro de trabalho de Gilvan, que há pouco havia se mudado para lá. A proximidade com a região central da cidade e o preço baixo das moradias valiam a tentativa. Ainda em 1978, o casal, junto do filho mais novo, foi morar em uma pequena casa no início da ladeira que dava acesso ao bairro que se consolidava. A moradia na ladeira, entretanto, não durou muito tempo. As instabilidades do mercado imobiliário popular que se constituía, levaram o casal a uma nova tentativa de se estabelecer. Ainda no mesmo ano mudaram-se para uma casa de taipa no alto da Chã da Jaqueira, onde se formava uma concentração de casas autoconstruídas.

O adensamento populacional da Chã da Jaqueira pode ser considerado um caso emblemático das transformações pelas quais Maceió passou a partir da década de 1970. Atravessado pela falência do complexo têxtil, pelo projeto de expansão das infra estruturas estatais e pela jornada de migrantes, que como Cleide e Gilvan, buscavam se estabelecer em Maceió, o bairro avançava sobre as encostas e regiões de vales fronteiriças à planície lagunar. A mancha urbana espalhava-se rapidamente em direção oposta ao eixo estruturante da cidade até ali. O início do povoamento da Chã da Jaqueira ocorreu ainda nos anos finais da década de 1950, com a aquisição de um sítio e seu posterior loteamento por uma família de pernambucanos, em uma região de mata contígua ao bairro de Bebedouro. Há que se destacar, a importância que Bebedouro, a partir da estrada e da via férrea, desempenhou desde o século XIX como um dos principais canais de acesso aos núcleos de povoamento na planície litorânea.

²² Trecho da música *A subida do morro* do grupo Os originais do samba, gravada no disco Exportação (1971).

Figura 12: Mapa da Estrada de Ferro Central de Maceió em 1880



Fonte: Acervo de Mapas da Biblioteca Nacional

Se na planície litorânea entre o porto de Jaraguá e o Centro da cidade estabeleceu-se o comércio, as vilas e sobrados, bem como a sede administrativa de Maceió, na região lacustre da estrada do Bebedouro, firmaram-se fatias das aristocracias rurais que se estabeleciam em Maceió, bem como parte das elites intermediadoras do comércio açucareiro do porto de Jaraguá. Palacetes, sobrados e chácaras formaram-se aos montes no entorno da estrada e da via férrea, trazendo consigo as campanhas para sanear as regiões alagadas do bairro e um conjunto de infra estruturas, que durante muitas décadas consolidaram Bebedouro como bairro nobre de Maceió.

A partir de meados da primeira década do século XX, a região se amplia com a instalação do complexo industrial têxtil que passa a operar a partir da fábrica Alexandria. Alagoas vivia o auge do pequeno apogeu industrial que buscou fazer frente aos empreendimentos canavieiros. Primeiro, com a fábrica Carmen, localizada no distrito de Fernão Velho; depois com a própria fixação do modelo fábrica-vila da Alexandria no Bom Parto, tendo os dois casos, a estrada de ferro como eixo estruturante. O modelo de produção que fixava os trabalhadores e suas famílias em torno do parque fabril, tendo o trabalho, muitas vezes, como princípio de reeducação para as levas de miseráveis (Tavares, 2019), teve papel relevante na dinamização da vida na região entre os bairros de Bebedouro e Bom Parto. A partir

da fábrica, organizaram-se feiras livres e serviços de assistência em saúde, educação e lazer que aproximaram essa pequena parcela da população de uma experiência com as garantias do mundo do trabalho assalariado.

A consolidação da estrada de Bebedouro como principal via de acesso à Maceió e o posterior adensamento popular vinculados ao período fabril, não demoraram a representar para as elites locais certa face ameaçadora a seus moldes de civilização. Os casarões e palacetes, símbolos de sua distinção, a partir do final da década de 1950 foram ocupados majoritariamente por repartições públicas e as chácaras e sítios das famílias distintas, quando não foram desmembrados e negociados como moradias populares, voltaram a tornar-se espaços de veraneio. Na década de 1960, com o fim do ciclo industrial da região, restaram o comércio popular e as moradias na vila operária e nas barreiras ocupadas.

Figura 13: Ocupação das encostas da Estrada de Bebedouro na região da Cambona, início do séc XX



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas

Figura 14: Antigas casas da vila operária da fábrica Alexandria na Estrada de Bebedouro



Fonte: Fotografia de Ademir Brandão para O Jornal

Houve ainda outro vetor de modernização coexistindo com a expansão da Chã da Jaqueira. Na esteira dos planos estaduais de desenvolvimento, entre 1943 e 1944, o governo do estado instalou aos pés da ladeira de acesso à Chã da Jaqueira, a Granja Conceição. Equipamento público de fomento agrícola, ligado ao Grupo Escolar Rural instalado no mesmo período. A Granja Conceição teve um papel importante nas tentativas da administração pública de ampliação do ensino técnico para assistência no campo, ao mesmo tempo em que buscava melhorar o desempenho agropecuário no estado e o abastecimento de aves e suínos no mercado municipal de Maceió. No espaço de tempo em que operou (1943-1982), o projeto passou por diferentes crises que colocam em xeque seu papel sobre o desenvolvimento alagoano. Ainda na década de 1970, a iniciativa começa a perder espaço, passando a ceder parte significativa do território da granja para o funcionamento de diferentes órgãos públicos.

Figura 15: Vista parcial da Granja Conceição na década de 1950



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas

Quando Cleide e Gilvan chegam na Chã da Jaqueira, já não havia o apito diário ditando o ritmo da vida fabril ou mesmo produção hortigranjeira relevante na Granja Conceição. A ladeira da Chã da Jaqueira, aberta sobre o trabalho compulsório de presidiários, levava o território a se autonomizar do bairro de Bebedouro, crescendo cada vez mais em direção à região dos tabuleiros. No alto da Chã, o que não era mata, era plantação de capim. Levas de despossuídos vindos da região canvieira, bem como famílias operárias órfãs do sonho industrial, desbravaram matas, ocupando as encostas, construindo barracos e casas de taipa, que como eles equilibram-se sobre o fio da navalha.

Em 1979, um mercado bastante lucrativo se estruturava: o loteamento das plantações de capim e a grilagem de terras. Se de início, havia possibilidade de ocupar os terrenos nas encostas ou trocar os mais estáveis por sacas de adubo ou animais de carga, logo apareceram intermediadores. Nesse contexto, passam a operar os grupos que ficaram conhecidos como foreiros. Muitos foreiros eram funcionários públicos²³, com destaque para a atuação de policiais militares, que

²³ O contexto de expansão das infra estruturas estatais de Alagoas foi marcado pelo que ficou conhecido popularmente como “entrar pela janela”. Principal modalidade de ingresso no serviço público, a partir de indicações políticas baseadas na fidelidade aos diferentes grupos familiares. Com a baixa dinâmica do mercado de trabalho formal, o funcionalismo público, se tornou responsável pelo estabelecimento de uma camada de trabalhadores mais estáveis, bem como de uma classe de protegidos políticos das oligarquias administradoras do Estado. Quadro que mudará gradativamente, primeiro a partir da diluição da máquina pública operada sob a gestão de Fernando Collor (1986)

garantiam o registro das transações em delegacias e subdelegacias. Foi a partir de um desses foreiros, que Gilvan e Cleide conseguiram adquirir a casa em que viriam a morar definitivamente. O ano era 1980 e Gilvan, decidido a melhorar de vida, havia se habilitado para dirigir ônibus e caminhões. Sem vias de crescimento na empresa em que trabalhava como cobrador, Gilvan estabelece um acordo para demissão e com o dinheiro que recebeu, comprou uma casa entre o planalto e a barreira.

A casa custou três mil cruzeiros²⁴ e o casal deveria pagar anualmente por sua utilização para Ernesto, um funcionário da prefeitura. Embora a relação entre a utilização do terreno e a autoridade de Ernesto como representante legal da prefeitura na concessão de uso não estivesse clara, para o casal, aquela era uma oportunidade real de melhoria de vida. Conquistar, a partir do próprio trabalho, uma casa na qual poderiam criar o filho. Um lugar onde poderiam se estabelecer, depois de tantos anos na estrada. Ainda que aquele movimento significasse dificuldades em um primeiro momento, já não precisavam dividir a casa com os parentes, morar de favor ou pagar o aluguel. A casa era modesta, mas estável. A barreira estava nos fundos da casa, depois do terreno em que estava construída. Não haveria o risco de enchentes como no Vergel, nem de morrerem soterrados como na ladeira.

A conquista da casa, em um primeiro momento, provocou privações, que diante do sofrimento de seu percurso não significaram muito para Cleide. Se não havia mobiliário na casa, dormir em colchões improvisados com sacos de nylon e capim, não era um problema. A energia elétrica já era uma realidade na Chã da Jaqueira, proveniente das ligações irregulares fomentadas pelos foreiros, que também fizeram da luz elétrica um negócio promissor. O acesso à água limitava-se à região próxima à Bebedouro, fazendo as famílias se deslocarem, subindo e descendo pouco mais de dois quilômetros para conseguir levar água para suas casas.

Com as demandas urgentes do cotidiano, formou-se um senso comunitário entre os vizinhos, que passaram a se organizar para garantir a existência do bairro em construção. Gilvan foi muito ativo nos mutirões em que se construía ou

propagandeada como “caça aos marajás”; depois com a agenda de reestruturação do Estado operada a partir do governo de Ronaldo Lessa (1999).

²⁴ No ano de 1980, o salário mínimo variou entre Cr\$ 4.149,60 [Decreto nº 84674 / maio de 1980] e Cr\$ 5.788,80 [Decreto nº 85310 / novembro de 1980]. [Disponível em [slariominimo.pdf](#)].

melhorava as casas, compactava o barro na abertura dos arruados ou esculpia as escadarias que davam acesso à grota; Cleide, esteve presente nas pressões diante dos foreiros para que a encanação chegasse às residências. Como das diversas vezes em que as famílias romperam os canos centrais da companhia de abastecimento, organizando uma espécie de chafariz da vizinhança. Em pouco tempo, a casa do casal se tornaria uma referência na vizinhança, sobretudo aos finais de semana, onde se podia confraternizar com samba, cachaça e caldo de mocotó²⁵.

Figura 16: Morfologia do bairro Chã da Jaqueira



Fonte: Elaboração própria.

²⁵ Tipo de ensopado, muito popular no nordeste brasileiro, produzido a partir das patas bovinas e vegetais.

Eu sou o joio e o trigo, a mistura de amigos²⁶

No final de 1980, Gilvan conseguiu um emprego como motorista em uma empresa de ônibus de Maceió. A Viação Progresso, que tinha forte atuação no transporte intermunicipal, ampliava seus negócios, expandindo suas linhas de transporte coletivo que operavam dentro de Maceió. A vida da família, mas também do bairro, aos poucos, pareciam se ajustar aos sentidos do progresso instituídos na capital em expansão. Cleide, que havia aprendido a costurar durante o segundo período em que viveu na Usina Urtiga, começou a costurar pequenas peças e a fazer pequenos reparos para a vizinhança, garantindo um dinheiro extra para a família. Vanzinho, o filho do casal, depois de muitas tentativas, foi matriculado na escola pública em Bebedouro e conseguiu manter a regularidade da idade escolar. Pequenas conquistas, que na avaliação de Cleide, estão ligadas à posição de Gilvan como trabalhador formal.

Se por um lado, o projeto familiar de Cleide e Gilvan se assegurava em algum nível de garantia oferecido pelo trabalho formalizado, colocando-os em posição distinta de parte dos moradores que organizaram juntos a rua em que moravam, por outro, a condição de moradores da Chã da Jaqueira, lhes posicionava de modo ambíguo em outros espaços da cidade. Eram trabalhadores, mas migrantes recém chegados, moradores de uma área considerada crítica pelo departamento de ordem pública. Se não moravam na grotá, estavam a um passo dela. Se não eram desocupados, conviviam com essa gente avaliada como perigosa.

Perfilar as fileiras do trabalho formal, portanto, não lhes garantia a condição de cidadania disponível aos trabalhadores de outras regiões. Morar em um bairro em formação nas fronteiras da cidade ou em uma área de ocupação irregular, significava estar distante das infra estruturas que se expandiam, ao mesmo tempo que estar sobre constante suspeita. Para acessar serviços públicos de saúde e educação, era preciso se deslocar para os bairros vizinhos já estabelecidos. Se não havia linhas regulares de transporte que chegasse até os bairros, fretavam-se carros ou se deslocava de bicicleta e a pés. Os jornais do período, davam conta de

²⁶ Trecho da música Justiça Social, lançada pelo sambista Bezerra da Silva em disco homônimo lançado em 1987.

problemas com a coleta de lixo, o saneamento básico, a falta de água ou mesmo o acesso aos bairros. Nas bordas da expansão oficial, essas necessidades, na maior parte dos casos, ensejaram mercados informais que forneciam um ou outro serviço.

O adensamento urbano de Maceió e o conjunto de transformações que daí decorrem, como demonstrado anteriormente, a partir do final da década de 1970, elevou as tensões sobre o conjunto dos territórios ocupados pela nova população. Se de início as ideias difundidas na opinião pública davam conta do entusiasmo com o crescimento da cidade sob os bons ventos do progresso, em pouco tempo, o cenário de escassez e desolação passa a ser traduzido como um problema do “inchaço da cidade”²⁷. Ainda na década de 1970, a feição da cidade, ao contrário das pretensões das elites e seus administradores, era expressa pela realidade crua das centenas de famílias miseráveis, pelas favelas que teciam a paisagem urbana e por uma crise generalizada na segurança pública.

Há que se lembrar, como bem lembra Santos (2023), que o processo de modernização conduzido pelos militares se estruturava em uma perspectiva higienista da ordem social. Os problemas sociais eram, portanto, um problema de ordem moral e disciplinar. Visando “retomar o controle” sobre a vida urbana, um conjunto de ações é tomado pelo governo estadual, nos marcos do disciplinamento da cidade e da nova população. Dentre elas, vale destacar: a reestruturação da Polícia Militar; a reforma no sistema penitenciário e a criação do presídio feminino; a ampliação da rede de delegacias espalhadas pelos territórios em expansão; o estabelecimento do Batalhão de Choque e a padronização da formação de policiais a partir do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar.

As forças policiais - majoritariamente indicadas por clãs políticos - distribuídas sobre fidelidades difusas nos diferentes batalhões, passaram a figurar como agentes ainda mais poderosos na organização territorial das periferias de Maceió. As históricas instabilidades entre os grupos oligárquicos (Tenório, 1997) durante a condução do processo de expansão dos mercados e da administração pública sob o regime militar, se traduzem em ciclos de mortes violentas de lideranças políticas, jurídicas, empresariais, bem como militares por todo o estado.

²⁷ Em 1974, durante entrevista para o Jornal de Alagoas, João Sampaio, então prefeito de Maceió, declara à imprensa preocupação com o que chamou de inchaço da cidade, que crescia desordenadamente com o êxodo rural, em um ritmo incapaz de ser alcançado pela administração pública. (Jornal de Alagoas, 14 de julho de 1974, p. 5)

Durante toda a década de 1970 alguns casos emblemáticos estampam as primeiras páginas dos principais jornais em circulação no estado, dando conta da centralidade que Maceió toma como espaço dos conflitos. Dois deles chamando atenção para a participação ativa de policiais: o assassinato do então secretário de segurança pública Coronel Adalto, assassinado dentro do quartel geral por um soldado que se sentiu humilhado após um desentendimento; a execução do empresário Ernesto Calheiros, efetuada pelo Cabo Henrique, que desencadearia uma série de assassinatos entre as famílias Omena e Calheiros e expunha a existência de grupos de extermínio em Alagoas²⁸.

Nos anos que se seguiram, as mortes encomendadas, os desaparecimentos e as chacinas, logo se espalharam sobre os diferentes territórios da Maceió que se expandia. Se não havia uma perseguição massiva e sistemática a agentes da luta política contra a ditadura militar²⁹, havia um perfil claro do inimigo público sendo edificado e combatido. Mendigos, desocupados, meretrizes, toxicômanos, laráprios, menores, delinquentes, muitas foram as categorias dentro das quais se buscou enquadrar a fatia da população parcialmente ou não integrada no processo de urbanização. Esses sujeitos indesejáveis, que estampavam as reportagens diárias, tinham endereço: as grotas e favelas dos tantos bairros que se expandiam e que

²⁸ A vendeta entre as famílias Omena e Calheiros, que deixaram ao menos onze mortos, se tornou, durante a década de 1970, um ponto crítico de exposição das tramas sangrentas que envolviam famílias oligárquicas, forças policiais e o sistema de justiça. Ernesto Calheiros e seus familiares eram conhecidos pelo uso da intimidação e da violência exemplar na defesa de seus interesses comerciais e apontado como membro do “Sindicato do Crime em Alagoas”. Entre 1977 e 1978, esteve envolvido no desvio de sacas de açúcar do IAA e implicado em uma série de assassinatos, entre os quais uma chacina na zona rural do município de Pilar. Quando de seu assassinato em 1978, era alvo de busca e apreensão da Polícia Militar. Um cabo da PM não escalado para a operação - filho de uma das vítimas da chacina - foi o responsável por seu assassinato. O caso e seus desdobramentos tiveram grande repercussão, tornando Cabo Henrique, durante muito tempo, um símbolo popular de luta contra o mandonismo das elites e de busca por justiça. Para uma percepção mais ampla sobre este caso e sobre crimes encomendados em Alagoas, ver: Barbosa (2024); Jurandir (2015); Majella (2006); Silva (1981).

²⁹ Em Maceió, como em outros municípios do estado de Alagoas, houve resistência e organização contra a ditadura militar, que perseguiu, torturou e assassinou lideranças. Alagoas produziu lideranças comunistas que atuaram dentro e fora de Alagoas durante a ditadura, como Jayme Miranda, Manoel Lisboa, Manoel Fiel Filho, Selma Bandeira, Rubens Colaço. O que quero dizer, é que diferente de outros estados da federação, em que houve perseguição massiva, em Alagoas, há ações pontuais. As notícias policiais dão conta de uma atuação da polícia política, produzindo violência contra opositores do regime e contra o inimigo público encarnado majoritariamente no migrante pobre. Para uma perspectiva sobre a organização de uma guerrilha camponesa no sertão alagoano ver: Silva, 2007. Para uma leitura sobre a organização de ciclos comunistas operários ver: Almeida, 2013. Para uma leitura sobre um dos principais símbolos alagoanos de resistência à ditadura, ver: Majella, 2015. Para uma perspectiva da atuação da ditadura militar sobre prostitutas, mendigos e moradores da periferia ver: Santos, 2023.

logo passaram a figurar como palco de batidas policiais, chacinas e grupos de extermínio. Na Chã da Jaqueira, para além das constantes batidas policiais, a face disciplinadora da urbanização se estabeleceu a partir da instalação da subdelegacia no bairro.

Figura 17: Prédio da sub-delegacia da Chã da Jaqueira no final da década de 1970



Fonte: Página do Instagram História de Alagoas

Em 1982, Weliton desembarca na rodoviária de Maceió. Depois dos anos em que foi criado com os avós em Campos Frios, mantendo pouco contato com Cleide, o rapaz, à época com catorze anos de idade, chegava na Chã da Jaqueira. No ano anterior, Cleide esteve em Campos Frios, visitando a família. Demonstrando orgulhosa, os frutos momentâneos de seu projeto de melhoria de vida, convidou Weliton para voltar com ela para Maceió. Em Campos Frios, as coisas seguiam um ritmo parecido com o de anos atrás, com poucas oportunidades de ocupação fora do universo do engenho. Weliton se destacava na escola, com boas notas, mas sobretudo como atleta. Nutria desejos em continuar estudando ou quem sabe, levar adiante os sonhos de se profissionalizar como atleta. Se ficasse em Campos Frios,

logo teria de deixar a escola para buscar trabalho no engenho. Poderia, é verdade, procurar seu pai, que a essa altura mantinha negócios com fábricas de Recife. Não era o que queriam seus avós, que tanto se empenharam para lhe criar quando foi abandonado pelo pai. Ao acompanhar a mãe, Weliton poderia buscar melhores possibilidades para o futuro e ao mesmo tempo estreitar os laços com a mãe.

Com o bom histórico escolar, ao chegar em Maceió, Weliton conseguiu uma vaga para estudar em uma das escolas modelos do CEPA³⁰. Para chegar até a escola, era preciso descer caminhando a ladeira até Bebedouro, para dali apanhar um ônibus até o complexo educacional no bairro do Pinheiro. Vanzinho ia com o irmão mais velho e ficava na escola em que estudava em Bebedouro. Weliton fez amizades facilmente na Chã da Jaqueira, passando a jogar futebol no Clube amador³¹ que foi inaugurado naquele mesmo ano na rua em que morava: o Flamengo da Jaqueira. As partidas eram realizadas em um dos tantos campos abertos durante a expansão do bairro. A partir de um colega do clube, Weliton descobriu que havia um clube profissional próximo de onde apanhava o ônibus para ir para a escola. Foi então, que depois das aulas, começou a frequentar o estádio do CSA no Mutange, onde mais tarde jogaria nas categorias de base.

³⁰ O Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA) foi inaugurado em 1958 em Maceió. Formatado como uma espécie de campus universitário, o complexo educacional constituído por onze escolas, que durante muito tempo foi considerado o maior da América Latina, buscava proporcionar para a comunidade escolar uma experiência de tempo integral, confluindo no mesmo espaço experiências integradoras de ensino básico, esporte, cultura e lazer. Com os episódios de subsidência do solo provocados pela mineração, hoje, o complexo funciona parcialmente, tendo em vista a realocação de parte das escolas e a interdição de parte do complexo mais próximas dos limites dos mapas de risco elaborados pela Defesa Civil de Maceió e a própria mineradora.

³¹ Durante a década de 1980, os clubes amadores de futebol e os clubes sociais, foram importantes espaços de socialização e articulação de moradores nas periferias de Maceió. As sedes dos clubes de futebol, foram por exemplo, pioneiras na organização dos bailes e matinês nesses territórios. A partir da década de 1990, as discotecas assumem o protagonismo nos mercados de diversão das periferias, sobretudo a partir da consolidação do modelo de aparelhagem inspirado nas radiolas maranhenses e da performance dos DJs de reggae.

Figura 18: Weliton (com a bola) em partida do Flamengo da Jaqueira em 1984



Fonte: Acervo pessoal do autor

As mudanças na rotina da família em 1982, vão além da chegada de Weliton. Naquele ano, Gilvan começou a fazer hora extra na Viação Progresso, conduzindo os ônibus de turismo que a empresa passou a operar em Maceió. A essa altura, os investimentos na imagem da cidade como balneário turístico já rendiam alguns frutos, intensificando a rede de serviços que gravitavam em torno da rede hoteleira. O bom desempenho como motorista e a prestatividade com que exercia suas funções, levaram Gilvan a ser indicado pela empresa para buscar os veículos adquiridos na Argentina e no Paraguai. Cleide passou a ficar longos períodos sozinha com os dois filhos. A necessidade de deslocamento diário para ir à escola e o crescimento do ciclo de amizades de Weliton, que disputava campeonatos de futebol amador em diferentes periferias, levaram Cleide a se preocupar com a ideia que se consolidava no período, de que a rua era o lugar do perigo. Se quando chegou à Chã da Jaqueira, era preciso negociar com funcionários públicos investidos de autoridade no bairro, na década de 1980, era preciso tomar cuidado para não morrer.

A região de matas depois da ladeira de acesso à Chã da Jaqueira se tornou famosa nos jornais pelo aparecimento constante de cadáveres de jovens

desconfigurados, em situações que ficaram conhecidas como “misteriosas”. O desaparecimento de um colega de Vanzinho, que morava na rua ao lado, gerou muita tensão no bairro. O garoto tinha doze anos e ajudava a mãe nas despesas domésticas vendendo picolés. Não voltou para casa depois do trabalho. Os vizinhos mobilizaram buscas na região e no Centro, onde o rapaz costumava vender seus produtos. Sem notícias, acionaram os órgãos de segurança e a imprensa, ainda que sob receio das repercussões negativas que porventura recaíssem sobre o garoto desaparecido ou a família.

A subdelegacia da Chã da Jaqueira foi um espaço exemplar da projeção política de seus agentes. Sob a liderança do Cabo Luiz Pedro, a subdelegacia atuou como gerenciadora de conflitos no território, mas também na proteção a pequenos comerciantes de dentro e de fora do bairro. A adoção da linha de atuação “bandido zero”, que contava com um estilo de atuação ostensiva do delegado, deu fama à Chã da Jaqueira como território em que se respeitava a autoridade. Luiz Pedro, que vinha de uma trajetória de migração e ascensão social, torna-se uma referência no bairro sob a posição ambivalente de alguém que produz ordem, ainda que com uma atuação que ultrapasse os limites previstos na lei. Não são poucos os relatos sobre o período, em que se fala de submissão de suspeitos à tortura, agressões a moradores e regulação de horários na comunidade, por exemplo. Alguns relacionando desaparecimentos e mortes misteriosas do período aos agentes da subdelegacia.

A atuação durante os anos que ficou à frente da subdelegacia da Chã da Jaqueira, propiciaram a Luiz Pedro o convite para gerenciar a segurança de empresas de construção na capital. O trabalho de manter esses territórios livres de “marginais”, por sua vez, levou o então delegado a trabalhar na gestão da construção de conjuntos habitacionais na administração do governador Geraldo Bulhões (1991-1995). A experiência com a habitação popular e o respeito adquirido a partir da posição na subdelegacia, levaram Luiz Pedro à construção de conjuntos habitacionais no modelo de mutirões. Com os conjuntos, dá o primeiro passo rumo à uma relativa autonomia frente às elites locais. Luiz Pedro complexificou as atividades exercidas pelos foreiros, estabelecendo nos territórios em que atuava uma complexa rede assistencial que além das casas, contava com distribuição de água, gás, escolas, complexos esportivos e um instituto que fornecia serviços

médicos para os moradores e atividades correcionais para usuários de drogas e adolescentes em conflito com a lei.

A partir de 1996, lançou-se à carreira legislativa, sendo vereador por Maceió em cinco oportunidades e deputado estadual em uma legislatura. Do polêmico policial linha dura que atuava à revelia da lei em territórios periféricos, Luiz Pedro tornava-se uma liderança popular comprometida com a população mais vulnerável da cidade, mantendo 8200 famílias sob sua influência, através de uma “obra assistencial” de dar inveja à muitas famílias aristocráticas do estado. As primeiras desconfiças sobre essa nova imagem, passam a circular em 2004, quando do assassinato de um servente de pedreiro que morava em um de seus conjuntos. Os assassinos trabalhavam diretamente com Luiz Pedro, na sua segurança e na gestão de seus conjuntos. A acusação de liderar um grupo de extermínio que agia nos diferentes territórios sobre sua influência, caçando pequenos ladrões e usuários de drogas, trazia à tona a imagem de justiceiro que lhe conferiu fama.

O episódio, que trouxe à tona a continuidade do modo de operação de grupos armados ligados à grupos políticos e empresariais que gerenciam negócios e territórios na periferias, torna-se emblemático, a partir de circunstâncias surpreendentes de tentativas de obstrução da justiça, como o desaparecimento do corpo do Instituto Médico Legal (IML), seu enterro clandestino no cemitério de indigentes de Maceió e o posterior desaparecimento dos restos mortais. A partir daí, uma trama complexa se arrasta na justiça, com julgamentos, sentenças, recursos e anulações. Como saldo do episódio, o corpo do servente de pedreiro nunca foi encontrado e Luiz Pedro, que em sua última legislatura foi eleito de dentro da casa de custódia, responde ao processo em liberdade.

E pra chegar ao ponto que eu cheguei, como lutei³²

“[...] Eu particularmente, vencida ou quase, pelas decepções sofridas, pelos sofrimentos contidos num coração que deseja tão pouco, fico desnorreada, sem noção do que a vida me reserva, já que tive tantas vezes a incerteza, a insegurança, o desamor, a infelicidade de não ser o que planejei. Espero todo dia, toda hora e a cada minuto, reprimindo as lágrimas que correm pela minha face. Tento esconder de todos, a angústia que fere meu coração e todo o meu corpo. Desabafo escrevendo para jorrar um pouco de tristeza, na esperança de poder aliviar e sofrer menos. Enquanto isso a vida continua. [...] (Ruth dos Santos, 1982)”



Ruth



Araújo

Ruth nasceu em 1940, quando sua mãe já havia se estabelecido com o companheiro e as duas filhas na casa do Prado. Foi a primeira e única filha da união entre Eduvirgens e Salustiano. Cresceu no arruado aberto sobre a restinga, em um período de privações intensas para a família recém chegada em Maceió. Sob todas as dificuldades e inseguranças do projeto de melhoria de vida, Eduvirgens decidiu que a filha mais nova deveria estudar, mantendo-a sob rigorosa disciplina. Araújo nasceu em 1936, era o mais velho entre os três filhos de um casal de vendedores

³² Trecho da música Como Lutei, gravada por Elza Soares no disco Elza Negra, Negra Elza em 1980.

de frutas que haviam se estabelecido no mesmo arruado. Dividiu a infância entre as lições da escola e o trabalho na banca de frutas do pai no mercado público da Levada. Aos dezoito anos, sob influência do pai, ingressou no exército, na busca de alguma estabilidade.

Ruth e Araújo se conheceram em 1954, durante uma festa junina no Prado. Apesar de serem vizinhos, nunca haviam se encontrado. A partir daquela festa, iniciaram um diálogo discreto, que culminaria com o pedido de casamento ainda naquele ano. Ruth, aos catorze anos de idade, apesar de relutante com a ideia do casamento, via uma possibilidade de se afastar das restrições maternas. A decisão, entretanto, não se concretiza. No primeiro ano do casamento, o casal precisou morar primeiro na casa da família de Ruth, depois com a família de Araújo. A inexperiência de Ruth com os serviços domésticos, passam a gerar, durante esse período, a partir das reclamações da sogra, os primeiros desentendimentos da relação.

Em 1956, Araújo é selecionado para compor as fileiras da polícia militar, que se expandia em Alagoas. O casal, então, num movimento inverso daquele feito por seus familiares, passou a se deslocar entre diferentes municípios, de acordo com os roteiros estabelecidos pela corporação. O primeiro destino, foi o pequeno povoado de Santa Efigênia, no município de Capela. Em Santa Efigênia, Araújo ganha notoriedade entre seus superiores pela postura destemida em cumprir com os diferentes desafios. Para Ruth, a interrupção da vida escolar, somada às dificuldades vivenciadas no pequeno povoado se tornavam angustiantes. Pensara em retornar para a casa da mãe, mas temia a fama violenta que o marido ganhava.

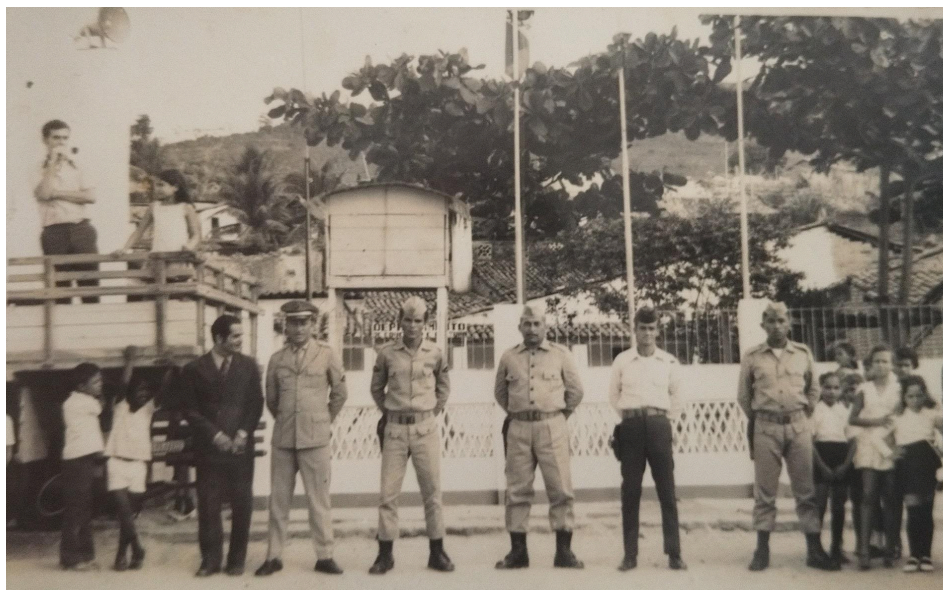
Em 1959, o casal retorna para Maceió, se estabelecendo novamente no Prado. Com o retorno para perto da família, Ruth nutriu esperanças de que a vida poderia dar sinais de melhora. Mas as dificuldades financeiras e as decepções com o casamento passam a se acumular. Araújo tornou-se cada vez mais distante e autoritário. Como já sabia ler e escrever, Araújo não via necessidade de que a esposa retomasse os estudos, como desejava. A ideia do casamento como instância de emancipação e companheirismo já não fazia nenhum sentido. Mesmo as visitas de suas irmãs e de sua mãe, passaram a ocorrer em segredo, para evitar os ciúmes do marido.

No final daquele mesmo ano, Ruth engravidou pela primeira vez. Sobre um misto de esperança e receio, pensava na possibilidade de construção de uma família diante dos limites que a vida lhe oferecera até ali. Araújo se interessou com a ideia da paternidade. Apesar do desabono de sua primeira filha ser mulher, cria-se viril e abençoado. Com a mudança para Maceió, Araújo passou a conviver com a desconfiança dos companheiros da sua unidade. Passou a ser alvo de chacota e humilhação, precisando em muitos momentos reorientar os sentidos que atribuía à carreira. Os episódios de humilhação dentro do batalhão, reverteram-se em uma postura mais severa sobre Ruth e os cuidados com a casa e a filha, ao mesmo tempo em que desencadearam em Araújo a obstinação em ascender na carreira.

Nos anos que seguiram, se dedicou aos cursos disponibilizados pelo quartel geral da Polícia Militar e conseguiu aprovação em um teste para cabo. Ruth, sentindo-se cada vez mais solitária, se dedicou a cuidar dos outros três filhos que nasceram nesse intervalo de tempo: Willams (1960), Wilsonia (1963) e Wilza (1966). A dedicação crescente de Araújo às atividades como policial, empurravam-lhe cada vez mais para a postura destemida que lhe rendera respeito no início da carreira. A promoção dentro da hierarquia, abriu portas, mas a família não acompanhou o ritmo do progresso. Araújo passa a intensificar os períodos que fica fora de casa, seja durante o serviço, seja nas atividades extras para as quais passa a ser convidado.

Com o respeito adquirido em Maceió, passou a circular entre grupos influentes de militares, tornando-se maçom. As relações que estabeleceu dentro da Maçonaria, somadas ao estado de coisas provocado pela ascensão dos militares ao poder, possibilitaram para Araújo galgar novas conquistas dentro da carreira: tornou-se delegado de polícia. Em 1972, um magistrado bem quisto pelo alto comando em Alagoas, indica Araújo para atuar na delegacia de Novo Lino, município da mata norte alagoana, criado dez anos antes. As humilhações vivenciadas dentro da corporação ficaram definitivamente para trás, a partir das relações políticas desenhadas na maçonaria, Araújo tornava-se protegido dos intermediários das oligarquias alagoanas.

Figura 19: Araújo (de quepe) e sua equipe na delegacia de Novo Lino



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Adquiriu uma casa no Prado com uma das linhas de crédito ofertadas para funcionários públicos operadas pelo banco do estado. Com o destacamento na delegacia de Novo Lino, a família acompanhou Araújo em um primeiro momento. As despesas com o financiamento e a vida escolar dos filhos, entretanto, desenharam um outro arranjo: Ruth e as crianças ficariam em Maceió. Araújo ficava em Novo Lino a maior parte do tempo, voltando para casa entre os dias de folga. Ruth passa a administrar a casa com o dinheiro que recebia quinzenalmente do marido, vendo as privações da família crescerem nos longos períodos em que o marido estava na delegacia. Precisando contar com a ajuda de vizinhos e de sua mãe para as despesas mais imediatas. Vendo a situação da mãe, envergonhada diante dos pedidos constantes aos vizinhos, Willams começou a acompanhar pescarias com um grupo de amigos, trazendo para casa alimento.

A posição fronteiriça com Pernambuco tornava Novo Lino um ponto chave dos entroncamentos do desenvolvimento alagoano. Com a crescente circulação de mercadorias em detrimento das instabilidades geradas pela quebra do sistema de moradas nas usinas, formou-se um cenário de tensões constantes. Com os despejos e os episódios recorrentes de roubos de cargas na região, intensificam-se as batidas policiais. Dentro do mecanismo produtor de ordem, Araújo adquire respeito e se aproxima dos proprietários rurais da região, conquistando fama na administração de trabalhadores descontentes e na condução das operações de

busca e apreensão que terminavam com chicotadas e banho de salmoura em suspeitos.

Com o crescimento dos filhos, Araújo instituiu uma disciplina cada vez mais rígida ao voltar para casa, culpando Ruth pelos comportamentos que julgava incorretos e punindo os filhos. A falha de Wilma no primeiro vestibular, o interesse de Wilsonia por um balé folclórico, a inquietude de Wilza, mas sobretudo as companhias de Willams e suas aventuras, viraram um grande problema para o pai. Willams era o principal alvo dos castigos. Socos, chutes, dia de fome e sede trancado no sótão, alertando para o limite entre a correção paterna e a punição policial. Certa vez, ao tomar conhecimento de que Willams, após uma confusão no bairro, buscou o revólver calibre 22 do pai e o engatilhou na boca de um colega, Araújo chegou do trabalho com duas cabeças dentro da mala do carro, chamando o filho para conferir o que acontecia com vagabundo que gostava de dar trabalho.

Enquanto Araújo esteve ausente, Ruth se dedicou a concluir o ensino secundário. Decisão que faria toda diferença nos anos seguintes. No final da década de 1970, Araújo se cerca de desafetos entre policiais que tinham interesses mercantis com o contrabando de cargas em Novo Lino. Por não contribuir com o negócio e pela fidelidade dedicada a um grupo de proprietários de terras, é deslocado para diferentes delegacias do interior do estado. Em uma dessas passagens, se estabelece em Maragogi, município no litoral norte do estado, onde constitui uma segunda família. As noitadas com parceiros de farda que trouxeram tanto sofrimento para Ruth, ganham agora outra dimensão. Não se trata mais de se sentir desrespeitada e de ver parte dos recursos da família serem gastos com os prazeres de Araújo, mas de vê-lo ser retirado de seus filhos e destinado à outra família.

Wilma, a filha mais velha, decidida a seguir seu próprio caminho, engravidou e decidiu se casar. O pai, que não aceitava aquela situação, se dispôs com Wilma e Ruth, mantendo-se cada vez mais distante. Em 1980, Araújo decidiu sair de casa. Pegou alguns pertences, fez a mala e foi embora durante a noite, sem dar explicações. Amargurada, mas certa de que não deveria seguir se humilhando diante do marido, Ruth manteve-se decidida a não procurar remediar a situação. Araújo procurou Willams para informar que não voltaria mais para casa, que a partir daquele momento permaneceria em Maragogi. Manteria contato com os filhos,

enviando mensalmente uma quantia de dinheiro para que pudessem arcar com suas necessidades e deixaria uma ficha em seu nome na farmácia do quartel, para quando precisassem de medicamentos. Para Ruth, àquela altura, o abandono não teria grande efeito sobre a vida doméstica, tendo em vista que, a despeito da boa condição do marido enquanto delegado, sua família já vivia em dificuldade há algum tempo.

Com o casamento de Wilma, restavam três filhos para dar conta. Ruth sentia a necessidade de arrumar um emprego que permitisse manter de modo mais confortável as despesas da casa, mas esbarrava na falta de experiência profissional para a sua idade. Ao mesmo tempo pensava nas filhas que ficariam sozinhas e em Willams que seguia em suas aventuras com os amigos “arruaceiros”. Procurou, sem sucesso, emprego em diferentes comércios, até que Lurdes, sua irmã mais velha, conseguiu uma vaga como auxiliar de laboratório na casa de saúde em que trabalhava. Para Ruth, aquele era um passo importante na reorganização da vida. Com o trabalho, conseguiria sustentar a casa, mas também retomar o antigo sonho de ter uma carreira profissional, interrompido pelo casamento. Aos 40 anos de idade e com três filhos sob sua responsabilidade, se matriculou em um curso técnico de auxiliar de enfermagem.

Em 1981, uma notícia abalaria Ruth. Willams, que há pouco conseguiu um emprego como vendedor em uma loja de tecidos para ajudar com as despesas domésticas, iria embora de Alagoas. Novamente, um encontro em uma festa junina lhe rendia preocupações. Em junho daquele ano, Willams conheceu o sobrinho de uma vizinha que passava férias em Maceió. O rapaz, que se apresentava como paraquedista, fez amizade com Willams e sua turma, durante o período em que esteve em Maceió. Da amizade, convidou Willams para ir morar no Mato Grosso do Sul. Pedrinho, o paraquedista, fazia propaganda sobre os projetos de desenvolvimento do governo militar para o estado recém emancipado³³, enfatizando a facilidade para se ganhar muito dinheiro.

³³ A emancipação política do Mato Grosso do Sul, promulgada em 1977 a partir da lei complementar nº31, está diretamente ligada aos projetos de colonização do interior do país e desenvolvimento regional postos em curso no período ditatorial. Com a divisão do estado do Mato Grosso, o apelo discursivo de fortificar a fronteira com Bolívia e Paraguai, bem como industrializar a região, implicou em uma ampliação das bases do partido do regime militar (ARENA) e na ampliação/modernização do latifúndio local. Para uma compreensão abrangente do processo histórico que dá vida à emancipação política do Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos, ver: Bittar, 1997.

Unindo um senso de aventura e uma necessidade de buscar seu próprio caminho, Willams embarca, na semana seguinte, em um ônibus com destino ao município de Bonito. Na bagagem, levava apenas roupas e um endereço onde poderia encontrar o amigo paraquedista. A cidade de oportunidades erguida sobre um paraíso natural, descrita por Pedrinho, presencialmente era pouco convincente. Willams agora, era migrante, exatamente como nas histórias que ouvia de sua avó. Longe de casa, sem dinheiro e desiludido. Pensava em como seria possível “arrastar dinheiro a rodo” naquele lamaçal de barro avermelhado. Durante duas semanas morou na rodoviária, incerto do que comeria no próximo dia. Quando conseguiu encontrar o amigo no endereço combinado, Willams compreende o que queria dizer “nós arrastamos dinheiro a rodo”. Pedrinho era sobrinho de um proprietário rural, aliado do grupo político que venceria no ano seguinte a primeira eleição do município. A partir dessa ligação, Willams arrumou um emprego como fiscal da prefeitura, responsável por conferir a regularização dos terrenos na cidade que se erguia.

Em Maceió, a casa de saúde em que Ruth trabalhava, prestes a abrir falência, ameaça demitir funcionários, que como ela, estivessem há pouco tempo registrados como técnicos. Em sua casa, novamente a instabilidade se torna regra. Araújo se recusa a enviar o dinheiro das filhas, após Ruth contestar a proposta apresentada para o divórcio. No acordo, Ruth ficaria com a casa e com 20% do salário do marido. Ruth se queixava da incerteza que as datas de pagamento geravam para a manutenção das contas da casa, solicitando receber a pensão diretamente da corporação. Em 1982, o litígio do divórcio chega ao fim, com a concessão da pensão para as filhas. Naquele mesmo ano, Ruth é demitida da casa de saúde, passando a trocar curativos e aplicar injeções para se manter. Com as constantes mudanças no quadro de funcionários do estado frente às crises administrativas da década de 1980, Ruth recebeu uma proposta de emprego. A partir da indicação de um vizinho, em 1983 tornou-se funcionária do hospital vinculado à Universidade de Ciências Médicas do estado, onde trabalhou até a aposentadoria compulsória na década de 2010.

Guerreiros são pessoas, são fortes, são frágeis³⁴

*É triste ver esse homem
Guerreiro menino
Com a barra do seu tempo
Por sobre os seus ombros
Eu vejo que ele berra
Eu vejo que ele sangra
A dor que traz no peito
Pois ama e ama
[Gonzaguinha]*

Nos anos finais do colégio, Weliton se dividia entre os estudos e os treinos de futebol. Todos os dias caminhava até Bebedouro, tomava um ônibus para a escola em que estudava no Pinheiro; ao final das aulas, ia até o centro de treinamento do CSA no Mutange, para depois voltar para a Chã da Jaqueira. Para Cleide e Gilvan, o projeto de vida constituído em meio às expulsões, parecia ganhar forma com o estabelecimento em Maceió. Que pesem os perigos de serem vistos como suspeitos, garantiram moradia própria e trabalho, fornecendo aos filhos educação para seguirem adiante com o projeto de melhoria de vida.

Em 1984, Gilvan passou a dirigir os ônibus de turistas que buscava na fronteira. Com a frota estabelecida, as viagens passaram a ser menos frequentes e o dinheiro que garantia com o serviço extra também compensava. Naquele ano, Weliton ingressou no curso técnico de contabilidade, o que o levou a abandonar o time de juniores do CSA. O sonho de se tornar atleta profissional ficava para trás, diante das necessidades concretas do final da vida escolar. Weliton estava noivo e pretendia, nos próximos anos, formar sua própria família. Com a idade considerada avançada, a incerteza do início de uma carreira profissional não valia à pena. Mais certo seria se apegar à oportunidade de ter uma profissão que aquele curso lhe proporcionava.

Cleide se estabeleceu como costureira na Chã da Jaqueira e junto ao companheiro, no decorrer dos anos, conseguiu melhorar a estrutura da casa. Pelo empenho demonstrado nos anos em que trabalhou na Viação Progresso, Gilvan

³⁴ Trecho da canção “Guerreiro Menino”, composta por Gonzaguinha e lançada em seu disco “Alô, alô Brasil” em 1983. Sucesso na casa do Prado, reproduzido pelas vozes de Gonzaguinha e Fagner.

recebeu uma premiação dos donos da empresa. Poderia escolher entre um apartamento nos conjuntos construídos pela COHAB ou ser efetivado em um cargo público. Oferta, que se de um lado, escancara as relações de gerência do patronato sobre a organização do Estado e de suas políticas públicas, de outro, chama atenção para o atravessamento dos projetos de mobilidade social das classes populares pelas relações de fidelidade estabelecidas nesse imbricamento. Com a possibilidade de conciliar os serviços nos ônibus de turismo com um emprego estável no Estado, Gilvan tornou-se motorista efetivo na Secretaria da Fazenda. Função que cumpriu até 1998, quando aderiu ao PDV³⁵ após a crise generalizada do funcionalismo público que levou à derrubada do governador Divaldo Suruagy.

Quando concluiu o segundo grau, Weliton partiu, sem sucesso, em busca de emprego. Depois de diferentes tentativas, conseguiu uma vaga de vendedor temporário em uma loja de colchões no Centro da cidade. Com o emprego de Gilvan na Secretaria da Fazenda, Cleide avalia ter vivido o melhor momento de sua vida. A Chã da Jaqueira, a essa altura, já dispunha de melhor infraestrutura e serviços. Para Cleide, depois de todo sofrimento, era uma realização ver o filho longe da fome e da morte, se tornando trabalhador com carteira assinada. Weliton não conseguiu concluir o curso técnico de contabilidade, mas com os conhecimentos adquiridos e a dedicação ao trabalho, foi efetivado no cargo de vendedor.

Os caminhos entre a casa do Prado e a casa da Cleide se cruzam pela primeira vez em 1987, no Centro da cidade. Weliton estava no terceiro emprego como vendedor, quando conheceu Wilsonia, que há pouco havia sido contratada como caixa na mesma loja. As duas trajetórias, por diferentes caminhos, se produzem como uma espécie de síntese do projeto da segunda geração das famílias migrantes em Maceió: trabalhadores do comércio. Entre o trabalho, as

³⁵ A crise política, econômica e administrativa que assolou Alagoas durante o terceiro governo de Divaldo Suruagy (1995-1997) congelou os salários do funcionalismo público por um período de dez meses. Com uma dívida de R\$2,2 bilhões, um cenário de instabilidade nas ruas e greves generalizadas, o governo do estado solicitou a federalização da dívida. Uma das medidas adotadas para a crise foi o Programa de Demissão Voluntária (PDV), aderido por cerca de 25 mil funcionários públicos. O governo Suruagy foi destituído após pressão popular, cujo epicentro foi um conflito armado entre as forças policiais em greve e os militares do exército mobilizados para fazerem a segurança da Assembleia Legislativa. (ver: [A renúncia de Suruagy é o fim de um ciclo de poder - 082 Notícias](#)). Para uma perspectiva sobre o conflito do dia 17 de Julho na Assembleia, ver: Cavalcante, 2017. Ver ainda o documentário 17 de Julho - Rebelião popular em Maceió (2011) [Disponível em: [Doc CUT - Julho - A Rebelião Popular em Maceió - 17 de Julho \[HD\]](#)].

partidas de futebol amador e os ensaios do balé folclórico, Weliton e Wilsonia iniciaram um relacionamento. Em 1988, casaram e foram morar em uma vila no Prado, onde ficaram até 1991, quando nasce a primeira filha do casal. A partir da mudança, um novo percurso se abre sobre a pequena casa de taipa na rua Vinte e Um de Abril. Onde a cidade começou, ao menos para mim.

Figura 20: Givan, Cleide, Vanzinho, Weliton e Wilsonia comemoram o casamento de Weliton e Wilsonia em 1988



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A procissão da várzea

Em uma das crônicas publicadas em 1921, no jornal de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos ironiza a novidade da prática do futebol em solo alagoano, descrevendo as fragilidades físicas de um povo conduzido à exploração e habituado a curvar-se diante de seus senhores. O cronista se questiona como a moda estrangeira poderia se adaptar em uma terra de tão baixo espírito esportivo, de tanta aspereza. Em sua avaliação, nem mesmo o tiro esportivo poderia ganhar

relevo em uma terra de tocaias, de estocadas sorradeiras, em que nos diferentes âmbitos da vida prevalece a rasteira.

A despeito de sua aversão ao pedantismo das elites alagoanas, Graciliano foi esculpido em uma estátua de bronze e cravado na enseada de Pajuçara. Lembrei dessa crônica enquanto observava uma partida de futebol durante um domingo qualquer, desejando que o escritor pudesse despertar de seu sono de bronze, abandonando a companhia enfadonha dos turistas, que indiferentes à sua imagem, fotografam os coqueiros. No meu exercício imaginativo, eu lhe ofereceria um cigarro e caminharíamos rumo ao sul. Pela enseada da Pajuçara, Graciliano poderia ficar surpreso com os prédios amontoados a perderem-se de vista, cravados sobre as raízes mortas das mangabeiras. Banhados de maresia, nós seguiríamos então pela planície litorânea, até o oceano dar lugar aos reservatórios do cais do porto, protegidos pela muralha que se estende até a primeira curva do Jaraguá. Naquele ponto, já não há mais vila, é verdade, mas os pescadores, certos de seu lugar no mundo, arrastam barcos e redes intermináveis em direção à costa.

Sobre os primeiros raios da manhã, surgiram aos montes, cruzando a restinga, os jogadores. Mambembes e envergados, como na crônica de 1921. Mas desafiando as marcas da exploração deixadas pela rotina. A procissão da várzea avança em blocos. Dois pares carregando as traves que serão montadas na areia, as crianças levam a bola embaixo do braço, uns comentam sobre a semana, outros caminham contemplativos em silêncio, outros ainda carregam o isopor com água, gelo e cerveja. Nos times mais organizados, levam também tendas para o churrasco depois da partida. Todos os domingos, em seus lugares marcados, do Jaraguá ao Pontal, onde a faixa de areia é mais larga e os hotéis não imperam, imensos cardumes humanos, feitos de um outro bronze repetem esse itinerário. Também na laguna e nos planaltos das grotas esquadrinha-se o barro para o futebol. Penso então, o que poderia dizer Graciliano, do brilho nos olhos de quem, ali, tão à margem quanto os campos improvisados, exorciza o sofrimento semanal dançando com a bola sobre os pés.

Eu mesmo, por repetidas vezes, fui a criança a carregar a bola nessa procissão. E foi aos domingos, acompanhando Weliton até a praia, que a cidade se expandia para além da rua vinte e um de abril. Pela várzea, ampliando os sentidos, tomando gosto pelas ruas e pelo mundo popular. Os times eram organizados de

acordo com o horário de chegada. Sempre no início da manhã. Os primeiros vinte e dois sorteavam as equipes titulares. Os que chegavam depois, entrariam no segundo tempo. Weliton, que desde o Flamengo da Jaqueira fez parte da diretoria de clubes amadores, chegava ainda mais cedo para organizar com mais dois ou três parceiros, o que fosse necessário. Arbitragem, água, gelo, trave, bola, uniformes. Tudo garantido pela mensalidade dos atletas.

De início, as partidas aconteciam na praia da Avenida, em um trecho mais próximo ao Centro da cidade. Era satisfatório acordar cedo aos domingos. Seguíamos, eu e meu pai, por dois quarteirões até a avenida principal, caminhávamos por mais três quadras e descíamos em direção à praia por mais dez minutos. O ponto de encontro era a casa de Joan, onde os equipamentos ficavam guardados. Dali, era atravessar a avenida e descer ao nível do mar. Lembro de me sentir importante ao ajudar a limpar a área onde seria montado o campo. Como recompensa, eu podia ser goleiro antes da partida iniciar. Aquela imensidão de trave para o meu corpo franzino. E meu pai, chutando na minha direção, me convencia que meu lugar era ali. Durante a partida, eu costumava ficar sentado atrás de uma das traves, onde assumia a função de gandula. Só não buscava a bola quando alguém a chutava na direção do mar.

Anos a fio, seguimos assim, até que outra turma passou a chegar mais cedo naquele trecho da praia. A diretoria do time, não querendo confusão, nem mudar o horário das partidas, buscou outro espaço vago naquele mesmo horário. Durante cinco ou seis anos, as partidas passaram a acontecer na praia do Sobral, mais próxima da nossa casa. Foi então que passei a frequentar o Ouricuri, que nesse período se urbanizava para virar São Sebastião. O Ouricuri era um antigo conjunto de favelas contíguas ao Prado, que ficava em frente a praia do Sobral. Região sobre a qual pesava um grande desprestígio moral em Maceió. Zona de baixo meretrício e de maconheiros. De gente sem futuro. Alvo constante de batidas policiais e da infâmia dos jornais desde a década de 1970³⁶. Mesmo entre os moradores do Prado, muitas vezes o Ouricuri era visto como um antro de perdição.

³⁶ Para uma compreensão detalhada sobre a marginalização do território do Ouricuri durante o processo de urbanização de Maceió, ver: Santos, 2023.

Figura 21: Futebol de várzea na Praia do Sobral, 1998



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Descobri o mundo popular no caminho para a várzea, cruzando a avenida principal em direção aos casebres no terreno ladeirado que antecede a praia. Ali, não havia perdição. No Ouricuri, donas de casa lavavam as roupas na calçada, crianças apostavam corrida de bicicleta, bêbados jogavam dominó, pescadores trançavam suas redes. A vida acontecia. E na procissão, Orlando, negro alto e forte, que trabalhava como serralheiro e vendia espetinhos; Alexsandro, cabo da polícia militar, de corpo roliço; Junior Rato, que tinha o apelido por vender produtos roubados na feira do rolo da Levada, eram todos camaradas que aliviavam a tensão das semanas, que me tratavam com ternura. No futebol de várzea, se incorporam diferentes tipos de uma mesma rua ou bairro. Trabalhadores estabelecidos ou informais, funcionários públicos ou desempregados, vagabundos e pequenos ladrões. Todos equalizados pela sintonia da bola.

Os melhores domingos, certamente eram aqueles em que se maratonava futebol. Pela manhã a várzea e o churrasco, de tarde os jogos do CSA no Trapichão. Íamos em casa somente para tomar banho. Uma caminhada de pouco mais de quinze minutos e lá estávamos. Ir ao estádio, para mim, era ainda mais envolvente do que acompanhar a várzea. À medida em que avançávamos pela avenida principal, as aglomerações aumentavam. Dois quarteirões antes do estádio,

os canteiros da avenida já estavam tomados por ambulantes que entendiam bandeiras e camisas em varais improvisados entre as árvores. As sirenes das viaturas de polícia, a cavalaria, os rojões, a chegada dos torcedores com bandeiras e papel picado. Adolescentes “surfando” em cima dos ônibus, outros tantos pendurados nas janelas e os gritos de guerra. Um universo que se expandia em minha mente inquieta.

Nos anos seguintes, as partidas alternavam entre a praia e um gramado no Parque de Exposições Pecuárias que dá nome ao bairro do Prado. À medida que crescia, passei a assumir outras funções, ajudando também no sorteio dos times. Segui me divertindo embaixo das traves, enquanto conseguia evitar os chutes de meu pai, cada vez mais distantes. Até preenchi uma vaga em um torneio com os mais velhos. Depois, eu mesmo percorri a cidade pelo futebol. A quadra do Ouricuri, onde uma partida foi interrompida pela polícia para abordar adolescentes. A quadra do Colégio Batista, no Farol, onde nos orgulhamos de derrotar os playboys. A praia de Pajuçara, quando foi minha vez de arrecadar o dinheiro entre os companheiros para comprar os materiais.

Parei de jogar bola com frequência depois do ensino médio. Nos ciclos de amizade imediatos, da faculdade, do trabalho ou da vizinhança, o futebol não era uma questão. O reggae, o punk, o skate, a política me levaram para outros pontos da cidade. Nesses espaços, havia até churrasco, mas não o futebol. Sempre achei absurdo. Para mim, impregnado de futebol desde a infância, permaneceu a possibilidade mais encantadora: a arquibancada.

Quando meu pai parou de ir com frequência ao estádio, eu não declinei. Aos quinze, pela primeira vez decidi ir sozinho. Um clássico como visitante, para o desespero de minha mãe. Fui até a esquina esperar a caminhada da torcida organizada, que passava na rua paralela à nossa casa, escoltada pela polícia. Camisa no ombro, rojão na mão, adrenalina pura. Um policial gritou para que descartasse o artifício, acatei. Para chegar até a entrada de visitantes, o percurso aumentava mais dez minutos. Era mais seguro seguir a caminhada, com a escolta truculenta da polícia. No campo, placar sem graça de zero a zero. Na arquibancada, a certeza de que o futebol, tece a seu modo a própria vida popular. De lá para cá, acumulei viagens, parceiros, desgostos, loucura. Aprendi que as arquibancadas são

como a várzea. Se potencializam diferenças pela rivalidade, equalizam tantas outras pela paixão.

No fim das contas, o velho Graça estava enganado, e graças a Deus, nas periferias temos também outras letras. Na terra da rasteira, eu morrerei domingo, nas bancadas de concreto. A alma, lavada pelo suor. Os olhos roucos. A boca, um sertão de palavras. Somente a paixão, a esperança e a luta dos viventes de bronze, que não se pode explicar.

Figura 22: Bandeira em homenagem a Weliton, falecido em março de 2025



Fonte: Acervo pessoal do autor.

SEGUNDO ATO
DERIVA NAS RUÍNAS



Adson Ney Amorim, 2021.

Pinheiro

O nevoeiro do maquinário
bailando sobre cadáveres ocultos
emudece os olhos
Caminhões - sondas - sirenes
Destituindo casebres - sobrados - trilhos

Raízes despertas
de seu sono primitivo
reivindicam seu lugar
sobre a fratura exposta do concreto

Uma criança em uniforme escolar
certa de seu destino
conduz sua mãe pelo braço
Equilibrando-se no precipício
Abrindo passagem
por entre as fendas

Descemos pela laguna
perseguidos pela cicatriz
Escarlate
Impassível de apagamento
Do Atlântico Sul
Sobre os corais
desnudos de maré baixa
uma só paisagem
contamina os sentidos

A cidade-restinga
Soterrada
pelo sonho-industrial
(Amorim, 2024)

CAPÍTULO 4

Confluências

O exercício de indagar a cidade a partir do percurso de encontros e desencontros com os atores e espaços que a produzem, tal como propus neste trabalho, está diretamente implicado com o modo como essas experiências se cristalizaram em minha memória. Se até aqui, portanto, busquei chamar atenção para o processo de urbanização a partir de fragmentos de histórias familiares, é porque essas condições específicas produziram não apenas a cidade e os trajetos urbanos dessas histórias, mas meu próprio olhar sobre a cidade.

Meu ingresso na sociologia, por exemplo, está diretamente ligado aos caminhos que percorri pela cidade, tendo como um marco importante as experiências vividas nas arquibancadas. Explico: Durante a adolescência na década de 2000, no auge das torcidas organizadas como uma das principais referências de organização de jovens nas periferias, quando as festas nas arquibancadas se sobrepunham aos confrontos, a imagem de Che Guevara em uma bandeira me chamava atenção. Por um bom tempo procurei informações sobre aquela figura. Meu pai explicava em tom negativo que era um agitador, um rebelde.

Figura 23: Torcida Mancha Azul na década de 2000.



Fonte: Acervo histórico da Torcida Organizada Mancha Azul.

Aquela informação me interessava. A essa altura, eu já havia sido apresentado à sonoridade punk e a uma ideia mais genérica de contestação e rebeldia. A resposta de meu pai me mobilizou a entender que tipo de rebelde era aquele estampado nas bandeiras. Fui consultar a irmã de minha mãe, que por cursar letras e manter uma biblioteca em casa, me servia como uma espécie de oráculo. Semanas depois ganhei de minha tia uma revista sobre a revolução cubana. A partir desses eventos, a ideia de rebeldia ganhava novos sentidos para mim. A agressividade estética e a contestação das normas, que por muito tempo me envolveram em confusões na escola, davam espaço a outra pulsão. Tornei-me leitor. Primeiro de revistas sobre história e música, depois de literatura.

Essas descobertas provocaram uma mudança de rumo em minha vida escolar. Aos poucos, as confusões e advertências davam lugar aos títulos nos festivais de música e nos concursos de redação. O repertório de contestação das desigualdades brasileiras composto por bandas como Restos de Nada e Cólera ganhava em mim, o reforço de autores como Lima Barreto, Gregório Bezerra e Carlos Marighella, a partir do incentivo de dois professores. Àquela altura, eu estava certo de que gostaria de fazer faculdade. O encadeamento desses episódios em minha vida passaram a se retroalimentar.

Depois que as arquibancadas me apresentaram esse universo de possibilidades, passei a frequentar rodas de conversas na Praça da Faculdade, quando ia ajudar minha mãe com as compras nas feiras da reforma agrária. Aos dezessete, fui aprovado no vestibular em ciências sociais. Uma alegria para minha mãe, que com orgulho disparava para a vizinhança: “O maloqueiro do Prado, o sem futuro, passou em primeiro lugar no vestibular da UFAL”. Nos anos que se seguiram, conciliei as descobertas da vida universitária com o universo das ruas, buscando o diálogo com os diferentes códigos desses dois espaços.

Nesse período, intensifiquei minha participação na organização de eventos em que o punk, o hip-hop e o reggae davam o tom para debates sobre dilemas da vida urbana. Primeiro, os eventos aconteciam em um ponto de cultura no bairro do Bom Parto, conhecido como Quintal Cultural; depois, se tornaram um projeto itinerante conhecido como Gerador. No Quintal Cultural, a música se aliava com oficinas (colagens, fanzines, grafite, lambe-lambe), debates, venda e troca de materiais independentes e comida vegana. Diferentes linguagens compartilhando o

mesmo tempo-espaço no quintal de uma casa em um bairro da periferia. Com o Gerador, os eventos passaram a acontecer uma vez por mês em alguma praça da cidade. Público e bandas, combinando o local no dia do evento, reivindicando políticas culturais e a utilização dos espaços públicos para o lazer da juventude.

Em 2018, a partir da minha relação com a cultura de rua na parte baixa da cidade, recebi o convite para compor uma brigada urbana de trabalho de base do MST em Maceió. Da atuação na brigada urbana, construí relações e intensifiquei vínculos com diferentes pessoas, organizações e territórios nas periferias de Maceió, de modo que a face contemporânea de nossa urbanização, se traduzirá neste e nos próximos capítulos, a partir dos encontros que pude estabelecer nesse percurso.

Figura 24: Rolê Punk no Quintal Cultural



Fonte: Portal de mídia alternativa Sirv4se

As ruínas do sonho industrial

Julho de 2020, manhã nublada de pandemia em Maceió. Saio com dois parceiros para fazer registros fotográficos do cotidiano das periferias de Maceió. Pela janela do carro, a textura matinal de pessoas se deslocando para suas atividades diárias ia dando lugar a um silêncio profundo. O movimento intermitente dos semáforos defeituosos, parecia não fazer diferença no controle do fluxo inexistente no cruzamento daquelas avenidas. Padarias, lojas e restaurantes fechados. Buracos de proporções diversas no asfalto faziam do percurso um grande malabarismo. Portões e janelas davam lugar a fileiras de tijolos que de maneira improvisada lacravam a entrada dos imóveis. Dois adolescentes parecidos fisicamente comigo se arriscavam em cima de um muro para furtar fios. A ausência de telhas, expunha as estruturas de madeira de onde havia telhados. Aqueles muros altos de casas tão espaçosas, por outro lado, agora tinham grandes aberturas. Os relatos de arrombamentos na região eram notícias constantes nos jornais.

Uma inscrição em tinta preta no muro de uma casa me chamou atenção: “Braskem, seu lucro cheira \$angue!”. Era a primeira vez que eu andava pelas ruas quase desertas na fronteira de dois dos cinco bairros atingidos pela mineração em Maceió: Pinheiro e Bebedouro. Avançando na direção da fronteira entre os dois bairros, eu podia ouvir as vozes dos funcionários da mineradora que começavam o turno de inspeções nos imóveis da região. À medida em que eu avançava na direção da fronteira, o som de suas vozes ficava mais presente. Eram três. Vestidos de macacão cinza-azulado, pareciam revisar um documento na prancheta que um deles carregava. Minha presença pareceu ter surpreendido os trabalhadores. Falaram alguma coisa que não entendi. Não dei atenção. Segui avançando pela rua esburacada. Nesse trecho, as desocupações eram mais recentes. Em uma das ruas íngremes que davam acesso à margem da laguna, ecoava um som de rádio, contrastando com o silêncio fantasmagórico. Da porta entreaberta pude ver uma senhora de meia idade inclinada sobre uma cadeira de balanço. Sozinha entre os escombros, ela se recusava a sair da casa em que criou seus filhos.

Nas esquinas, restos de construção se misturavam a móveis quebrados, pilhas de lixo e pertences pessoais que ficaram pelo caminho. A construção inacabada de um prédio residencial de classe média do lado do Pinheiro, contrastava com aquelas casas estreitas das ruas íngremes mais próximas ao Bebedouro. Ao subir a ladeira, pensando naquela senhora, olhei uma vez mais para a laguna por trás do condomínio de escombros. As ferragens expostas e paredes rachadas, como que a me provocar sobre uma cidade também fraturada.

O processo de expulsão massiva de trabalhadores rurais que pôs em marcha milhares de famílias desalentadas em direção à Maceió entre o final da década de

1970 e o início da década de 2000, ocorreu concomitante aos projetos de desenvolvimento nacional para Alagoas. As periferias e trajetórias que se instituem nas franjas desse processo, são portanto produtos e partes constitutivas desses projetos, não a exceção ou termômetros de seu atraso, como muitos querem fazer crer. Nessa direção, duas atividades extrativas despontam como as principais linhas de força que produzem a Maceió que conhecemos hoje. De um lado, lavras de infelizes ocupando as zonas mais afastadas de encostas e vales, expandindo a malha urbana sob a tutela das forças da ordem, de outro, a instalação de uma mineradora sobre a restinga, redirecionando o eixo de ocupação da cidade em direção ao norte.

Os descompassos regionais proporcionados pela concentração industrial na região sudeste no período desenvolvimentista e uma certa crença do período no papel do estado brasileiro como agente de indução, levaram à criação de políticas de integração regional. Para a região nordeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foram desenhados com o papel de ampliação e equalização do escopo industrial nacional (Colombo, 2013). Essas políticas de planejamento, entretanto, como salientou Oliveira (1981), ao operarem a racionalização da reprodução ampliada do capital, fomentaram um ambiente de replicação das desigualdades em escala intrarregional. Nessa direção, Recife, Salvador e Fortaleza foram os destinos majoritários dos investimentos aportados pelos projetos de desenvolvimento regional no nordeste brasileiro.

Em Alagoas, o quarto estado que menos recebeu recursos entre 1960 e 1977, tanto em quantidade de projetos (37), como em valores (4,3%), com a hegemonia política das oligarquias canavieiras sobre os demais setores produtivos, esse cenário ganhou outra camada de desigualdade: a setorização dos investimentos. O setor açucareiro, foi o maior beneficiário dos investimentos regionais no estado, ampliando sua dinamização produtiva associada também aos incentivos do Proálcool. Na esteira da ampliação das indústrias de base em território nacional, o setor químico nasce assumindo a segunda posição de beneficiário dos incentivos, mas concentrando investimentos em um único empreendimento. Esse fortalecimento industrial – que não se confunda com industrialização - operado em Alagoas, primeiro com a cana, depois com a mineração, teve como consequências

o adensamento da especialização produtiva da economia e uma maior concentração de terras e riqueza.

A descoberta de uma jazida de sal-gema em Maceió, ainda na década de 1940, durante prospecção do Conselho Nacional de Petróleo na região, levou à autorização para exploração do minério por investidores internacionais durante o período de 22 anos. A licença venceu sem que o minério fosse explorado. Em 1965, estimulados pela necessidade de incremento dos insumos para a indústria pesada em ascensão no período ditatorial, os estudos geológicos da jazida apontavam para a presença de uma reserva recuperável de 125 milhões de toneladas de cloreto de sódio de alta pureza, atestando a possibilidade efetiva de exploração (FIEA; Lodi, 2018).

A posição subordinada da nascente indústria química alagoana, como parte da complementaridade e integração do setor químico nacional, se consolidaria com os investimentos da política regional. A produção de soda cáustica e cloro pela SALGEMA supriria as demandas da Dow Química instalada com investimentos da SUDENE no polo de Camaçari na Bahia. A instalação do Pólo Cloroquímico de Alagoas (PCA), produziu insumos para grandes projetos industriais em crescimento no sudeste, mas também em Recife e Salvador. Do total produzido pelo polo, 88% eram destinados para outros estados, ficando somente 12% em Alagoas, majoritariamente convertidos na indústria metal mecânica das usinas e destilarias (Lustosa, 1997).

A despeito das promessas de ampliação da oferta de empregos e da renda média da população de Maceió, anunciadas com entusiasmo pela imprensa e pelo poder público, quando da confirmação da instalação da SALGEMA em Maceió em 1968, os dados do censo de 1970 apontam em outra direção ao tratar das principais ocupações assumidas pela população de imigrantes internos que adensavam a população de Maceió naquele período.

Longe de se tornarem operários ou trabalhadores assalariados, como tantos que entre 1940 e 1980 se destinaram às metrópoles fordistas, os imigrantes alagoanos que tomaram Maceió como destino, e que conseguiram alguma ocupação fixa, majoritariamente preencheram postos de trabalhos de baixa

remuneração. Do universo de imigrantes do censo, me chama atenção o fato de que quase a metade (45%) não estão contabilizados como mantendo uma ocupação principal. Informação convergente com as narrativas de desalento e pobreza generalizada entre migrantes, tais como descritas pelos jornais e pelos próprios migrantes.

O início das operações da SALGEMA em 1976 e do Pólo Cloroquímico em 1982, fomentados como promessas de crescimento e dinamização da economia, se caracterizou por uma série de polêmicas ambientais e administrativas. Sua construção em uma área ambientalmente frágil entre a restinga e a laguna; a proximidade com a colônia de pescadores do bairro Pontal da Barra; o processo de aterramento de área de mangue para construção de estradas; o fomento e desvio de fundos beneficentes foram algumas das principais polêmicas noticiadas pela imprensa.

A consolidação do Pólo Cloroquímico em Maceió, longe de trazer dinamização produtiva, concentrou investimentos de capitais na produção de mais um “latifúndio”: o de sal-gema. No auge de seu crescimento durante a década de 1980, a indústria química empregava em Maceió 2.060 funcionários permanentes (Lustosa, 1997), quando a população da cidade, extremamente dependente de relações clientelistas, atingia a casa dos 400.000. A decepção com os benefícios do sonho industrial, viria alimentar parte dos discursos políticos daqueles que se opunham à ampliação do terminal. A então vereadora Kátia Born, por exemplo, chamando atenção para os riscos que envolviam àquela expansão para a cidade, expunha o acúmulo de benefícios da indústria química em relação à ausência de contrapartidas para a população da cidade. Defendendo ainda como alternativa econômica, a expansão dos investimentos no setor de turismo, a partir da preservação do patrimônio gastronômico, cultural e ambiental da região lagunar.

Na direção inversa, a aprovação da expansão do terminal extrativo de cloro-soda, incidiu sobre o estuário lagunar, desvalorizando os terrenos dos bairros no seu entorno³⁷ - sobretudo o Pontal da Barra, isolado entre a laguna e o terminal -

³⁷ A instalação da SALGEMA contribuiu também com o fechamento dos portos lacustres da Levada e do Trapiche da Barra, que até o início da década de 1960 foram importantes pólos de comunicação do porto de Jaraguá com os interiores do estado a partir do complexo lagunar Mundaú-Manguaba. (Barros, 2018)

e avançando sobre o mangue, num total de 202 hectares, para a construção das principais vias de acesso à SALGEMA. Esse processo, concluído em 1982, ademais, foi o responsável direto pela expulsão de moradores das margens da laguna e a consequente consolidação de favelas contíguas às insuficientes habitações populares construídas pelo governo municipal na Levada e na Vila Brejal (Duarte, 2010).

Se a expansão do extrativismo da cana e posteriormente da indústria química, desempenharam um papel fundamental na concentração urbana de Maceió, operando a partir de uma lógica de expulsões e cercamentos, fomentando a expansão da cidade a partir de suas periferias, contemporaneamente o fantasma extrativista volta a pairar sobre esses territórios da cidade, com uma nova onda de expulsões, decorrentes da atividade extrativa. Remanejando populações, interrompendo projetos familiares, alimentando uma bolha imobiliária, alterando a paisagem urbana, reordenando a própria cidade.

O “desastre” e o lucro: Novas faces das expulsões nas periferias urbanas

Os primeiros relatos e notícias de tremores de terra em Maceió começaram a surgir no mês de março de 2018, quando provocou rachaduras em imóveis e abertura de crateras em ruas no bairro do Pinheiro. Até então, os acontecimentos estavam sendo relacionados às fortes chuvas que no período causavam os corriqueiros deslizamentos e inundações em diversos pontos da cidade. Somente em maio de 2019, as rachaduras e o afundamento do solo, que agora se alastravam para os bairros do Bebedouro, Mutange e Bom Parto, foram apontados pelos laudos do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) como “consequência” dos quarenta e três anos de intensa mineração na região lagunar de Maceió³⁸. Desde então, cerca de

³⁸ Desde 1976 o sal-gema, mineral utilizado na fabricação de plástico e solda cáustica é explorado em Maceió. A princípio pela empresa Salgema, instalada na cidade com amplo apoio de representantes da ditadura militar em Alagoas, até que com o fim do regime a partir de reformas administrativas de orientação neoliberal se tornasse em 1996 a empresa de capital misto Trikem. Somente em 2002, incorporada a um acordo entre Odebrecht e Petrobrás a empresa tornou-se Braskem, uma das principais petroquímicas da América Latina.

57.000 pessoas tiveram de deixar suas casas e esta região da cidade tornou-se um conjunto de bairros fantasmas³⁹.

Figura 25: Escombros da mineração em Bebedouro



Fonte: Fotografia do autor, 2020.

Os impactos da atividade extrativista (GAGO; MEZZADRA,2015) se fizeram notar nas mais diversas instâncias da cidade, extrapolando os limites territoriais dos bairros afetados. Serviços públicos e privados tais como escolas, hospitais e um cemitério centenário; templos religiosos e outras construções tombadas como patrimônio histórico; o centro de treinamento do CSA e parte significativa da linha férrea de Maceió se encontram entre os escombros. Os moradores das comunidades de pescadores Flexal de Cima e Flexal de Baixo, por exemplo, ainda que estas não tenham sido inseridas no mapa de riscos elaborado a partir de estudos da Defesa Civil e do Serviço Geológico Brasileiro, com o fechamento das áreas afetadas, ficaram isolados do restante da cidade.

³⁹ Focarei nos bairros do Bebedouro, Mutange e Bom Parto. Ainda que o bairro do Pinheiro tenha sido o primeiro bairro afetado e que tenha um grande índice de evacuação, sua configuração espacial e social diferencia-se dos demais bairros. Bebedouro, Mutange e Bom Parto, para além de estarem mais próximos das minas de mineração, têm uma trajetória urbana comum marcada por dinâmicas de expulsão e periferização urbana.

Em maio de 2019, depois de muita polêmica sobre o que estaria causando os afundamentos e rachaduras nos bairros e com centenas de famílias removidas pela Defesa Civil e assistidas com alugueis sociais pelos governos municipal, estadual e federal, era divulgado o relatório do Serviço Geológico Brasileiro. O solo dessa região de Maceió vinha cedendo antes mesmo dos afundamentos. A causa oficialmente se tornava pública: o rompimento de parte das trinta e cinco minas de sal-gema que a Braskem mantinha operando desde a década de 1970 na região lagunar da cidade.

A partir de então, tramas complexas de planejamentos orçamentários e disputas técnicas e jurídicas passaram a compor o drama de milhares de pessoas em Maceió. Em julho de 2019, a mineradora contestou – assim como fez com os primeiros – o laudo definitivo do Serviço Geológico Brasileiro. Com a diferença de que nessa oportunidade acionava a justiça e encomendava ao Instituto de Geomecânica de Leipzig, um estudo na região. O laudo do instituto alemão, apontou para a necessidade de remoção de centenas de famílias que viviam no entorno de quinze das trinta e cinco minas de extração de sal-gema. A Braskem, ainda que não assumisse publicamente a responsabilidade sobre o desastre, paralisa as atividades nas minas e dá início a um programa de compensação financeira.

Figura 26: Primeiro mapeamento das áreas afetadas, organizadas por tipos de risco⁴⁰



Fonte: Braskem e Defesa Civil de Maceió

O plano de compensação financeira construído pela Braskem entre bloqueios e liberações judiciais das contas da empresa, prevê a movimentação de cerca de R\$ 12 bilhões. A estratégia da empresa movimenta parte dos possíveis dividendos dos lucros estimados por seus acionistas para o período. Recurso existente virtualmente a partir de tramas financeiras complexas (Gago; Mezzadra, 2015). O programa, que conta com assistência psicológica às vítimas, ações de preservação ambiental e conservação dos patrimônios históricos da região, além de disponibilizar R\$5.000 para mudanças, R\$1.000 para aluguel durante seis meses e a quantia de R\$81.500 pagos por imóvel⁴¹ foi amplamente contestado por moradores. Diferente do pagamento de uma indenização às vítimas, com o programa de compensação a

⁴⁰ Os relatórios da mineradora não são claros sobre os critérios de classificação das áreas de riscos e sua diferenciação de rótulos. Utilizo este mapa com a finalidade de demonstração territorial das áreas afetadas. As Zonas B e C equivaleriam ao bairro do Bom Parto; A Zona A e parte da Zona E ao seu lado compõe o bairro do Mutange; As Zonas E, D e H1 correspondem ao bairro do Pinheiro; As Zonas F e G são compostas pelo bairro de Bebedouro. No mapa ainda constam trechos de outros bairros que foram “indiretamente afetados pelo desastre”: Área 01 e Zona H2 na parte esquerda do mapa sendo trechos do bairro do Farol e a Área 01 da parte direita do mapa sendo o bairro de Fernão Velho. A área de resguardo é composta por terrenos onde as minas estão localizadas.

⁴¹ A Braskem informa que este valor é o padrão de compensação estimado a partir das moradias “ilegais” localizadas nas encostas do Mutange e Bebedouro. Informando ainda que quem desejar pode buscar avaliação individual de seu imóvel para que o programa ofereça uma proposta acima do valor padrão das operações.

mineradora adquiriu os imóveis dos moradores e por um valor abaixo do mercado imobiliário da cidade.

Os perigos envolvidos na movimentação estabelecida pelo programa de compensação são denunciados por moradores: a Braskem está se tornando proprietária de quatro bairros de Maceió. Os laudos emitidos até então, estimam que a estabilização do solo na região poderá acontecer num período entre dez e vinte anos. O Observatório da Mineração⁴² estima que a longo prazo a área possa render R\$40 bilhões para a petroquímica. A Braskem, refuta os argumentos de pesquisadores, lideranças comunitárias e moradores afirmando que mesmo com a estabilização, a área não seria viável para moradia humana.

O Ministério Público Estadual, por sua vez, afirma que pelo acordo estabelecido entre autoridades públicas e a mineradora, construções não podem ser empreendidas na região durante os próximos vinte anos. As denúncias de moradores e pesquisadores, contudo, não deixam dúvidas sobre como a estratégia da Braskem empurra os moradores para situações de pobreza e maximiza suas possibilidades de lucro a partir da despossessão. Vale lembrar, que ainda que não possa construir imóveis na região durante o período de estabilização do solo, a mineradora mantém entre seus empreendimentos em Alagoas, plantações de eucalipto para geração de energia. Gerando entre moradores a desconfiança de que as áreas verdes previstas nos acordos estabelecidos com o Ministério Público possam se tornar mais uma fonte de lucro.

Em Junho de 2020, apesar das inúmeras incongruências no plano de compensação às vítimas estabelecido pela empresa em acordo com autoridades públicas e da batalha judicial com grupos de vítimas, a petroquímica recebeu autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM) para iniciar estudos de exploração de sal-gema no litoral norte da região metropolitana de Maceió. A empresa retomou as operações nas fábricas em fevereiro de 2021, utilizando sal-gema importado do Chile, enquanto famílias continuaram vivendo em risco nos 1.893 imóveis pendentes de desocupação nos bairros afetados e outras quase mil

⁴² Centro de jornalismo investigativo fundado em 2015, que conta com a colaboração de jornalistas e cientistas interessados em problemas sociais e ambientais provocados pela mineração.

(558 aguardando resposta e 493 propostas reanalisadas) vivem uma situação de indefinição de suas vidas.

Em novembro de 2021, moradores que estão em situação de análise no plano de compensação, sem conseguir pagar aluguel voltaram a ocupar os escombros de suas casas, ainda que tremores tenham voltado a ocorrer na região. De outro lado, os lucros líquidos da mineradora, somente naquele trimestre duplicaram em relação ao mesmo período do ano anterior. R\$3,5 bilhões trimestrais e R\$13,4 bilhões no acumulado durante o ano de 2021. Quantias que ultrapassam os valores estimados no acordo entre Braskem e Ministérios Públicos estadual e federal para compensação dos moradores. Expulsões de pessoas, recursos naturais e destruição de modos de vida, garantindo o crescimento econômico exponencial no capitalismo global contemporâneo (Sassen, 2014).

Do estabelecimento das negociações até aqui, uma série de acontecimentos têm adensado os rastros deixados pela mineração. Da ampliação da área afetada e disputas sobre o mapa de risco à proibição de atos públicos no perímetro das propriedades da mineradora; Do rompimento de minas ao processo judicial formalizado pela mineradora contra moradores que se recusam a vender suas casas; Das denúncias de novos crimes ambientais na extração de areia para tamponar as minas, à instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; Da demolição de mais de catorze mil imóveis, aos casos de suicídio de moradores diante do desalento instituído em suas vidas, para ficarmos nos mais emblemáticos. Para nós, mais do que escrutinar em detalhes os episódios que constituem o caso Braskem até os dias atuais, importa-nos uma compreensão geral dos fenômenos que produzem de modo correlato a cidade e a tragédia, bem como acentuar como esse evento traumático tem levado ao paroxismo a teleologia do progresso em Maceió.

Valmir⁴³: No rastro do ouro branco

Conheci Valmir durante reuniões de articulação entre moradores dos bairros atingidos pela mineração e movimentos populares dispostos a contribuir com a organização dos moradores. Pele parda, cabelos grisalhos, olhar distante, postura contida. Ao final da reunião, levantou timidamente a mão e pediu a palavra. Com a voz trêmula, compartilhava a situação de isolamento vivenciada pelos moradores dos Flexais com a intensificação das demolições de imóveis dos bairros no entorno. As comunidades conhecidas como Flexal de Cima e Flexal de baixo, estão localizadas entre a estação ferroviária de Bebedouro e a laguna. Trata-se de uma região contígua ao bairro de Bebedouro, que a despeito de sua proximidade com as minas de sal-gema não foi incluída nos mapas de riscos.

Valmir nasceu em 1969, na cidade de Capela. Filho de trabalhadores rurais, moradores de uma fazenda de cana de açúcar, iniciou ainda na infância a lida nos canaviais. Primeiro, ajudando a limpar a palha da cana e a amarrar o feixe de cana cortada pelos pais; durante a adolescência, tornou-se também cortador de cana. Apesar das condições precárias de trabalho e moradia, no pouco tempo livre, a família tinha a possibilidade de manter pequenas lavouras no quintal da casa que a fazenda disponibilizava como moradia. Dessas lavouras, produziam o alimento e por vezes faturavam algum dinheiro ao vender o excedente na feira livre.

Os rumos da família se transformam a partir do desmonte do sistema de moradas na região. Em 1979, para ampliar as áreas de cultivo da fazenda, os proprietários demoliram as casas. Os trabalhadores passaram a morar em casas de aluguel na zona urbana dos municípios, construídas em propriedades dos fazendeiros. Em um primeiro momento, a família de Valmir continuou trabalhando na fazenda. Se para os proprietários, aquela era uma janela de oportunidades para ampliar seus lucros, convertendo as despesas com funcionários em safras maiores, para os trabalhadores, a nova dinâmica significava um movimento de empobrecimento. Sem a possibilidade de plantar seu alimento e com o aumento das despesas para morar e comer, em 1980, os pais de Valmir decidem buscar outra propriedade em que pudessem trabalhar e morar.

⁴³ Durante toda a segunda parte deste trabalho, buscando preservar a identidade de meus interlocutores, utilizarei nomes fictícios para pessoas.

O primeiro destino foi o município vizinho de Viçosa, onde viveram em duas fazendas, que logo aderiram à ampliação das lavouras nas terras destinadas à moradia dos trabalhadores. Seguindo na contramão dos avanços das lavouras de cana sobre a morada, a família buscou trabalho e abrigo entre diferentes paragens. Peregrinando entre pequenos engenhos, fazendas pertencentes a usinas ou a fornecedores de cana, que ora os impedia de plantar, ora os expulsava. Em 1983, os pais de Valmir, decididos a tentar a sorte longe do universo canavieiro, se mudaram para Maceió. Na capital, com baixa escolaridade e habituados às atividades rurais, caíram na informalidade.

O pai de Valmir, passou a ganhar a vida como servente de pedreiro e posteriormente fazendo pequenos reparos hidráulicos e elétricos. Sua mãe trabalhou como empregada doméstica, enquanto Valmir ajudava um vizinho em sua barraca de peixes na estação ferroviária. Com o estabelecimento da família na região lagunar do Bebedouro, se não havia a possibilidade de plantar, a laguna ofertava para a família alimento e renda através da pesca. Entre um serviço e outro, o pai de Valmir acompanhava os vizinhos nas pescarias. Valmir ia junto e entre canoas e tarrafas, se profissionalizou.

No Flexal, constituiu sua própria família, participando ativamente da vida comunitária. De auxiliar na barraca de peixes, com o tempo montou sua própria barraca, vindo a tornar-se uma liderança na associação de pescadores do bairro. Com o início dos episódios de afundamento do solo, viu pouco a pouco sua vizinhança ser destituída. A igreja centenária em que conheceu a esposa, o colégio em que estudou e onde viu sua filha ser aprovada no vestibular, a associação de pescadores, a estação de trem em que trabalhou durante os anos iniciais em Maceió, a própria laguna de onde tirou seu sustento anos a fio.

A situação de calamidade nos bairros circunvizinhos, preocupava os moradores. Com a delimitação dos mapas de riscos sem a presença dos Flexais, a dor e o sofrimento ficavam por conta da desocupação de parte significativa de Bebedouro. Muitos moradores, incertos do que aconteceria à região, deixaram suas casas. O cenário desolador descrito por Valmir na reunião em que nos conhecemos, passa a ser produzido a partir da demolição dos imóveis nos bairros do entorno. À medida em que comprava os imóveis afetados, sob a premissa de indenizar os

moradores, a mineradora assumia o controle daqueles territórios. Vias foram interditadas, casas lacradas, tapumes de aço se erguiam encobrendo os destroços, parte da linha férrea foi interrompida, escavadeiras e caçambas passaram a operar dia e noite ininterruptamente. Para os moradores dos Flexais, a cada dia, a vida se tornava insuportável e o bairro irreconhecível.

Com o rompimento de uma das minas em 2023, as primeiras rachaduras apareceram. O clima de insegurança iniciado com a demolição dos prédios nos bairros vizinhos se amplia. O perigo iminente, se materializava nas fendas abertas sobre vigas e pilares, tornando o que fora abrigo, uma ameaça de morte. Não se tratava apenas dos inconvenientes promovidos pelo isolamento social e econômico do bairro - que se tornara uma espécie de apêndice urbano - mas, no limite, do risco da própria existência. Em desespero, muitos moradores que haviam ficado, partem em busca de abrigo na casa de familiares. Outros tantos, se mudaram enquanto aguardavam o desfecho dos trâmites jurídicos. Aqueles que, como Valmir, não tinham a possibilidade de deixar suas casas, resignaram-se ou partiram para a articulação política com as demais vítimas. A partir daí, iniciam os embates para inclusão dos Flexais no mapa de riscos. Do dia para a noite, os Flexais se tornaram também bairros fantasmas, ainda que com uma diferença crucial. Como parte do acordo da mineradora com as autoridades públicas, a região dos Flexais se tornaria um piloto das ações de integração urbana propostas como compensação pelos danos “atribuídos à mineração”.

De modo mais abrangente, a estratégia de não assumir responsabilidade sobre a subsidência do solo, mas disponibilizar-se a contribuir com o remodelamento urbano de Maceió, transforma parte da cidade em um canteiro de obras geridos e ou financiados pela mineradora. Nos Flexais, as medidas se tornaram um ponto crítico. A recusa em incluir a região no mapa de riscos veio acompanhada de uma nova promessa de progresso e integração. Os moradores remanescentes, dividiram-se. De um lado, aqueles que não vêem viabilidade na “requalificação urbana” de um território que foi apartado da cidade, onde rachaduras seguem surgindo e a vida social se esgarça; de outro, aqueles que vislumbram na proposta, a possibilidade de em meio aos escombros, ver surgirem infraestruturas urbanas que nunca existiram no território.

Já no caminho que leva à comunidade, os primeiros sinais das mudanças. Casas lacradas contrastam com o asfalto novíssimo; um silêncio arrebatador, que dá lugar aos zumbidos do maquinário à medida em que se avança em direção à estação ferroviária. Dali em diante, mais tapumes, máquinas e trabalhadores. Uma dupla de guardas patrimoniais a serviço da empresa, fazem rondas motorizadas. As fachadas das casas cobertas pelo limo, portões acorrentados e muitas inscrições nos muros. “Realocação já!”, “Braskem Criminosa!”, “Aqui, enterraram sonhos!”, “Atenção Uber, aqui ainda há vidas”. Funcionários, ladrilhando a rua, me lembraram da canção infantil⁴⁴. Encontrei Valmir sob a sombra de uma gameleira, na lateral do trilho do trem que corta a avenida principal do Flexal. Seguimos em direção à laguna. Obras por todos os lados. Terraplanagem, instalação de ladrilhos, manutenção na via férrea, trabalhadores derrubando gameleiras centenárias para plantar palmeiras de condomínio.

Ao final da avenida, na praça em frente à laguna, placas com peças publicitárias anunciavam a construção de um pier e de uma marina. Chão de madeira reluzente, estruturas detalhadas com cabos de aço, famílias passeando, em nada parecidas com os moradores do local. Havia ainda três containers metálicos, mais afastados da praça. Valmir me explicava que aqueles containers foram oferecidos para abrigar uma família de pescadores cujos barracos de lona atrapalhariam a instalação das novas estruturas na margem da laguna.

Vidas como a de Valmir, produzidas nos rastros do ouro branco. Fadadas ao apagamento, vivendo sobre o fio da navalha, recusando-se a se entregar. Em nossa conversa, Valmir admitia o cansaço diante da força do oponente. Ele viu projetos de vida de diferentes gerações se transformarem em um pesadelo coletivo, perdendo vizinhos, familiares, testemunhando o desaparecimento de sua comunidade. Sua atuação em defesa da realocação lhe rendeu desentendimentos, um quadro clínico de depressão e ameaças contínuas de morte, que não foram capazes de lhe silenciar. Me dizia que se ainda lutava, era pelo direito de não serem esquecidos, de não lhe tomarem também sua memória.

⁴⁴ Se essa rua, se essa rua fosse minha / eu mandava, eu mandava ladrilhar.

A Levada como posto de observação

Em 2018, diante do cenário de instabilidades políticas nacionais, o MST iniciou um projeto de articulação política em periferias urbanas de dezesseis capitais brasileiras: as brigadas do Congresso do Povo Brasileiro⁴⁵. Esse projeto instalou pequenos núcleos de jovens militantes em periferias urbanas, buscando potencializar organizações já existentes nos bairros, ao mesmo tempo em que os novos militantes fossem forjados a partir da experiência concreta de organização popular. Aceitar o convite de compor esse coletivo em Maceió foi decisivo para essa pesquisa, na medida em que minha atuação enquanto brigadista se tornou uma espécie de conector com uma série de trajetórias produzidas entre o processo de urbanização e o estado de coisas em que nos encontramos contemporaneamente.

Em Maceió, a brigada se estabeleceu em um território que eu, tendo crescido na Zona Sul, conhecia desde a infância: a Levada. Um dos bairros mais estigmatizados dessa região, localizado entre o centro da cidade, sua principal feira livre e a laguna Mundaú (importante estuário de Maceió, também metáfora e metonímia das Alagoas). Embora conhecesse a Levada desde muito cedo, por ir à feira com minha mãe na infância, ter amigos que moravam no bairro e frequentar durante a adolescência as bancas de vinil na feira do rato⁴⁶, a condição de brigadista me possibilitou experienciar o bairro em diferentes circunstâncias e escalas.

⁴⁵ De maneira mais genérica, o Congresso do Povo Brasileiro seria uma organização conjunta de movimentos populares para a definição de uma agenda comum e ampla de atuação para o período pós-impeachment da presidente Dilma Rousseff. A partir da leitura de que as organizações de esquerda viviam um grande desgaste, propunham experimentar formas de diálogo e mobilização entre categorias de trabalhadores, estudantes e organizações de bairros por todo o país, que culminaria num grande congresso a ser realizado no estádio do Maracanã (RJ). O acirramento das tensões políticas, somados às pretensões eleitorais particulares de cada organização que compunha esse projeto de frente ampla, impossibilitaram a construção do congresso. Sua metodologia, entretanto, foi levada a cabo pelo MST, que a partir de 2019 intensificou a organização de brigadas urbanas.

⁴⁶ A feira do rato, anteriormente feira do rolo, era uma feira de compra, venda e troca de objetos usados, estabelecida nas imediações do mercado público desde o início da década de 1960. A mudança no nome para feira do rato, tinha relação com a frequência com que mercadorias roubadas, armas e drogas circulavam no espaço. A feira era composta por um corredor estreito de barracas improvisadas construídas ao lado da linha férrea. Ficou conhecida pela disposição em que os feirantes que não possuíam barracas, expunham suas mercadorias: em cima da linha do trem. Cada vez que o trem passava, os comerciantes recolhiam os produtos e se espremiavam entre as barracas e a via férrea. A feira teve fim oficial com a reforma da estação e implementação do VLT, sendo reestabelecida em menor proporção poucos metros adiante.

Nas primeiras incursões, acompanhado pelos quatro parceiros de movimento, eu caminhava pelas calçadas estreitas do Centro, próximas à linha do trem, seguindo em direção à Levada. Nesse trecho, os bares, comércios e poucas casas, aos poucos iam dando lugar ao movimento intenso de pessoas, carros e motos; às ruas antigas de paralelepípedo com muitos buracos, às tantas outras sem calçamento, revestidas de poeira e lama. Porcos imensos, patos, galinhas e carneiros que ficavam num terreno baldio marcavam a transição entre a região da linha do trem e a parte externa das imediações do terminal da Levada. Fizemos esse percurso duas vezes na semana, durante um mês. Na Levada, encontraríamos Julia, moradora e funcionária de uma Ong, que facilitou nossos contatos iniciais na comunidade.

Para chegar à sede da Ong, entrávamos em um dos becos próximos ao terminal de ônibus, que dão acesso à Vila Brejal⁴⁷. Na esquina, um ponto de mototáxi e duas bancas que vendem carvão natural, se equilibram em palafitas sobre um córrego espesso, que mistura as águas da laguna ao esgoto das casas. De longe era possível ver as marcas de pichações numa parede gasta: “TD2⁴⁸ Passa Nada” e “Luto! Eterno Maceió!”. O esgoto no caminho virando cocho para grandes porcos que se refrescam na lama, por vezes dificultando a passagem.

Seguindo em frente pouco mais de trinta metros, há um cruzamento em ‘L’ de duas ruas mais largas, onde está localizada a sede da Ong. Muitas crianças rivalizam o ‘meio da rua’ com carros e motos, brincando; vizinhos conversam nas calçadas. Alguns homens bebem e jogam dominó nas esquinas, outros bebem e conversam na porta de pequenas biroskas. Mulheres circulam com crianças e outras mulheres, sentam-se à porta conversando e preparando mercadorias para a feira do dia seguinte; Rodas de adolescentes misturam flertes, brincadeiras e transações ilícitas.

Julia nos ajudou a encontrar uma casa na região. Não sem antes nos alertar sobre os alagamentos no período chuvoso e os constantes problemas ocasionados

⁴⁷ Muitas vezes confundida com o próprio bairro da Levada, a Vila Brejal é um complexo de vilas e favelas que se estabeleceram no bairro a partir dos anos 1980, com o aterramento do mangue e canais da lagoa.

⁴⁸ TD2, ou Tudo 2, é um dos símbolos mobilizados para referir-se ao Comando Vermelho (CV), em que o número 2, faz alusão às duas palavras ou letras que representam a bandeira faccional. O símbolo costuma ser utilizado em oposição à organização vista como rival (Primeiro Comando da Capital - PCC), simbolizada pelo número 3, também em alusão à quantidade de letras que compõem a sigla que identifica a organização.

pela polícia. Havia operações constantes, que muitas vezes ocupavam aquele trecho do bairro por horas, resultando em invasões de residências e trocas de tiro. “Eu vou logo avisando que a polícia aqui não respeita ninguém. Invade a casa de qualquer pessoa a qualquer hora do dia”. Nos instalamos na avenida principal, paralela à rua da Ong, em uma casa antiga de primeiro andar, próxima ao córrego e a uma praça.

Nas décadas de 2000 e 2010, as páginas policiais dos jornais locais e o fenômeno dos programas televisivos de plantões policiais, alimentavam a tese de que a Levada concentrava o maior ponto de comércio de drogas da parte baixa de Maceió⁴⁹. Nela atuavam personagens considerados pela polícia como as principais lideranças do chamado crime organizado de Alagoas. Algumas das histórias mais divulgadas eram a do comerciante de porcos Zé Moreno e seus filhos Caetano e Nem Catenga, procurados e apreendidos diversas vezes por tráfico de drogas e assalto a banco. Madonna também ganhava destaque nas manchetes de jornais policiais, definida pela polícia como “a primeira dama do tráfico”.

A série de execuções de lideranças criminais praticadas pela polícia nesse período, abriram caminho para o fortalecimento dos sentidos de pertencimentos faccionais entre lideranças mais jovens, que na última década contribuíram com o escalonamento de uma guerra nas periferias e a posterior pacificação da Zona Sul sob a bandeira do Comando Vermelho (CV) a partir de lideranças da Vila Brejal, que mantém relações históricas com a organização carioca desde a década de 1990.

Durante as semanas seguintes, percorri becos e ruas, com um parceiro, apresentando o movimento e as atividades que seriam desenvolvidas no bairro. Uma turma de alfabetização e uma oficina de serigrafia. Àquela altura, andar pela quebrada em busca de pessoas interessadas naquelas atividades, me levavam a encarar de maneira mais nítida, a composição multifacetada do território. Pude acompanhar, por um lado, as dificuldades cotidianas encaradas pelos moradores, mas também as diferenças de horizontes que alimentavam em suas vidas e as tensões e confluências produzidas nessas relações.

⁴⁹ Em janeiro de 2013, por exemplo, o Gecoc informou ao portal de notícias Alagoas 24 horas, que em operação realizada no bairro foram apreendidos R\$90.000 na residência de Zé Moreno.

Falar sobre a Vila Brejal em Maceió, costuma trazer um misto de confusões: nome bastante conhecido para uma região de definição imprecisa. Divulgada como uma das regiões de maior pobreza da cidade e associada a uma imagem de violência e perigo constantes, este é um território sobre o qual pesam grossas camadas de depreciação simbólica. Em muitas ocasiões entendida como um bairro, a Vila Brejal, na verdade, faz parte do complexo de ruas e “vilas” que compõem o bairro da Levada, de modo que se faz necessário operar essa distinção e ter em mente as nuances de diferenciação e as implicações entre morar em um ou outro ponto do bairro, tendo como um marcador espacial importante, a avenida principal e o ‘valetão’⁵⁰.

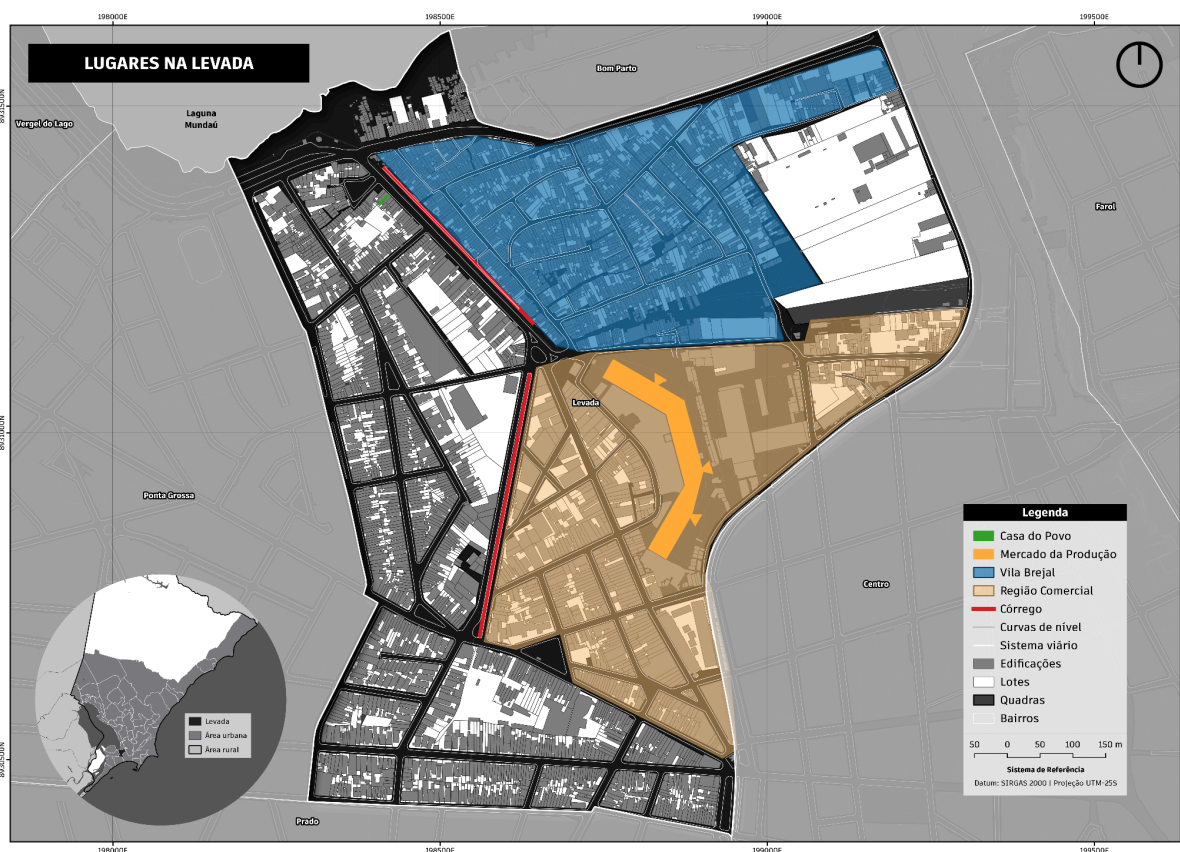
Essas aproximações e diferenças se impõem às vidas dos moradores, constituindo um território marcado por grandes desigualdades, tensões, bem como repertórios diversos de organização. Desde meados da década de 1990, em virtude da crescente má reputação pública da Brejal, parte dos moradores que vivem do outro lado de uma das avenidas principais, por exemplo, passaram a reivindicar-se enquanto moradores do bairro vizinho Bom Parto. Numa direção parecida, seguem outras distinções, marcadas por posições como a possibilidade de ter ou não um trabalho formal, estar mais próximo ou mais distante das avenidas, viver em casas ou vilas, ruas ou becos.

É comum ouvir dos vizinhos da avenida principal, quando alguém se refere ao bairro como Brejal, que aquela rua não faz parte da Brejal, que “A Brejal é lá pra dentro”. A necessidade de distanciar-se do estigma levado pelo território é tamanha, que à medida que se avança em direção ao ponto de referência que alguém sinalizou como parte da Brejal, outro alguém irá sugerir que a Brejal é mais adiante. É possível perceber também esse esforço de diferenciação entre os que moram na praça e nos becos ao seu redor e entre os que moram nas avenidas atrás da casa,

⁵⁰ Modo como é conhecido pelos moradores o córrego que dá nome ao bairro. Antes da desativação do porto da Levada nos ano 1960 e do crescente aterramento da laguna Mundaú, este córrego, a própria levada ou canal da levada, se estendia até as imediações da Praça do Pirulito no Centro, sendo um canal de comunicação fluvial entre os portos de Jaraguá e da Levada a partir do Riacho Salgadinho. Para uma dimensão da importância dos canais na vida social de Maceió, ver: Brandão, 2001 e Lima, 2014.

quase fronteiriças com a Ponta Grossa. O que às vezes faz parecer existirem várias Levadas.

Figura 27: Mapa do Bairro da Levada



Fonte: Elaboração própria.

De modo mais genérico, é possível dividir este território em algumas zonas, tais como as demonstradas no mapa acima: Cercada pelos córregos e pelas duas avenidas principais, a Brejal; Do outro lado do córrego e fazendo fronteira com o bairro da Ponta Grossa, uma Levada mais “estável” e no extremo, fronteira ao centro da cidade, a região pouco habitada, mas muito movimentada durante o dia, da feira livre (mercado da produção).

A avenida principal, não muito larga, fica paralela ao já referido córrego. Nela é possível encontrar casas largas, algumas remanescentes do período prestigioso do bairro, tombadas como UEP⁵¹, misturadas a casas pequenas e simples. Em muitas delas, os moradores constroem pequenos empreendimentos voltados ao ramo do comércio alimentício e de bebidas. A avenida de asfalto antigo, é repleta de areia do canteiro que limita o córrego, de modo que o movimento intenso de carros e caminhões na avenida, faz com que exista uma constante névoa de poeira no ar. O canteiro estreito, possui árvores em alguns pontos e vive sobre o movimento intermitente de aglomeração e retirada de entulhos e lixo. Há pontes em algumas posições sobre o córrego, que ligam a avenida às casas que ficam do outro lado.

Esse conjunto de casas em frente ao córrego é atravessado por becos que dão acesso à Vila Brejal. Muitos moradores trabalham no Mercado da Produção durante o primeiro período do dia. Pela tarde é comum encontrá-los nas calçadas organizando os materiais que levarão para a feira no dia seguinte. As calçadas, aliás, são parte importante da sociabilidade do bairro. Estando quase sempre repletas de pessoas, que bebem e conversam, jogam dominó, ouvem música ou exercem tarefas ligadas às suas vidas econômicas. Dona Vera, por exemplo, passa bastante tempo conversando com vizinhos e descascando fios de cobre ou limpando sururu na calçada em frente à sua casa. Foi a ajudando com os fios de cobre, que passei boa parte das tardes no bairro nos últimos seis anos.

Figura 28: Passarelas sobre o córrego na avenida principal da Levada

⁵¹ Criadas a partir do Plano Diretor de Maceió (Lei 5.486/2005), as Unidades Especiais de Preservação, são segundo o mesmo documento, 'imóveis e espaços urbanos públicos e privados cuja importância histórica e arquitetônica foi reconhecida como relevante para Maceió por constituírem expressão arquitetônica ou histórica do patrimônio cultural edificado da cidade, composta por uma ou mais de uma edificação isolada e suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do município, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato.' O conjunto de dez casas ao lado da Casa do do Povo, formam a UEP nº45.



Fonte: Fotografia do autor, 2020.

Ainda nas imediações da Avenida principal do bairro, indo em direção à laguna, fica a região conhecida como Largo São Pedro. Um espaço amplo, constituído por três ruas que cercam uma praça triangular. Sem calçamento e com pouca arborização, o terreno triangular tem no centro uma imagem de Nossa Senhora das Graças, bancos de cimento desgastados pelo tempo e uma tenda no lado direito. Esse é um espaço que vive sobre intensas disputas entre grupos diversos. Nele circulam, por exemplo, crianças e adolescentes que soltam pipas, ensaiam com grupos de dança, cuidam de negócios ilícitos; um grupo católico de orações que se encontra semanalmente, concorrendo em potência sonora com os cultos da igreja pentecostal que fica na esquina da praça. O Largo São Pedro é um lugar de contrastes. Entre casas espaçosas, duas aberturas com menos de um metro de largura dão acesso à rua por trás do Largo. Esses becos, que parecem dar acesso a um lugar fechado, sempre surpreendem ao abrirem caminho para outros conjuntos de novos becos e arruados.

As ruas que ficam atrás da casa do MST são bem diferentes. Ruas mais largas, uma quantidade visivelmente maior de casas amplas e com acabamento mais sofisticado. Muros altos, jardins e varandas, portões grandes e fechados,

muitas cercas elétricas. Algumas preservando a fachada da primeira década do século XX. Em uma esquina, por exemplo, é possível ver uma casa amarela com arabescos e o ano 1935 gravados em verde na parede. O ar de patrimônio histórico se intercala aos aspectos da informalidade característica da região. Propagandas de cerveja, recarga de celular, jogos de azar e produtos preenchem a parte de baixo da parede. Uma cobertura improvisada sobre a calçada, feita de madeira e telhas de zinco, parece separar os dois universos. No alto uma placa anuncia: Esquina da economia - Cereais, Bebidas, Material escolar e variedades.

Por outro lado, muitas casas conservam características das vilas operárias da segunda metade do século XX. Pares de casas espelhadas, divididas por um muro baixo, misturam-se a construções semelhantes, mas que incorporaram elementos arquitetônicos contemporâneos. Quanto mais caminhamos em direção à Ponta Grossa, a quantidade de aparelhos públicos e privados de bens e serviços aumentam. Escolas, supermercados, praças, pontos de ônibus. A dinâmica das ruas também é visivelmente diferente. As pessoas circulam pouco. Pontualmente uma ou outra se sentam nos jardins das casas de muros baixos durante a tarde. Os muros altos e portões fechados talvez contribuam com o aspecto de privacidade e o ar de tranquilidade do lugar. Dessa profusão de cenários complexos, que guardam estreita relação entre o passado e o presente de Maceió é que irão emergir os testemunhos que possibilitam puxar o novelo de uma história urbana à contrapelo.

CAPÍTULO 5

Durante as tardes de maio de 2018, buscando dar visibilidade às atividades que o coletivo de brigadistas do MST passaria a desenvolver no bairro da Levada, me lancei às ruas do bairro. Para mapear as pessoas que teriam interesse em participar das turmas de alfabetização popular, contamos com a ajuda de uma Ong local. A instituição surgiu em 1987, a partir de missionários católicos, para lidar com o problema crescente do desaparecimento de meninos e meninas de rua no cenário de expansão de Maceió.

Os trabalhos passaram a abranger crianças e famílias em situação de vulnerabilidade em 1991, com a consolidação das favelas da região lagunar, em particular da Vila Brejal. Atualmente, já sob o formato de Ong, a operação conta com o subsídio de uma fundação holandesa e recursos provenientes de eventuais editais públicos e privados. Estabelecendo ainda, termos de cooperação com a Universidade Federal, de onde recrutam estagiários que trabalham como educadores e assistentes sociais.

As transformações do público atendido e do formato da organização, parecem-me carregar um potencial descritivo das próprias transformações que instituem o espaço urbano em que se desenvolveram. Na esteira das intensas transformações ocorridas em escala nacional nos últimos vinte anos, novos e velhos clientelismos, somam-se à ONGs, movimentos sociais, organizações criminais e religiosas, criando um cenário em que as constantes instabilidades nas vidas dos moradores tornam-se um campo de disputa por fidelidade.

Entendo que possa gerar algum tipo de estranheza ao leitor, que depois de insistir ao longo do texto em uma crítica de perspectivas que endossam a crença numa série teleológica do progresso e de sua face urbana, que a essa altura eu esteja interessado em chamar atenção para as promessas de integração levadas à cabo por organizações políticas, religiosas ou criminais. Se o faço, é porque exatamente a partir do encontro entre as diferentes gramáticas produzidas e levadas à cabo por essas forças plurais no bairro, que as diferentes formas de vida constituídas em nossa urbanização passaram a ganhar relevo na face contemporânea observada por esta pesquisa. Se para as organizações o território é um espaço constituído por carências sobre as quais dar forma, para os moradores,

aquelas promessas eram janelas de oportunidades possíveis de mobilizar em suas batalhas cotidianas.

Figura 29: Feira livre da Levada



Fonte: Fotografia do autor, 2020.

No último dia do mutirão de inscrições para as atividades, enquanto passava ao lado de um beco, parei para conversar com um grupo de adolescentes que durante quase toda semana estavam dançando naquele mesmo lugar. Descontraído, perguntei se estavam ensaiando para alguma apresentação. Tito, um jovem negro, alto e magro, me explicou com a voz rouca, que estavam ensaiando para uma batalha de passinho⁵² que acontecia no bairro vizinho. PH, um MC que acompanhava o grupo, falou que me reconheceu da praça e que botava fé nas atividades que iríamos desenvolver na quebrada. Sua tia participaria da turma de

⁵² Entre os anos de 2018 e 2019, o fenômeno do bregafunk explodia como sonoridade para além das periferias de Recife, com a música “Surtada” de Dadá Boladão chegando ao top 1 das músicas mais ouvidas na popular plataforma de streaming musical Spotify. Ao som de batidas frenéticas que misturavam vertentes do tecnobrega e do funk, as canções com temas que variam do erotismo à fruição jovem, com refrões grudentos e vozes distorcidas por sintetizadores, faziam a cena que vinha se estabelecendo nos bailes de corredores das periferias recifenses desde meados da década de 2000, ganhar projeção no nordeste brasileiro e em circuitos funk do sudeste. Entre 2019 e 2020, os desafios de passinho, dança que envolve movimentos de ombros, braços e quadris, sincronizados com a batida das músicas, muito presente nos bailes, entrava no gosto de adolescentes nas periferias de Maceió, produzindo um circuito de batalhas de coreografias. Para uma perspectiva histórica do bregafunk ver o documentário “Novidade nova” (2019) [disponível em: [NOVIDADE NOVA - Documentário Brega Funk](#)] e o documentário “O bregafunk vai dominar o mundo (2019) [disponível em: [O BREGA FUNK VAI DOMINAR O MUNDO](#)].

alfabetização. Percebendo a abertura, perguntei se eles não tinham interesse em participar das oficinas de serigrafia.

PH, respondeu que tinha interesse, mas que para eles seria mais importante ter alguma oportunidade de se apresentarem no bairro. Se queixava de que muitos vizinhos tratavam o grupo com desprezo. Preferiam abrir as portas para quem é de fora. Ao contrário dos próprios vizinhos que ele dizia lhe acusarem de ser metido e sem talento, me falou que recentemente conseguiram uma apresentação em uma boate de playboy, onde foram bem recebidos. Pela primeira vez, além de se sentirem prestigiados como artistas, recebiam os aplausos do outro lado da cidade. Aquela experiência era marcante porque em episódios anteriores, quando foram ensaiar em praças dos bairros nobres onde ficava aquela boate, foram abordados pela polícia e interrompidos de seguir ensaiando se continuassem a utilizar a caixa de som.

Poucas semanas depois que comecei a acompanhar os ensaios dos MCs e dançarinos de passinho, Claudio, um vizinho com quem eu mantinha proximidade desde que nos instalamos na avenida, me chamou enquanto eu fumava um cigarro na calçada. Ele é um homem forte e de pele clara, que aos 40 anos de idade, faz pequenos serviços como pedreiro, eletricista, marceneiro e encanador. Em suas palavras, “todo tipo de reparo”. Ele estava limpando o canteiro que divide o córrego e a avenida, no trecho em frente à sua casa. Atravessei a rua e escorado no corrimão da ponte sobre o córrego, ouvi Claudio me explicar que estava preocupado com a minha aproximação dos garotos que ensaiavam na praça. Se queixava daquela movimentação dos adolescentes no bairro. Para ele, aqueles jovens, diferente de mim, não querem nada com a vida, são maloqueiros.

Durante o último natal colocou luzes na árvore em frente à sua casa e os maconheiros roubaram. Outra vez foram os pneus do canteiro que tentaram arrancar para maloqueirar depois de usarem drogas. Segundo ele, essas situações estão acontecendo menos que a dois anos atrás, quando também eram comuns roubos e assassinatos na rua. Diminuição, que na avaliação dos adolescentes está relacionada à recente hegemonia do Comando Vermelho no controle das bocas de fumo da região lagunar⁵³. “Os caras não deixam mexer”. Ademais, Claudio foi

⁵³ O crescimento dos sentidos de pertencimento faccionais que passaram a organizar os mercados criminais em Alagoas a partir da década de 2010, criou um cenário de instabilidades e conflitos constantes entre diferentes quebradas, a partir do rompimento da aliança entre CV e PCC em 2017.

taxativo em afirmar que na praça só tinha o que não presta. “Todos ali são sem futuro”, falou apontando para marcas de bala na parede de sua casa e ponderou que as reuniões dos garotos costumavam gerar muitas confusões.

Claudio também faz gatos. Para *puxar um fio* de poste público para casas de pessoas que não podem ou não querem pagar a concessionária de energia, ele cobra, a depender de quem lhe pede, 200, 500 ou 700 reais. Atividade essa que já lhe rendeu problemas com uma guarnição policial no bairro vizinho, quando flagrado em serviço e sem margem de negociação, foi parar numa delegacia. As infraestruturas do bairro e a ação policial se impõem como barreiras para os mais jovens e os mais velhos. Para Claudio, porém, seu corre fazendo ligações clandestinas é um serviço para atender urgências cotidianas de seus iguais, diferente do que faz a maloqueiragem, os jovens desocupados que dançam, fazem arruaça e usam drogas ou mesmo o corre dos garotos que parados em uma esquina da quebrada passam droga. Ele usa suas mãos de trabalhador para deixar sua casa ou a de outros arrumada.

De modo geral, os trajetos urbanos que seguem, em suas tantas particularidades, abrigam marcas de nossa urbanização, carregando sob os pés cansados, a luta pela integração dos vivos e dos mortos, permitindo trabalhá-los como uma sorte de trajetórias-síntese. São trajetórias inscritas em diferentes gerações, que ao percorrerem a cidade, produzem-na, ao passo que moldam também suas subjetividades. Através de seus passos, torna-se possível produzir uma descrição do atual estado de coisas que conforma os tipos humanos que cruzaram meu caminho pelas ruínas, que a título de exposição poderíamos categorizar como utopias e histórias sem redenção.

Desde a publicação da obra de Thomas More no século XVI às lutas de libertação anticolonial e anti imperialistas do século XX, a palavra utopia tem sido utilizada de modo ambivalente, enquanto crítica das condições de vida modernas. Digo ambivalente, pois ainda que seja mobilizada para designar experiências de

Na região lagunar, que mantém relações históricas com o Comando Vermelho, haviam poucas quebradas aliadas do PCC, mas a guerra se exprimia nas ruas, com restrições de moradores circularem entre determinados bairros ou conjuntos habitacionais identificados com os rivais. Se por um lado a dinâmica da guerra associada às facções produzia essa instabilidade, por outro, havia uma noção de que com a referência faccional, havia uma maior organização dentro dos próprios territórios. A partir de 2022, com o CV se tornando hegemônico na zona sul de Maceió, tornou-se cada vez mais comum ouvir a expressão “A zona sul avermelhou”. Para um panorama das implicações da “guerra das facções” em Maceió ver: Motta et Al., 2022.

abolição das desigualdades e produção de relações sociais emancipadoras, seu manuseio está associado à ideia de impossibilidade. Reificando o sentido teleológico do progresso, cuja expressão máxima estaria nas formas de vida cristalizadas na modernidade. Nas histórias urbanas que trago neste capítulo, gostaria de fazer uma inflexão, inspirada na provocação do cineasta argentino Fernando Birri, tornada famosa por Eduardo Galeano (1993), em que a utopia se torna sinônimo de horizonte. A imagem produzida por Galeano, se guarda o aspecto de inalcançável, por outro lado, ganha corpo e forma na ação de caminhar rumo ao horizonte.

Para nossas personagens, diante da experiência urbana vivida no fio da navalha, seus projetos de vida e comunidade, não são pensados como sonhos distantes e impossíveis, senão como uma janela de possibilidades aberta no momento presente. Essas experiências que chamarei de utopias movimentistas e religiosas são, portanto, experiências de um outro mundo, que está sendo construído cotidianamente sobre as ruínas de suas próprias existências.

Utopias movimentistas

Conheci Matheus em 2016, durante uma ocupação ao prédio do IPHAN em Jaraguá. A ocupação fazia parte de um calendário mais amplo de agentes culturais e movimentos populares, desencadeada com a extinção do Ministério da Cultura operada pelo governo Michel Temer. Na ocasião, as diferentes organizações que compunham a ocupação, realizavam diariamente apresentações culturais e debates durante os sessenta dias em que o prédio estava ocupado. Matheus, que organizava batalhas de hip-hop, estava na ocupação representando um movimento social. Pele parda, barba cheia e bigode fino, expressão séria e olhos profundos, levemente encobertos pelo boné vermelho. Vestindo camisa larga e com uma corrente de prata parcialmente visível no pescoço, falava com determinação sobre os próximos passos da ocupação.

Matheus nasceu em 1993. Ele é o segundo filho de um casal que se estabeleceu em Maceió durante a década de 1970. Seu pai trabalhou boa parte da vida como taxista, enquanto sua mãe trabalhava em lojas de departamento no

Centro da cidade. A família se estabeleceu no Benedito Bentes⁵⁴, no final da década de 1980, após adquirir uma casa em um loteamento nos limites do conjunto habitacional recém inaugurado. Do Benedito Bentes, Matheus lembra dos campos de futebol que frequentava com o pai, das longas viagens de ônibus e das muitas plantações de cana próximas ao loteamento em que a família fazia melhorias na casa modesta em que cresceu.

Uma lembrança indigesta do Benedito Bentes é de quando ainda criança, Matheus viu sua família mudar abruptamente os rumos, quando o pai adoeceu em 2001. Após um mal estar, Reinaldo foi internado com um quadro agudo de hepatite. O projeto familiar reconfigurou-se no sentido de garantir sua recuperação. Em um primeiro momento, Ana largou o emprego para acompanhar o marido na exaustiva rotina hospitalar, enquanto as crianças ficaram sob o cuidado de familiares que moravam em outro conjunto habitacional da parte alta de Maceió. Empenhado no tratamento, Reinaldo teve uma melhora e retomou suas atividades como taxista. No ano seguinte, as crises se intensificaram, levando a uma nova internação e ao quadro clínico de cirrose, que em pouco mais de três meses o levaria à morte.

Após o falecimento do marido, Ana, não suportando conviver com as memórias que aquela casa trazia, decidiu se mudar. Antes de adoecer, Reinaldo conseguiu através de um amigo, adquirir as chaves de uma casa em um loteamento da COHAB no bairro de Cruz das Almas. Com a crise do programa habitacional em Maceió e a quantidade de títulos de imóveis sendo vendidos a preços baixos, via na aquisição de um imóvel, a possibilidade de investimento no futuro dos filhos. Como já havia finalizado as parcelas da casa em que moravam, assumir as parcelas restantes do imóvel de seu amigo em Cruz das Almas lhe parecia um bom negócio.

Naquele período, Cruz das Almas, nem de longe se parecia com o ambiente repleto de serviços e empreendimentos de luxo à beira mar, paulatinamente transformado em constante canteiro de obras pela especulação imobiliária a partir

⁵⁴ O bairro do Benedito Bentes surgiu a partir da construção do conjunto habitacional de mesmo nome em 1986. Sua expansão ao longo das décadas seguintes, seja a partir da ocupação das zonas de encostas, do loteamento e da grilagem popular, da construção de outros conjuntos habitacionais e da mais recente tendência da construção de condomínios populares subsidiados por políticas habitacionais do governo federal, tornaram-no o bairro mais extenso e populoso de Maceió, com pouco mais de 88 mil habitantes, distribuídos em uma área de 24,6km². Para uma perspectiva panorâmica sobre o Benedito Bentes, ver: Magalhães, 2022.

da instalação de um shopping em 2013. Apesar de ser a principal via de acesso pelo norte de Maceió, na década de 1990, a Cruz das Almas ainda era uma região considerada afastada da cidade, em que predominavam coqueirais e sítios de veraneio. Para a família de Matheus, que vinha da região ainda mais afastada do Benedito Bentes, Cruz das Almas estava a um passo do Centro da cidade.

Imagem 30: Praia de Cruz das Almas no início da década de 1990



Fonte: Portal História de Alagoas.

Em Cruz das Almas, Ana procurou se reestabelecer com os filhos. Para Matheus, a morte repentina do pai, de quem era muito próximo, foi um evento traumático. A mudança de bairro foi como iniciar uma nova vida. Perdera não só o pai, mas tudo o que lhe era familiar. Se tornou retraído e passou a ter dificuldades na escola, ficando afastado da sala de aula por quase um ano. Nesse período, novamente a casa da tia lhe serviu de abrigo. Entre idas e vindas da casa da tia para Cruz das Almas, passou a frequentar a sede social de um clube no bairro. Lá, tomou contato com o bumba meu boi⁵⁵ e com o hip-hop, atividades que lhe

⁵⁵ O bumba meu boi, folguedo amplamente difundido no nordeste e norte do Brasil, é uma das manifestações mais emblemáticas da cultura popular de Alagoas. Nas periferias de Maceió, os grupos de bumba meu boi são importantes marcadores da sociabilidade juvenil, bem como símbolos de identidade com as comunidades em que estão inseridos. Para uma perspectiva histórica do

trouxeram um novo ânimo. Tornou-se ativo entre os adolescentes do bairro, frequentando diariamente a quadra e o clube social.

Aos quinze anos, vendo as dificuldades da mãe em manter as despesas da casa, decidiu que buscaria um trabalho. Ana não permitiu que abandonasse a escola, mas vendo a disposição do filho em arrumar uma ocupação, conseguiu uma vaga no programa de menor aprendiz da empresa em que trabalhava. Matheus passou a dividir seu tempo entre os estudos pela manhã e o trabalho pela tarde. Nas folgas, costumava acompanhar com os amigos, os ensaios do boi e os jogos do CSA.

A participação ativa nos grupos de adolescentes de seu bairro, representou para Matheus a possibilidade de engajamento em rivalidades de galeras de bairros e aventuras nas fileiras de torcidas organizadas. Em 2009, pela primeira vez, colaborou com os negócios ilícitos operados na quadra do bairro. Um amigo lhe pediu que guardasse em sua casa um revólver e uma pequena quantia de maconha. Em troca, recebeu metade do que ganhava em um mês trabalhando como jovem aprendiz. Matheus, que já era respeitado por sua disposição nas tretas de bairro e por sua lealdade aos amigos da quadra, passou a operar com certa frequência essa função, sempre que havia necessidade. Com o tempo, se integrou aos negócios dos amigos, tornando-se homem de confiança do patrão do bairro⁵⁶.

Em 2012, em decorrência da escalada de homicídios em Maceió⁵⁷ e da baixa operacionalidade investigativa do sistema de justiça criminal alagoano, Maceió recebeu as primeiras tropas da Força Nacional de Segurança, sendo uma das cidades piloto de implementação do plano Brasil Mais Seguro (Silva, 2017). Ainda naquele ano, Matheus sentiu pela primeira vez a sensação de ter sua vida sobre a mira de uma pistola. Com a chegada das tropas federais em Alagoas, abordagens e

bumba meu boi em Alagoas ver: Duarte, 2010. Para uma perspectiva do bumba meu boi nas periferias de Maceió, ver: “Nas quebradas do boi” (2019) [disponível em: [\(3304\) Nas Quebradas do Boi - Curta-metragem - YouTube](#)]

⁵⁶ Antes da hegemonia das facções como coletivos criminais que passaram a gerenciar política e economicamente o mercado de drogas em Maceió a partir da década de 2010, esse mercado se estruturava a partir de referências locais dos territórios. A figura do patrão do bairro ocupava a posição de liderança criminal nos territórios em uma dinâmica parecida com o que no Rio de Janeiro ficou conhecido como donos do morro (Hirata, Grillo, 2017). Para uma discussão sobre a governança criminal em Maceió ver: Motta et al. (2022).

⁵⁷ Para uma abordagem sobre o fenômeno dos homicídios em Alagoas entre as décadas de 2010 e 2020 ver: Nascimento; Galdêncio, 2014 e Nascimento, 2017b.

emboscadas policiais se tornaram cada vez mais rotineiras⁵⁸. Em muitas quebradas, o reforço das tropas representava também um senso de competição entre as guarnições locais, que se viam desafiadas pela intervenção federal.

Matheus já havia sido abordado pela Força Nacional durante partidas de futebol na praça, mas foi de uma guarnição que atuava na região litorânea que partiram as situações de maior perigo. Primeiro, viu dez companheiros serem presos no intervalo de um semestre. Com a intensificação das operações, as atividades do grupo arrefeceram na quadra. Meses depois, policiais encapuzados cercaram os adolescentes em uma rua do bairro. Chamando os dois pelo nome, afirmaram: “Nós já estamos com tudo copiado. Não interessa se tem flagrante. Ou acaba com essa porra aqui, ou vamos sumir com vocês um por um”.

A situação limite da ameaça de morte levou Matheus a passar uma nova temporada na casa de sua tia. Dessa vez, as coisas eram diferentes. Ele já não era uma criança se recuperando da perda do pai, mas um jovem em conflito com a lei, ameaçado pela polícia. Os cuidados familiares se traduziram em uma rígida disciplina, com horários para entrar e sair de casa e o compromisso de acompanhar o tio no trabalho de carpintaria. Os esforços da família para distanciar Matheus das atividades que colocavam sua vida em risco, foram responsáveis por sua aproximação dos movimentos sociais. Diante das preocupações, outra familiar se dispôs a recebê-lo em sua casa, em um assentamento na zona da mata alagoana. No assentamento, Matheus poderia contribuir com a construção de um viveiro de mudas e quem sabe, aprender a mexer com a terra.

De início, me contou que achava entediadas as reuniões rotineiras que aconteciam no assentamento, mas se interessava pelos trabalhos de cultivo e manejo que aprendia com os trabalhadores rurais. Depois de um semestre se dividindo entre a casa de sua tia, em Maceió, e o assentamento, Matheus já se interessava pela dimensão coletiva daquelas reuniões que decidiam os rumos da comunidade. Para ele, o ambiente dos assentamentos e acampamentos, as histórias de seus moradores, eram a materialização das denúncias presentes nas

⁵⁸ Em relatórios compartilhados com a imprensa no período, as notícias davam conta de que no primeiro mês de atividades em Alagoas, o efetivo de 53 homens da Força Nacional desempenharam 8186 abordagens a pessoas, 725 abordagens a condutores de motos, 483 a condutores de carros, 42 condutores de táxi, 19 a ônibus, entre outras ações. Ver: [Força Nacional realiza 10 mil operações em AL - Alagoas 24 Horas: Líder em Notícias On-line de Alagoas](#).

músicas de RAP e reggae que ouvia. Recebeu o convite para contribuir na secretaria do movimento em Maceió. Com a convivência nos espaços de organização do movimento, decidiu se matricular em um curso de formação política na escola do movimento em São Paulo.

A partir do curso sobre realidade brasileira, Matheus descobriu-se militante e passou a se dedicar às fileiras do movimento social. Além de contribuir com as atividades na secretaria, passou a acompanhar marchas e tornou-se uma liderança do coletivo de juventude do movimento, reconhecida nacionalmente. Nas rimas que compunha e nos eventos de hip-hop que contribuía na organização, os dilemas de desvalidos do campo e da cidade se imbricavam. Os trajetos de seus companheiros em acampamentos e assentamentos da reforma agrária ou nas periferias urbanas de Maceió eram testemunhos das consequências do capitalismo agrário alagoano. Quando nossos caminhos se cruzaram em Maceió, Matheus dividia seu tempo entre atividades políticas e culturais, o trabalho como motoboy e a universidade. De sua perspectiva, o movimento social não apenas lhe trouxe sobrevida, como lhe possibilitou ferramentas para entender o mundo e disputá-lo.

A primeira vez que conversei com Cícero, foi durante uma Feira da Reforma Agrária na Praça da Faculdade. Nos tornamos próximos durante as distribuições de marmitas para pessoas em situação de rua, organizadas pela brigada urbana, em que Cícero era responsável pela cozinha. Assentado há quinze anos, ele está presente na maior parte das atividades do movimento em Maceió, sempre se voluntariando para “ajudar a turma”. Cícero gosta de estar na companhia dos jovens da nossa brigada. Diz que as nossas atividades são mais importantes do que os cursos que seus colegas de assentamento frequentam, porque é entre o povo da periferia que se faz a política. Baixa estatura, olhos claros, pele queimada pelo sol, bigode branco quase desaparecendo sobre os lábios finos, sempre leva consigo dois bonés. Um do movimento e outro qualquer por baixo, para o caso de necessidade. Aos sessenta e oito anos, Cícero é um profundo conhecedor das periferias de Maceió.

Filho de trabalhadores rurais, nasceu e cresceu em um município da mata norte alagoana. Seus pais foram moradores de fazendas. Durante a infância, assim como os pais e os seis irmãos, não teve acesso à escola. Ajudou desde cedo os pais no corte da cana ou no roçado, quando os proprietários rurais cediam um pedaço de chão para os trabalhadores plantarem. Aos dezenove anos, convencido pelo antigo administrador de uma fazenda em que morou com a família, pela primeira vez partiu em busca de melhores condições de vida. Em cima de um pau de arara, rumou para o sul da Bahia, onde trabalharia na colheita de frutas.

As promessas do recrutador, de que teria carteira assinada e salário fixo, não se realizaram. Cícero trabalhou por mais de um ano recebendo por produtividade. Por mais que se dedicasse ao trabalho, os rendimentos quase não eram suficientes para pagar pelas despesas com alimentação e alojamento. Partiu para outros municípios da região, onde percorreu diferentes plantações. Cansado das desilusões “em terras estrangeiras”, em 1980 decidiu que “era melhor sofrer perto de casa”.

Ao retornar para Alagoas, as lavouras de cana de açúcar já haviam avançado vertiginosamente sobre as terras da morada. Seus pais, agora moravam nos pequenos povoados que eram entendidos como a zona urbana do município. Ainda que cansados, prestavam serviços em diferentes propriedades. Cícero voltou ao corte da cana. No povoado conheceu Marilene, com quem se casou em 1981, após o nascimento de seu primeiro filho. Se sentindo responsável por uma família e vendo que as condições de vida na região canavieira tornavam-se a cada dia insustentáveis para os trabalhadores, decidiu partir para a capital.

Ao chegar em Maceió, em 1983. Foram uma das primeiras famílias a ocuparem o terreno de encosta entre a Levada e o Farol, que posteriormente ficou conhecido como Favela do Bolão. Abriram à mão o arruado sobre a mata íngreme próxima a uma plantação de bananas, onde construíram os barracos de madeira. Ali, junto com sua esposa, criou com dificuldade os quatro filhos que teria. Como estavam próximos da laguna, conseguiam se manter a partir da pesca de siri e sururu⁵⁹. A atividade da pesca, entretanto, dependia de muitas variáveis,

⁵⁹ O sururu é um molusco de concha, espécie de mexilhão encontrado no fundo das águas salobras das lagoas Mundaú e Manguaba. Além de ser uma importante fonte de renda para marisqueiras e pescadores, o sururu é um dos pratos característicos da compõe fortemente o imaginário alagoano, sobretudo na região de mangues das periferias lacustres da zona sul da cidade de Maceió. Em 2014,

comprometendo por diversas vezes a família. Cícero começou a acompanhar um vizinho que trabalhava em obras, com quem aprendeu o ofício de servente de pedreiro. Atividade com a qual garantiu o sustento da casa, junto a esposa, que passou a trabalhar como babá.

Em 1986, pela primeira vez, Cícero conseguiu a tão sonhada carteira assinada. Foi fichado em uma famosa construtora que operava na intensificação do parque hoteleiro e no remodelamento urbano da orla entre as praias de Pajuçara e Ponta Verde⁶⁰. Com a crise generalizada no Estado, na década de 1990, Cícero perdeu o emprego, precisando uma vez mais se reinventar. Com as economias, montou um carrinho e foi vender pastel e caldo de cana na feira da Levada. No inverno de 1993, após chuvas intensas que danificaram parte de sua casa, Cícero precisou vender o carrinho para ajudar nas despesas com os reparos. Vendo suas dificuldades, o proprietário de um pequeno restaurante na feira, o contratou como auxiliar de cozinha. Lavava louça, mantinha a cozinha organizada, cortava legumes. Tomou gosto pela cozinha e após

Ingressou na luta pela terra em 2003, depois de ficar sem emprego fixo durante um ano inteiro:

“Primo, eu via os sem terra ali na praça quando eu voltava do trabalho e ficava mordido de raiva. Pra mim era meio mundo de desocupado. Até que teve um dia, que eu voltando a pé, ali da praia da Pajuçara para o Bolão, com uma fome do cão, os sem terra tava lá na praça. Eu tinha passado o dia inteiro caçando um serviço. Já vinha a semana inteira nessa batida, já desesperançado. Tava mais de ano sem emprego. Meio descabreado, mas com a fome que eu tava, eu pedi um prato de comida. Aí um cabra lá, que já é finado, me acolheu, ouviu minha história, deu comida pra mim e pra eu levar pra casa e me falou que estavam ocupando uma terra lá pras bandas do norte. Disse que se eu quisesse podia voltar com eles. Era uma das fazendas que eu morei com meus pais. Primo, juro por Deus, eu só fui em casa levar a comida, pegar uma muda de roupa e avisar pra

em razão de sua importância econômica, gastronômica e simbólica, tornou-se patrimônio imaterial do estado de Alagoas. Para uma síntese do sururu como símbolo de uma “Alagoas profunda”, ver: Bezerra, 2014.

⁶⁰ Para uma discussão panorâmica sobre o remodelamento urbano entre as praias de Pajuçara e Jatiúca, ver: Melo, 2017 e Barros, 2018.

mulher que eu ia, pra ver se dava certo. Eu fui mimbora e com muita luta eu hoje sou assentado. Por isso, hoje eu ajudo na luta dos outros”.

Aos quarenta e seis anos, depois de se reinventar profissionalmente por diversas vezes, como gosta de falar, Cícero estava de volta ao campo. Via uma das fazendas em que ajudou os pais na exaustiva rotina do corte da cana, ser transformada em um território administrado por trabalhadores rurais, que como ele, depois de uma vida de deslocamentos e incertezas, viam na ideia de se assentar a esperança de redimir suas próprias histórias, estando sob o controle das próprias vidas. A boa nova, entretanto, não viria sem muito combate. Entre a ocupação da fazenda em 2003 e a regularização do assentamento em 2010, Cícero sofreu oito despejos. A cada nova ameaça de jagunços, que destruíam plantações e intimidavam os trabalhadores com armas em punho; ou a cada nova demolição dos barracos pela polícia, Cícero via que aquela briga valia à pena.

Hoje, em seu lote, mantém uma produção diversificada de vegetais, frutas e hortaliças, que fornece, a partir de editais públicos pleiteados pela cooperativa do assentamento, para escolas da região. Como demonstração de compromisso com a utopia movimentista que lhe proporcionou uma vida melhor, parte de sua produção, assim como de suas energias, são destinadas para as ações de solidariedade encampadas pelo movimento em periferias urbanas de Maceió. Na casa no Bolão, Marilene passa parte da semana com um dos filhos e os dois netos do casal. Cícero se divide entre as tarefas no assentamento e a Favela do Bolão, quando está em Maceió.

Utopias religiosas

Junho de 2024. Depois de um semestre de intervalo nas ações de solidariedade realizadas pela Casa do Povo, por conta de danos estruturais na casa, eu estava de volta à Levada para uma doação de alimentos vindos de assentamentos da reforma agrária, adquiridos a partir da reativação do PAA⁶¹ pelo

⁶¹ O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei nº10.696/2003, tendo por objetivo promover o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade à alimentação e incentivar a produção

governo federal. Aguardávamos pouco mais de cinco toneladas de alimentos. Eu havia enviado uma mensagem no grupo que mantemos com a vizinhança no WhatsApp ainda pela manhã, para comunicar que a atividade iniciaria a partir das quatro da tarde. Cheguei na Casa do Povo por volta de uma hora, para conversar com meus companheiros sobre a distribuição e organizar o espaço. O caminhão chegaria de Joaquim Gomes, município que fica 112 km distante de Maceió. Depois de uma breve conversa, limpamos o espaço e ornamentamos com faixas e bandeiras do movimento. Como faltava um bom tempo para o caminhão chegar, decidi ir até a calçada para dar uma olhada no movimento da avenida.

O movimento naquele momento era muito lento. Nada que lembrasse a habitual profusão de carros espalhando uma névoa de poeira no ar, as crianças correndo junto aos cachorros, os porcos farejando o canteiro do córrego, vendedores, crentes, catadores de recicláveis, noias e outros tantos tipos, indo e voltando em direção ao terminal da feira livre. Acho que mais pela saudade que eu estava daquelas coisas do que pelo horário, somente o balir distante de carneiros e o som de atrito das ferramentas sobre o metal na serralharia marcavam presença. Na busca de outro elemento familiar, levantei um pouco a cabeça tentando ver se Dona Lúcia estaria debruçada sobre o muro sem revestimento de sua laje, também observando o movimento. Ela não estava lá.

Entediado, me encostei no poste que fica em frente à Casa do Povo e comecei a enrolar um cigarro. Pouco antes de acendê-lo, ouvi um assovio um pouco falho. Não dei atenção. O assovio se repetiu outras duas vezes, acompanhados de uma exclamação rouca: “Ei, rapaz”. Era Dona Lúcia, que do sofá da sala acenava com o sorriso largo em minha direção. Gritei de volta: “Meu amor!”, fechei o portão e atravessei a rua. Antes que concluísse a travessia da ponte sobre o córrego, vi que Dona Lúcia se levantou com alguma dificuldade do sofá para me receber na porta da sua casa.

da agricultura familiar. A partir do programa, o governo federal adquire alimentos da agricultura familiar e distribui para redes socioassistenciais cadastradas, tais como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos. Descontinuado e com restrições orçamentárias a partir de 2021, o programa foi retomado e ampliado em 2023, com a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas cidades (decreto nº 11.822/2023).

Enrolando um pedaço de lençol desbotado sobre o vestido roxo, veio sorrindo ao meu encontro. “Ô meu amor, tava com saudade. Nunca mais veio aqui. Deixe eu cobrir meus peitos que eu tô sem sutiã”. Uma gargalhada preencheu o espaço. Me abraçou e equilibrando o pequeno e volumoso corpo negro em passos lentos, um para um lado, um para o outro, se afastou e sentou-se com força no sofá. Apontando para uma cadeira escolar gasta no canto da sala, me convidou para entrar. Falei que entraria assim que terminasse o cigarro. Me sentei no degrau que dá acesso à casa e perguntei como estavam as coisas. Ela me respondeu que estava tudo do mesmo jeito de sempre. “Assando e comendo”. Do lado esquerdo do sofá, deitada sobre duas camisetas gastas, havia uma pequena cadela. “Quer dizer, a novidade tá aí. Arranjei uma companhia, a Lupita”, dizia apontando para o animal assustado.

Apaguei o cigarro com a sola do sapato e entrei. O cheiro de mofo das paredes úmidas da sala, misturava-se ao de feijão que vinha da cozinha. No fundo da sala, próximo à cadeira que Dona Lúcia me ofereceu, pilhas de panelas furadas, latinhas de alumínio, garrafas plásticas e fios de cobre aguardando para serem vendidas no ferro velho. Uma figura amarelada de Jesus Cristo contrastava com as marcas de infiltração. Os vidros da porta e da janela pintados de preto, impedindo a entrada de luz natural, aumentavam a sensação de umidade do ambiente. Puxei a cadeira para perto de Dona Lúcia e me sentei.

Dona Lúcia, balançava os pés inchados na direção de Lupita, que com algum esforço reagia ao estímulo com curiosidade. “Eu arrumei foi preocupação com essa daí. Tem quase dois meses que eu tô com ela. A vizinha ali que me deu. Ela é cega, a bichinha. Semana passada essa sem vergonha correu e caiu aí no canal”, apontava para o córrego em frente à sua casa. “Eu fiquei doidinha. Coloquei um pau pra ver se ela segurava. A sorte é que a maré tava baixa. O menino dali que pegou ela”. Dona Lúcia agora ria, estalando os dedos na direção da cadela. “Óia mamãe, o rapaz. Vá lá fazer amizade”. Me explicava que apesar da preocupação de evitar que Lupita saísse de casa e sofresse um acidente, estimava a nova companheira, que era muito carinhosa. A melhor coisa que lhe aconteceu nesse ano.

Figura 31: Galpão de ferro velho na Levada



Fonte: Fotografia do autor, 2020.

Dona Lúcia foi uma das primeiras pessoas a se matricular na turma de alfabetização em 2019. Aprender a ler era um sonho distante, até nos encontrarmos na frente de sua casa. Na ocasião, ela descascava fios de cobre, recostada em uma cadeira de plástico. Me apresentei e perguntei se ela não conhecia alguma pessoa que não sabia ler e escrever, pois estávamos montando uma turma de alfabetização no bairro. A partir desse encontro, ela passou a ser uma companhia constante durante minhas tardes na Levada.

Dona Lúcia nasceu em Passo de Camaragibe, na região norte de Alagoas, em 1967. É a filha mais nova de cinco irmãos. Não tem lembranças do pai, que foi embora antes que completasse um ano de idade. Sua mãe ganhava a vida como lavadeira no rio que dá nome à cidade. Foi às margens do rio, que acompanhando a mãe no ofício de lavadeira, passou a infância. Quando mais nova, brincando com bonecas feitas com palha de milho, à medida em que ia crescendo, ajudando a mãe com as roupas. Passo de Camaragibe é parte da região de Alagoas que durante o século XVII foi palco das guerras coloniais contra os holandeses⁶². O município se estruturou em torno de engenhos de açúcar e das disputas entre grupos

⁶² Para uma panorama sobre a ocupação holandesa em solo alagoano, ver: Tenório, 2013.

oligárquicos. Como em toda região açucareira, a maior parte da população sobrevivia em condições extremamente precárias, sob a proteção dos grandes proprietários.

A família de Dona Lúcia morava em um cômodo de taipa erguido nos fundos de um sítio. A propriedade abrigava uma plantação de coqueiros e servia como casa de veraneio. O terreno fora cedido pelo proprietário, que era cliente da lavadeira, para que não ficasse desocupado durante a maior parte do ano. Diante das dificuldades enfrentadas para manter os filhos sozinha, Josefa tomou uma decisão dolorida. Os filhos mais velhos foram morar com as famílias para as quais prestavam serviços. Aos doze anos de idade, foi a vez de Dona Lúcia, que acompanhou a família dos donos do sítio para Maceió, tornando-se empregada doméstica. Morava em um quartinho nos fundos da casa no bairro do Farol, onde permaneceu até completar vinte anos.

Da casa dos patrões, recordava da dificuldade em lidar com o trabalho doméstico nos primeiros meses. As panelas pesadas para seu corpo franzino, os cômodos grandes que precisava limpar, o desgosto em ver as crianças de sua idade se divertindo. Dos patrões, dizia não ter do que reclamar. Se não eram os melhores patrões do mundo, também nunca lhe destratarem. Tinha comida, um teto para morar e recebia pagamento quinzenal pelos serviços prestados. Era pouco, é verdade, mas conseguia comprar alguma coisa que precisasse.

Maceió, de início, era assustadora, mas com o passar dos anos se tornou familiar. Sobretudo a região lagunar, onde fazia compras para os patrões. Na feira livre da Levada, Dona Lúcia conheceu Itamar, dono de uma banca de verduras em que costumava fazer compras. Construíram uma amizade, que se intensificou com o convite feito por Itamar para encontrar Lúcia em um momento fora do expediente de trabalho. Em 1987, iniciaram um namoro e decidiram morar juntos. Dona Lúcia continuou trabalhando para a família que a trouxe até Maceió até o ano seguinte, quando junto ao companheiro decidiu abrir um pequeno negócio no bairro.

Quando nos conhecemos, Dona Lúcia e Itamar já não estavam juntos. Seu companheiro se chamava Bira, que também foi aluno nas turmas de alfabetização. Junto há dezenove anos, o casal vinha construindo continuamente a casa em que

moravam, com o dinheiro que arrecadavam com o trabalho na reciclagem. Sonhavam em ter um filho, mas pelos riscos que uma gravidez naquela idade representava, não levaram o desejo adiante. Dona Lúcia sempre ressaltava o companheirismo de Bira e o quanto ele lhe ajudou a reencontrar a mãe e a irmã que ainda moravam em Alagoas. A relação acabou em 2023, tendo como vetor da separação o surpreendente envolvimento de Bira com a vizinha, que era comadre do casal.

A situação tomou ares dramáticos, quando o marido da vizinha buscou tirar satisfação do ocorrido. Depois de um domingo de cerveja, em que os dois casais confraternizavam, Zé, o marido traído, agrediu Bira. A Comadre, como Dona Lúcia sempre a chamou, na defesa do amante, tentou esfaquear o marido. Dona Lúcia conta que ficou em choque com a situação, imobilizada. Jamais imaginava que aquela relação de parceria desenvolvida durante anos de vizinhança, levaria àquele momento. Outros vizinhos separaram a confusão, evitando uma tragédia ainda maior.

No outro dia, sentindo-se desonrado e determinado a não morrer, Bira é quem tentou esfaquear o compadre Zé. Ainda acertou superficialmente sua perna e seu braço. Com o prolongamento da confusão, que poderia desencadear uma série de vinganças, o Crime⁶³ interviu. Bira teve de ir embora da Levada. A comadre decidiu acompanhar o amante. Dona Lúcia, foi morar na Brejal, com a ex - sogra, que a tinha como uma filha. Alugou sua casa para um dos rapazes que mediarão a situação. O acordo não durou mais que dois meses, pois o inquilino foi detido em uma abordagem das viaturas que constantemente passam na avenida. Sua casa tinha virado um depósito para mercadorias da boca de fumo que o rapaz administrava.

Com a situação, Dona Lúcia voltou para sua casa. Em um novo acordo mediado pelo Crime, Bira, para não ter de largar o emprego no ferro velho que fica ali mesmo na avenida, aceitou renunciar a sua parte da casa em favor de Dona Lúcia. Quando lhe perguntei como ela estava com toda a situação, me respondeu

⁶³ Refiro-me aqui à face política de mediação de conflitos no território, estabelecida a partir da disseminação no mundo popular dos ideais e práticas de justiça vinculados ao conjunto de códigos sociais, sociabilidades e relações objetivas produzidas por coletivos criminais. Para uma perspectiva abrangente sobre a ideia de mundo do crime, ver: Feltran, 2011.

“Oxe, e o compadre não veio me perguntar se eu não queria ir morar mais ele? Tinha graça, eu me meter numa cachorrada dessas. O safado daqui tá até hoje com a gostosona. Aí eu vou fazer a mesma presepada? Deixe eu aqui no meu canto. Não tenho sorte com homem. Só arranjei cabra safado pra me tirar o juízo”.

Aquela conversa parecia abrir . Dona Lúcia passou a contar a história de seu relacionamento anterior, quando julga ter vivido o momento mais estável de seus cinquenta e oito anos de vida. Na época que saiu da casa da família que a trouxe para Maceió, foi morar na Vila Brejal, onde mantinha uma pequena mercearia junto ao companheiro Itamar. Não passava dificuldades, mas com o passar dos anos de relação, descobria em seu parceiro um homem ignorante e ciumento. Comportamento que diversas vezes atrapalhou o negócio e os planos familiares. Não suportava um cliente mais assíduo ou comunicativo. Por várias vezes jogou no lixo o almoço que Dona Lúcia levava na banca de verduras em que trabalhava.

“Ele depois de um tempo foi ficando muito ruim. Só se preocupava com o serviço, não me ouvia mais. Eu fazia sardinha, que ele gostava, e levava pra ele. Ele me perguntava se eu tinha passado na casa do filho dele no caminho. Se eu tivesse passado, ele não comia. Jogava a comida fora, pra me maltratar. Ele tinha um netinho que eu gostava demais. Era mesmo que ser meu neto. Mas ele tinha um ciúme triste desse filho, porque ele me pedia conselho. Uma vez, ele chegou bêbado e veio bater em mim, aí eu fui embora. O miserável morreu uns tempos depois e deixou a aposentadoria dele pra mim. Chegou até uns documentos aqui, que eu queria que você olhasse”.

Levantou-se com alguma lentidão e revirou alguns papeis na parte inferior do móvel que apoiava a TV. Dona Lúcia consegue identificar palavras, depois da turma de alfabetização, mas ainda não consegue ler textos longos. Reconheceu os documentos pelo símbolo oficial e pelas palavras, gravados no cabeçalho. Era a logomarca do Ministério Público Estadual. Impaciente, ela me entregou alguns papeis amassados e seguiu explicando a história. A pensão que recebia, foi retida pela justiça a partir do acionamento da filha do ex -companheiro. O novo beneficiário era justamente o neto que Dona Lúcia costumava visitar. Os papeis eram

solicitações de documentos para levar adiante o pedido feito por um advogado amigo da família, que buscava reverter a decisão judicial.

O pedido do advogado me parecia confuso. Ainda mais com as explicações que eu estava recebendo. De todo modo, Dona Lúcia não estava muito convencida em levar a história adiante. Ainda mais com as informações que recebeu da irmã do falecido, ao perguntar se poderia contar com seu testemunho. Me pedia conselho enquanto me mostrava uma infinidade de mensagens de áudio trocadas por WhatsApp. “Lucinha mulher, caia fora disso pra não se enrolar. Deus me livre de entrar numa confusão dessas. Minha sobrinha não vale nada. O marido tá preso lá em São Paulo, dizem que é matador. Tu vai tirar dinheiro desse povo pra que, mulher?”

Expliquei para Dona Lúcia de que aqueles documentos, assim como toda história eram muito confusos. Me parecia mais prudente ir à Defensoria Pública para entender o procedimento, mas que de todo modo, sua ex-cunhada parecia ter razão sobre evitar mais uma situação conflituosa naquele momento. Pensando na chegada do caminhão, perguntei sobre a hora. Dona Lúcia, olhou o celular com a impaciência habitual “Vai bexiguento”, dizia clicando diversas vezes no botão lateral desgastado. “Vixe, são catorze e cinco. Isso é quatro horas é? Eu vou me atrasar pra igreja. Sempre me confundo quando o relógio fica assim. Só sei até doze”. Sorri e pedi um papel e uma caneta. Enquanto explicava esse tipo de marcação das horas, fui anotando no papel uma espécie de tabela de conversão. “Treze é uma, catorze é duas e assim por diante”. Dona Lúcia abriu um largo sorriso e me abraçou. “Vixe, é só isso, é? Apois agora eu aprendi. Deixe esse papel aqui que eu vou treinando”.

Dona Lúcia frequentava esporadicamente os cultos em uma das igrejas evangélicas próximas de sua casa. Apesar de se sentir acalentada pela palavra, a postura vigilante dos membros da congregação e a impressão de que queriam ser melhor do que os outros, a afastavam da igreja. Preferia ouvir a palavra em casa, mantendo proximidade com o evangelho a seu modo, sem pertencer a uma denominação religiosa. Ademais, a personalidade extrovertida e o gosto que tomou por aproveitar a vida e as coisas entendidas como sendo do mundo, lhe davam a sensação de que era muito difícil ser crente, por estar sujeita a muitas restrições.

Após a pandemia, com a diminuição do faturamento na venda de reciclados, passou a frequentar assiduamente os espaços de evangelização em que uma igreja distribuía sopa na praça. A pregação lhe trazia algum conforto para os dias cada vez mais incertos, mas o que mantinha sua presença regular nos encontros era a certeza da refeição noturna. Foi a partir do episódio da separação, que o evangelho passou a ressignificar sua experiência de vida. Ao ser traída e abandonada pelo companheiro com quem dividiu sonhos de dias melhores após anos de sofrimento e pela comadre com quem por tantas vezes dividiu o que não tinha, Dona Lúcia . Sua vida até aqui fora uma provação sem fim.

A infância sofrida e as necessidades que a separam da família, os anos a fio dedicados a tornar confortável a vida dos patrões, as tentativas frustradas de realizar o sonho de se tornar mãe, o descascar aflito dos fios de cobre, os objetos de alumínio e plástico pacientemente acumulados ao ponto de serem comercialmente viáveis para tornar habitável a casa em que mora, os relacionamentos de desfechos quase trágicos, de onde levou apenas desgosto. Sempre se entregou demais, numa busca incansável por companhia diante de uma vida repleta de dificuldades. Chegou o momento de se concentrar em si mesma. E na palavra divina o ensinamento estava claro. Era do amor de Deus por ela que todos esses episódios falavam. Sua história ainda lhe renderia dias melhores. Era preciso, agora, amar a si própria.

Quando saí da casa de Dona Lúcia, enquanto atravessava a rua, percebi que Ronaldo vinha acompanhado de Rita, sua esposa. No dia anterior, nós combinamos de que passassem mais cedo para buscar algumas doações. Ronaldo tem a pele parda com muitas marcas do tempo e os olhos bastante fundos. Ele arrastava o corpo magro e levemente curvado sobre um par de chinelas, vestindo ainda uma camisa polo e uma calça jeans gastas. Rita é mais alta, tem a pele clara, cabelos longos amarrados e uma timidez no olhar. Acompanhava o passo lento do marido, vestindo uma saia jeans longa e uma camiseta camuflada com o nome Jesus estampado em branco. Os dois traziam sacolas de nylon para levar os alimentos

para a pequena congregação que mantêm na Vila Brejal, o Projeto Vida. Organização, que Ronaldo gosta de apresentar como um projeto social, insistindo não se tratar de uma igreja, embora o pequeno espaço carregue todos os elementos que poderiam caracterizá-lo como um templo.

Nos conhecemos durante as cheias que assolaram a Levada e a Vila Brejal durante o inverno de 2023. Naquele ano, o problema histórico de alagamentos na região do aterro sobre a laguna tomou proporções mais graves. Em dois dias com chuvas mais intensas, o aumento do nível da laguna fez transbordar o córrego da avenida principal. Na Brejal, a situação era ainda mais tensa. Ruas e becos alagados, casas tomadas pela mistura de águas da chuva e esgoto, pouco mais de uma centena de desabrigados, móveis perdidos, casas rachadas e sem energia elétrica, um cenário desolador. Em nossa casa, apesar da estrutura mais elevada em relação ao córrego, perdemos a maior parte da biblioteca comunitária, alguns móveis e os militantes que moravam no local, precisaram ser resgatados de canoa.

Diante do cenário, organizamos arrecadações de materiais de limpeza, roupas e alimentos para as famílias que ficaram desalojadas. Ronaldo apareceu em um dos encontros com moradores para organizar as distribuições. Havia perdido muita coisa em sua casa e no projeto social que tocava na Vila Brejal. Na oportunidade, Ronaldo me apresentou o Projeto Vida, um espaço simples na garagem de sua casa, que disponibiliza para a comunidade. Desde a entrada o projeto se parece com as tantas igrejas neopentecostais existentes em pequenos pontos comerciais e garagens nas periferias brasileiras. A porta de rolo, as cadeiras plásticas organizadas em fileiras, voltadas ao pequeno púlpito de vidro de onde é ministrada a palavra. Flores artificiais espalhadas em pequenos arranjos, paredes decoradas com arcos de cetim em tom azulado e letras em papel laminado dourado formando as palavras amor, Jesus e vida. No projeto, Ronaldo e a esposa atendem algumas famílias da vizinhança com doações que arrecadam, desenvolvem atividades com crianças e mulheres e se reúnem para ouvir a palavra de Deus.

Figura 32: Avenida principal da Levada durante chuvas fortes



Fonte: Fotografia do jornalista e ativista Zazo⁶⁴.

Ronaldo é filho único e nasceu em Maceió, em 1985, três anos após a chegada de seus pais à cidade. Seus pais vinham das plantações de cana do litoral sul alagoano e se instalaram numa das tantas favelas que surgiram no período na região lagunar. Trabalhadores rurais sem qualificação profissional, ganharam a vida com os alimentos que a laguna propiciava. A mãe marisqueira e o pai pescador. Durante anos, Ronaldo acompanhou a rotina exaustiva dos pais, que acordavam de madrugada para as atividades na laguna e no final das manhãs se dirigiam às tendas improvisadas em frente à favela, para tratar e vender os mariscos ali mesmo.

Ronaldo cursou o ensino primário em uma escola da região. Largando os estudos para ajudar os pais no cenário de privações que tomavam a cidade na década de 1990. Como não tinham energia elétrica em seus barracos, parte

⁶⁴ Zazo é jornalista e morador de Levada, reconhecido e premiado por seu trabalho como cineasta e foto ativista, documentando e denunciando as desigualdades nas periferias de Maceió. Entre seus trabalhos destacam-se os documentários: “A cultura hip hop vive em Alagoas” (2014) [disponível em: [A Cultura Hip Hop Vive em Alagoas | Documentário](#)]; “Saneamento trágico” (2018) [disponível em: [Saneamento Trágico | O Abandono da Orla Lagunar de Maceió | Documentário](#)] e “O sal do caos” (2023).

significativa do que não vendiam no mesmo dia em que pescavam era perdido. Buscando garantir uma otimização do trabalho familiar, seus pais se tornaram fornecedores de pescados e mariscos para um atravessador que revendia os produtos em uma banca na feira livre.

A vida de Ronaldo entra em colapso quando perde abruptamente a mãe para a diabetes em 2003 e o pai assassinado após uma incursão policial na favela em 2006. Com a perda dos pais em um intervalo curto de tempo, Ronaldo afirma que perdia pouco a pouco o sentido da vida. Nesse período passou a enfrentar problemas com o uso excessivo de álcool, buscando distanciar-se da realidade insuportável que o cercava. Na primeira metade da década de 2000, entrava em cena em Alagoas outra substância que mudaria os rumos das economias ilícitas, mas também a trajetória de pessoas como Ronaldo: o crack.

Durante os próximos cinco anos, após a perda dos pais, por conta do uso abusivo de álcool e crack, Ronaldo abandonou a pesca e o barraco em frente à laguna e viveu em situação de rua. Perambulando entre as sarjetas da Brejal e do Centro. A fome, o desalento, a violência perpetrada pela polícia, mas também pelo Crime, bem como o desprezo cotidiano das pessoas por onde passava, foram temas recorrentes em suas falas durante todas as vezes que nos encontramos. Sua vida mudou há dez anos, quando afirma ter sido resgatado por um missionário.

Se conheceram nas habituais distribuições de sopa que acontecem nas praças do Centro da cidade, organizadas, grosso modo, por organizações religiosas. Foi a partir dessa relação que em 2012 conseguiu iniciar um tratamento de reabilitação química. Ronaldo já havia tentado, sem sucesso, largar o álcool e o crack e retornar à sua vida como pescador. Sem o apoio profissional necessário, oscilava entre seu barraco na favela, os albergues públicos e as ruas. Sua passagem pela clínica de reabilitação custeada pelo projeto, lhe possibilitou, posteriormente, acessar cursos profissionalizantes voltados ao empreendedorismo. Também foi no projeto do missionário que Ronaldo conheceu Rita, uma voluntária atenciosa que se tornaria sua companheira.

O modo como as pessoas do projeto lhe recebiam, sem julgamentos, lhe alimentando o corpo e a alma, trazendo-lhe conforto nos dias de maiores angústias

e apresentando outras possibilidades para a sua vida, são marcas que ele afirma carregar consigo até os dias de hoje. Ronaldo conta que em experiências anteriores, numa das tentativas de largar os vícios, buscou se apegar à Deus, Chegou a ir em uma igreja e ser impedido de acompanhar o culto por conta de sua situação. Com o projeto do missionário encontrou o amparo de que precisava. O projeto lhe resgatou a vida.

Foi a descoberta do evangelho, e não o ingresso em uma igreja, que lhe deu novo fôlego. Decidiu, então, dedicar sua vida para ajudar pessoas que vivenciam situações extremas de privação e abandono, como as que ele passou. Levantou ele mesmo, com a ajuda de Rita e de alguns voluntários do projeto do missionário, o pequeno espaço na Brejal, onde reúne algumas pessoas para disseminar as palavras que um dia lhe tocaram. Em seu entendimento, a mensagem que precisa ser transmitida para aqueles que estão no limite do precipício é aquela que batiza o seu projeto: vida.

Ronaldo e Rita têm duas filhas, que auxiliam nas atividades com as crianças realizadas no projeto. Para Ronaldo, elas são a prova viva de que os ensinamentos de amor à vida de que ele fala podem salvar qualquer pessoa. Além do projeto, Rita trabalha como costureira e Ronaldo vende salgados na feira. As cicatrizes que carrega com orgulho e os dentes parcialmente apodrecidos, marcas de sua antiga condição de noia, são parte do testemunho de redenção que ele busca transmitir para irmãos desesperados. A redenção proporcionada pelo amor de Deus pela humanidade, cristalizada em seu próprio corpo, somam-se às ideias de serenidade, entrega e abdicação que compõem seu discurso e práticas proselitistas, dando a chave de que a vida, mesmo diante das situações mais extremas, vale à pena.

CAPÍTULO 6

Histórias sem redenção

Nos contatos que fui estabelecendo durante meu percurso pela cidade, conheci pessoas que em seus trajetos urbanos buscaram das mais variadas formas integrar-se à ordem urbana, produzindo suas vidas sobre as promessas malogradas de progresso ou tecendo utopias de novos mundos sobre as ruínas contemporâneas de seus percursos. Protegidos das elites locais que galgaram postos públicos a partir de indicações políticas; trabalhadores rurais, que tendo vivido os horrores do campo e da cidade, retornavam ao interior do estado a partir da luta pela terra; trabalhadores do comércio que tendo conseguido um trabalho com carteira assinada sonham com a aposentadoria; trabalhadores informais convictos de que são empreendedores ou que não suportam mais matar um leão por dia; jovens MCs sonhando com reconhecimento e dinheiro a partir de sua arte; pequenos ladrões e operadores de mercados ilícitos buscando integrar-se por meios alternativos.

Há histórias, porém, que experienciei ou ouvi em meus caminhos errantes pelas periferias de Maceió de outra natureza. Testemunhos de quem, vivendo durante toda a vida em condições, que bem poderiam ser compreendidas como o limite da humanidade, expõem a carnadura de pânico de nossa experiência urbana. Histórias como a de Nininho, que me reconheceu durante um evento de hip-hop no Centro de Maceió. Agradecendo por eu ter lhe oferecido uma marmita, enquanto ela se abrigava sob uma marquise abandonada da estação ferroviária do Mercado da Produção. Perturbado, me dizia que aquele era o dia mais importante de sua vida. Perdeu o irmão na noite anterior em um confronto faccional na região lagunar. Me falava convicto com o dedo em riste apontado para o céu, que naquela noite iria invadir a casa de quem matou seu irmão. Sabia que morreria, mas faria algum estrago. Levaria consigo ao menos um alemão para o inferno. Aquele era o dia mais importante de sua vida, porque “cria não morre, cria vira lenda”. Histórias das ruas, vividas no limite, onde as frestas de luz que irradiam pelas janelas de oportunidades não produzem efeito, cotidianos agonísticos, esquivando-se das valas, histórias sem redenção. É com essas histórias que gostaria de encerrar esse texto.

Em abril de 2024, enquanto eu passava um café após acordar, Weldja me informou que recebeu uma ligação pedindo que fossemos acompanhar uma atividade do MST no Centro da cidade. Combinamos de nos encontrar na Praça Deodoro. A praça, que abriga no seu entorno o teatro de mesmo nome, o tribunal de justiça e a antiga sede da câmara de vereadores de Maceió, é um espaço largo que contrasta com as ruas estreitas do Centro. Aquela praça já foi um dos principais pontos de encontro de Maceió e eventualmente serviu de abrigo para pessoas em situação de rua. Naquele dia, a pálida estátua central do marechal que lhe empresta o nome, gozava de pouca companhia, além dos pombos repousados sobre o chapéu erguido na mão do militar. As árvores centenárias têm sido rotineiramente cortadas, restando o mínimo de sombra que ampare do sol quem quer que seja. Havia virado passagem, ponto de circulação. Restando como abrigo do sol ou apoio para sentar-se apenas os pontuais carrinhos em que ambulantes vendem lanches.

Do início da praça era possível enxergar os grupos de homens, mulheres e crianças, distribuídos em pequenos círculos, sentados ou parcialmente deitados sobre o chão, escorados em mochilas e colchonetes desgastados. As bandeiras fincadas nos postes identificavam cada agrupamento. Eram trabalhadores rurais de diferentes pontos de Alagoas, que estavam ali aguardando o horário para seguir em caminhada por cento e cinquenta metros em direção à sede administrativa do INCRA em Maceió. Essa era a atividade para a qual havíamos sido convocados: ocupar a sede do INCRA. Caminhamos na direção da bandeira do MST e avistamos a pessoa que nos esperava. Durante pouco mais de quarenta minutos, esperamos na praça até o início da marcha.

Deveria ser dez da manhã, quando organizamos as lonas, painéis, alimentos e o fogão industrial e seguimos sob os olhares intrigados das pessoas que passavam e dos trabalhadores do comércio, até nosso destino. Os olhares curiosos mais do que expressar o receio habitual com os participantes de marchas, parecia demonstrar surpresa com aquela movimentação. Duas semanas antes, durante a Jornada Nacional em Defesa da Reforma Agrária, cerca de mil trabalhadores rurais saíram em marcha pelas ruas do Centro na direção daquele mesmo prédio. Naquela semana, depois de negociações com o governo federal, o superintendente do INCRA, antigo aliado de oligarquias alagoanas, foi destituído do cargo. Os movimentos em marcha, fizeram uma lavagem do saguão do prédio com ervas

aromáticas para comemorar. Uma passagem simbólica de descarrego em uma estadia breve pelo Centro da cidade.

Dessa vez, apesar de estarem em menor número, os trabalhadores carregavam mochilas, colchonetes, rolos de lona e equipamentos de cozinha, dando indícios de que a passagem não seria tão breve. Ao passarmos ao lado de ambulantes que vendem legumes embaixo de uma cobertura improvisada, em um recuo ao lado do calçadão, um comerciante comentava com um colega: “dessa vez botaram pra arrambar. Trouxeram até botijão de gás. O negócio vai ser quente”.

Sobre os olhares assustados de vendedores e de quem passava pela rua, a ocupação do prédio aconteceu muito rápido. A sede do INCRA fica em um edifício comercial em uma das principais ruas do calçadão do centro comercial. No complexo de ruas conhecido como calçadão, só circulam pedestres. Nesse trecho há majoritariamente lojas, bancas de revistas, alguns prédios públicos e a matriz do Banco do Brasil em Maceió. Os trabalhadores rurais, seguindo em fileiras, empunhavam bandeiras e instrumentos de trabalho, cantando em direção à entrada do prédio.

Do lado de fora, outro grupo improvisou uma tenda com lonas e cordas no meio do calçadão. Um terceiro grupo organizava a cozinha embaixo da lona. Como em um piscar de olhos, estava montada a estrutura da ocupação. Acompanhei as primeiras movimentações de cima de uma caixa de concreto da companhia telefônica, de onde eu fazia registros. Caminhei então para o saguão do prédio, onde a cantoria continuava: “Já chega de tanto sofrer / Já chega de tanto esperar / A luta vai ser tão difícil / Na lei ou na marra nós vamos ganhar⁶⁵”. Mochilas e colchonetes já nos cantos das paredes, camponeses de bandeiras em punho se distribuindo ao longo de todo o pavimento térreo, onde atrás de um balcão de mármore, indiferente à ocupação, um porteiro assistia tranquilo à TV.

Acompanhei a cantoria durante algum tempo, ao lado da porta de vidro na entrada, de onde eu podia acompanhar o movimento do lado de fora. O saguão do térreo, apesar de grande, não comportava a quantidade de pessoas que estavam ali para ocupar as salas do INCRA, distribuídas entre o quarto, o sétimo, o décimo e o décimo primeiro andar do prédio. Decidi tomar um ar e ver como estavam as coisas

⁶⁵ Trecho do Hino da Reforma Agrária (O Canto do Lavrador), composição da liderança indígena Maria Muniz Mayá.

do lado de fora do prédio. Enrolei e acendi um cigarro para passar o tempo. Duas jovens que faziam propaganda de empréstimos consignados e vendiam água mineral encostadas na parede da entrada do prédio, conversavam com alguns trabalhadores rurais. Os responsáveis pela cozinha descascavam vegetais embaixo da lona preta. Pessoas iam e vinham de diferentes direções. Me dediquei a observar as pessoas que passavam. Foi quando, ainda distante, avistei Aninha.

Mulher negra, com manchas acinzentadas de poeira na pele, estatura média, cabelos um pouco grisalhos e parcialmente amarrados, apesar de curtos. Aninha caminhava de pés descalços, vestindo um short colorido e um top azul que deixavam à mostra a flacidez e as cicatrizes de sua barriga. Arrastava consigo um grande saco de nylon cheio de objetos recicláveis que coletava pelo caminho. Veio sorrindo em minha direção, recostou o saco no chão e me deu um abraço. O suor de sua pele retia grãos de areia da praia. As vendedoras de água olhavam com espanto o modo familiar com que nos cumprimentávamos.

Aninha me perguntou por Weldja. Respondi que estava dentro do prédio e perguntei como ela estava. Com a voz enrolada, Aninha me explicava que estava cansada. Ontem, tinha dormido na Praia do Francês⁶⁶. Estava voltando para o Centro, quando um colega lhe avisou que os sem terra estavam na Praça Deodoro. Ela decidiu recalcular seu caminho para nos encontrar.

Aninha mora nas ruas há pelo menos duas décadas. Personagem sempre presente nas feiras itinerantes que acontecem na Praça da Faculdade, no Prado. Sempre carregando um saco de reciclados, chama atenção e diverte as pessoas com suas danças bem humoradas, ao som das atrações que embalam as feiras. Nos falamos pela primeira vez durante as entregas de marmitas para pessoas em situação de rua, realizadas aos sábados pelos brigadistas da Casa do Povo. Desde então, quando nos encontramos, conversamos por algum tempo.

Na Feira da Reforma Agrária de 2023, Aninha foi chamada ao palco junto às equipes de trabalho da feira para receber um agradecimento da direção do movimento. Recebeu um boné e uma camisa. Ficou emocionada e chorou bastante. Naquela mesma semana tinha sido seu aniversário. Me contou que aqueles eram os

⁶⁶ A praia do Francês é um dos cartões postais alagoanos. Embora seja divulgada como atração turística de Maceió, fica localizada na região metropolitana ao sul de Maceió, no município de Marechal Deodoro. A distância entre a Praia do Francês e o Centro de Maceió, distância percorrida por Aninha naquele dia, é de 20,8 km.

primeiros presentes que recebeu em todos os seus quarenta e cinco anos de vida. Desde então, ela sempre aparece quando os trabalhadores rurais estão acampados nas praças de Maceió, conversando com os trabalhadores, brincando com quem encontra pelo caminho, almoçando conosco.

Aninha me falou que estava feliz em nos encontrar novamente no mesmo mês. Só assim, para alguma coisa boa acontecer. Falava rápido, deixando ainda mais confusa a fala enrolada, decorrente da ausência de parte significativa dos dentes da frente. Perguntou o que estava acontecendo dessa vez. Expliquei para ela, que me disse que ficaria na ocupação, enquanto estivéssemos por lá. Agradei e falei que ela sempre seria bem vinda. Aninha parecia agitada. Balançando um pouco mais que de costume a cabeça de modo afirmativo repetia perguntas: “E como vocês tão?”, lhe respondi novamente, ao que me repetiu que estava cansada.

Começou a me explicar, em tom de desabafo, porque essa tinha sido uma semana ruim. A prefeitura havia instalado obstáculos embaixo do coreto em que dormiam no bairro do Jaraguá. O grupo de pessoas em situação de rua que a acompanha, precisou buscar um novo abrigo. Depois de um desentendimento entre seus amigos, foi agredida por seu companheiro e precisou ir na UPA para levar pontos no lábio. Na UPA, apesar de atendida, foi desprezada. Não queria mais saber do companheiro. Os maus tratos estavam ficando cada vez mais insuportáveis e era difícil de se proteger nas ruas. Lhe indiquei conversar com uma representante do Movimento da População em Situação de Rua, que poderiam encontrar alguma maneira de lhe ajudar. Aninha concordava que era uma boa ideia, lembrou que já ajudaram uma colega em situação parecida.

Me falava que cada dia que passa é mais difícil conseguir dormir. Estava dormindo na praia, pois não se sentia mais segura nas praças. Muita polícia, muito cabra safado. Apontando para si, me falava: “olhe minha situação. Levaram tudo que era meu essa semana. Minhas roupas, meus reciclados, trezentos conto que eu tinha conseguido vendendo latinha. Não deixaram nem o meu chinelo”. Na sua avaliação, as praças tinham muitos ladrões e drogados. Não gostava dessas coisas, tomava no máximo Pitú. “Nem corote eu não tomo, que eu não sou doida. Avalie ficar fumando maconha, pedra, essas coisas”.

Não queria ir para os abrigos porque já foi maltratada quando esteve em um deles e dizia que queriam que as pessoas trabalhassem de graça. Preferia recolher

reciclados ou pegar um transporte e ir para Arapiraca na época de destalar fumo, onde conseguia diárias de cem reais. Aninha oscilava entre o desabafo que me fazia, as avaliações sobre as possibilidades que tinha para sobreviver e uma brincadeira ou outra que fazia comigo ou com algum trabalhador rural que passava ao nosso lado.

“Espere aí, eu vou ali”. Entrou no saguão, onde os trabalhadores seguiam com a cantoria, agora acompanhados de um pandeiro, ganzá e zabumba. Sambou, rebolou até o chão, arrancou risadas e aplausos. Voltou sorrindo minutos depois abraçada com Weldja e Leandro, nosso companheiro de brigada. “Olhe os meus amores. A minha galega e o meu menino”. Aninha parecia ter convidado os outros para acompanharem comigo o seu desabafo. Pegou dois reais no bolso e foi na direção das vendedoras de água. Perguntou se eu não queria uma para mim. Agradei e avisei que não tinha sede. Retomou o relato dos abusos que vinha sofrendo de seu companheiro. Dessa vez, falando que até estava considerando o convite de acompanhar de vez os sem terra, mas que precisava se desvencilhar do companheiro primeiro.

“Eu queria tanto andar com vocês por aí nesse mundo. Plantar uma rocinha, fazer meu barraco. Eu sou trabalhadora. Eu bebo minha cachacinha, ando assim desse jeito, mas eu sou trabalhadora. Nem uso droga e nem pego no que é dos outros. Essas coisas eu nunca fiz. Eu só não vou com vocês agora, porque preciso resolver minhas coisas aqui. Eu vou me livrar desse infeliz”. Weldja perguntou se Aninha tem se encontrado com suas irmãs que mora em Maceió. Foi o início de um novo tópico do seu desabafo.

Aninha tem uma irmã que mora no bairro do Bom Parto. É ela quem guarda os seus documentos originais e eventualmente lhe ajuda. A relação, entretanto, tem idas e vindas. Aninha é de Maceió mesmo. Nasceu em Riacho Doce, bairro mais afastado no litoral norte da cidade, conhecido por abrigar secularmente colônias de pescadores, mas que atualmente tem estado no radar da especulação imobiliária, que têm concretado mangues e construído condomínios de luxo à beira mar. Seus pais cuidavam de um sítio desde que chegaram do interior, no final da década de 1960. Nesse sítio o casal teve cinco filhos, dedicando-se aos cuidados com a propriedade e mantendo uma pequena roça ao lado de casa. Para ajudar no orçamento doméstico e na alimentação, o pai de Aninha pescava e sua mãe vendia

artesanatos feitos com palhas de coqueiro. Ao falar sobre a mãe, Aninha comprimia os olhos e elevava os lábios, franzindo a testa e o queixo. Aquela camada de alegria constantemente estampada em seu semblante, dava lugar ao sofrimento encoberto pelos sorrisos. Aninha naquele instante, se transformou na pura expressão da dor que carrega.

A mãe, que era muito próxima a ela, havia se suicidado quando ela tinha apenas nove anos. Seu pai morreu pouco tempo depois, quando ela tinha doze. A partir dali, afirmava ter começado o seu tormento. Trabalhou em casa de família desde então. “Na minha vida, eu recebi muita ordem e muito desprezo. Preconceito que chama, né? O povo me chamava de macaquinha”. Antes da maioridade, Aninha iniciou um relacionamento com o zelador de um dos prédios em que trabalhava, imaginando que a vida se tornaria menos difícil ao partilhar com alguém a busca pela sobrevivência.

Em 1997, foram morar juntos em uma grota no Jacintinho. Aninha não encontrou na relação, a companhia que desejava para enfrentar as dificuldades. Nesse instante, Aninha estava com os olhos repletos de lágrimas, nos contando que desde que foram morar juntos, apanhou bastante de seu primeiro companheiro, com quem era forçada a manter relações sexuais. Do casamento, vieram cinco filhos. Cuidava da casa e eventualmente trabalhava como diarista, fazendo uma faxina aqui, outra ali, apurando algum trocado. Fugiu do marido em 2002, quando em um excesso de fúria, certo dia ateou fogo no barraco em que moravam. Viajou para São Paulo, para tentar a vida, seguindo os passos de uma de suas irmãs que por lá havia se estabelecido na década anterior. Levando o filho mais novo e deixando as outras sobre o cuidado de sua irmã.

Aninha misturava os assuntos. Voltou a falar sobre seu problema com o álcool, que teve início ao se livrar do casamento conturbado. A morte dos pais, sobretudo o suicídio de sua mãe, lhe atormentavam. Mostrando as cicatrizes nos pulsos, falava sobre já ter tentado fazer a mesma coisa. À contagem de mortos, somou a de um amigo próximo que tinha nas ruas. Morreu duas semanas antes daquele nosso encontro, depois de ingerir dois litros de álcool 70°. Aninha voltou a repetir que estava cansada. Olhava para os lados, sorria sem graça, distribuía abraços. Dizia que o jeito de Weldja lembrava uma de suas filhas. Queria ter alguma oportunidade, rever os filhos. Perdeu o contato desde que voltou para Maceió em

2004. Ainda que fosse possível, teria vergonha de contar aos filhos que ficaram com a tia em São Paulo, que estava sofrendo, morando todo esse tempo nas ruas.

Ouvindo o encadeamento de situações que Aninha compartilhava naquela manhã, pensei nas personagens de anedotas sobre andarilhos, moradores de rua e loucos presentes nas crônicas veneradas em Alagoas. Imaginei o que teriam a dizer, se lhes fosse dada a oportunidade, as tantas personagens descritas de maneira jocosa pelos jornais que cobriram a urbanização de Maceió. Me transportei para a infância, pensando em figuras famosas no Prado, como o Velho Pirrita, que tal como algumas personagens das crônicas, corria atrás das crianças que lhe atiravam pedras, gritando às gargalhadas o apelido que lhe irritava, nas ruas próximas ao cemitério da Capa Preta.

Lembrei sobretudo da Nega Gal, irmã de Gilvan, que colecionando desilusões e histórias violentas, vagava pelas ruas da Jaqueira. Vez ou outra aparecia aos tropeços na casa da Cleide. Uns diziam ter problemas psiquiátricos, outros, que era acompanhada de maus espíritos. Lembro que as crianças também lhe jogavam pedras e corriam. Lembro de outra vez, quando apareceu em um almoço de domingo. Cabelo crespo raspado dos lados, formando um volume quadrado no topo da cabeça. Bermuda jeans e camiseta. Sempre descalça, passou a mão áspera em meu rosto e disse para minha mãe: “Soninha, cuide bem deste menino. Ele tem bom coração”.

Essa cena me vinha à cabeça depois daquela manhã conversando com Aninha sobre suas desventuras durante a ocupação do prédio do INCRA. Como também o medo de que da próxima vez que ouvisse falar de Aninha fosse alguém me informando que seus passos pela cidade que a repele, tiveram o mesmo destino dos de Nega Gal: encontrada com o corpo frio, deitada de bruços em uma sarjeta, irradiando um último sorriso sobre uma mistura de esgoto e vômito. Há uma passagem de João do Rio, que me exorcizou essa ideia do pensamento e que guardei para dizer à Aninha da próxima vez que a encontrar:

“A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem dos gnomos e dos silfos das florestas, tipo proteiforme, feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono e de inédita filosofia, tipo esquisito e ambíguo com saltos de felino e risos de navalha, o prodígio de uma criança mais sabida e cética que os

velhos de setenta invernos, mas cuja ingenuidade é perpétua, voz que dá o apelido fatal aos potentados e nunca teve preocupações, criatura que pede como se fosse natural pedir, aclama sem interesse, e pode rir, francamente, depois de ter conhecido todos os males da cidade, poeira de ouro que se faz lama e torna a ser poeira - a rua criou o garoto!" [João do Rio, 2012, p.21]

EPÍLOGO

O conteúdo desta tese documenta o modo particular como a cidade de Maceió está inserida na longa marcha espoliativa que pôs em movimento os projetos de modernização nacional. Vimos durante esse texto, que a intensificação do processo de urbanização de Maceió se constitui em pleno período da reestruturação produtiva, que em parte do país esvaziou de sentido a contrapartida social do assalariamento, que era um horizonte para as classes populares. As atividades extrativas que caracterizam historicamente Alagoas, e que são os principais vetores da urbanização da capital, longe de fornecerem essa alternativa, produziram a partir de expulsões uma leva de despossuídos que produziram Maceió pelas periferias.

Em torno do ideal de progresso, em consonância estreita com as cadeias produtivas globais, não em desconformidade, como muitos gostam de crer, é que se produziu essa história urbana. Também em torno dele, se constituíram as formas de vida que se equilibram sobre o fio da navalha, presentes neste texto. O estado de exceção que muitos buscam compreender no paroxismo do presente, é portanto, a regra. É por estar em conformidade com essa história do progresso, que Maceió é hoje, uma cidade-tapume. De um lado, a proteger os empreendimentos turísticos que nos colocarão finalmente nos trilhos do desenvolvimento, de outro, a esconder os escombros deixados pelas mesmas promessas, quando a aposta da vez foi a mineração.

De meu percurso pela cidade, gostaria de reter, nestas breves notas, os encontros com as experiências que me permitiram enxergar essa história urbana. Histórias de vida que insistem em se afirmar, diante da catástrofe iminente. Fabricando novos mundos a partir de seus próprios estilhaços ou escrevendo suas histórias, assombradas pelo progresso, sem rumo definido. Caminhando pelo próprio caminhar. Histórias de gente, que a despeito de toda e qualquer acusação de fracasso, imprimem suas marcas num mundo urbano que as repele. Se não há para todos uma redenção, tampouco estão rendidos.

São histórias como a de Gilvan, que venceu a fome e junto com Cleide construiu da maneira que podia a vida comunitária na Chã da Jaqueira. Gilvan, que passou a vida se deslocando, pavimentando as estradas do progresso e que depois

de se estabelecer na Jaqueira, tornou a vivenciar a ameaça do deslocamento forçado, quando a mineração afetou o cemitério de Bebedouro onde descansava em paz. Histórias também como a de Weliton, que, sonhando em melhorar de vida, se dedicou obstinadamente ao trabalho, enfrentando crises de depressão nos períodos em que esteve desocupado. Depois de uma vida inteira como comerciário, trabalhou como servente de pedreiro, a partir de indicações dos amigos da várzea. Não havia trabalho ruim, o importante era tirar de seu suor o sustento econômico e moral que lhe fazia se sentir humano. Venceu a depressão, abdicou do ímpeto suicida, quando conseguiu um novo emprego formal na manutenção do parque de exposições no bairro do Prado. Morreu como um bom trabalhador: num dia de folga, num sábado de carnaval, vociferando em suas últimas palavras o que poderia ser um resumo de sua vida: “dor do caralho”.

São histórias como essas que produzem, em diferentes ritmos, a cidade, ao mesmo tempo que produzem seus personagens. Através delas não busquei explicar porque Maceió não é outra coisa que poderia ser, mas descrever o estado de coisa que a faz ser, enquanto ela é. E aqui, há uma pequena grande diferença. Buscar manusear tais histórias para sustentar um argumento apriorístico, emulando os problemas e questões encarados pela bibliografia com a qual busco dialogar, seria fazer nascer morta a crítica. Se essas são as histórias que tecem o cotidiano agonístico da cidade, é da descrição dessas próprias histórias, portanto, que pode emanar a crítica.

Uma sociologia interessada em compreender os cursos do conflito urbano nacional, deve ser uma sociologia urbana menor. Comprometida em descrever, pelos modos como for possível, as cadeias de relações que sustentam o mundo social da exceção. Daqui, busco dar minha contribuição. Sem tirar conclusões, apenas descrevendo o movimento sensível do mundo social produzido e reproduzido nas periferias de Maceió. Transmitindo, a partir da narrativa, as experiências que permitam produzir novos questionamentos à cidade e novas descrições do mundo urbano.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, Cícero Ferreira de. *Em nome da liberdade: o esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Almeida, Luiz Sávio de. *A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar*. Maceió: Edufal/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

_____. *Crônicas Alagoanas: Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2013.

Amado, Jorge. *Suor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Amorim, Adson Ney dos Santos. *Alagoanidade em questão: notas para uma sociogênese da moderna tradição de narrativas e narradores da identidade alagoana*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019.

Amorim, Adson Ney. *Manancial de angústias*. Santo André, São Paulo: M.inimalismos, 2024.

Amorim, Adson Ney; Feltran, Gabriel. Ordem e progresso: expansão do mundo do crime e projetos de mobilidade. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, v. 42, n. 1, pp. 21-38, 2023.

Andrade, Fernando Gomes de. *Legba: a guerra contra o Xangô em 1912 - Vol. 207*. Brasília: Edições do Senado Nacional, 2014.

Andrade, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

Bakhtin, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: A Teoria do Romance*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

Barbosa, Ada Rízia. *Cadeias de Tensão*: repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

Barbosa, Elias. *Gangue Fardada*: passado sangrento em Alagoas. São Paulo: UICLAP, 2024.

Barros, Rachel Rocha de Almeida. *Solitários no Paraíso*: produção cultural e expressões de isolamento em Maceió. Maceió: Edufal, 2018.

Barroso, Ibrahim Serra. *Entre a rua e as mídias*: das redes de hip hop aos circuitos de batalhas de rimas alagoanos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019.

Benjamin, Walter. *O narrador*: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In : *Obras escolhidas Vol. I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

_____. *Experiência e pobreza*. In : *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Beraldo, Ana. *Negociando a vida e a morte*: estado, igreja e crime nas margens urbanas. São Carlos: Edufscar, 2022.

Bezerra, Edson José de Gouveia. *Reflexões em torno de uma identidade ornamental*: a emergente identidade cultural alagoana. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. *Manifesto Sururu*: por uma antropofagia das coisas alagoanas. Maceió: Viva Livraria e Editora, 2014.

Biondi, Karina. *Proibido roubar na quebrada*: território, hierarquia e lei do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

Birman, Patrícia; Machado, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 27, n 80, pp. 55-69, 2012.

Bittar, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Brandão, Octavio. *Canais e Lagoas*. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

Caldeira, Teresa. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Carvalho, Cícero Péricles de. *Formação histórica e econômica de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2015.

Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

Cavalcante, Joaldo. *17 de julho: a gameleira, as lembranças e a história decidida à bala*. Maceió: Viva editora, 2017.

Cavalcanti, Bruno César. A rua festiva: formas, cenas e estratégias de ação coletiva no espaço-tempo carnavalesco. In: Paulo César Castro; Antonio Fausto Neto; Antonio Heberlê; Eliseo Verón; Laura Guimarães; Pedro Russi. (Org.). *A rua no Século XXI: materialidade urbana e virtualidade cibernética*. Maceió: Edufal, 2014.

Colombo, Lucileia. A sudene e a mudança institucional no regime militar. *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, V. 8, n 13, pp. 153-175, 2013.

Costa, Craveiro. *Maceió*. 2ª Ed. Maceió: Sergasa, 1981.

Costa, Henrique. *Sobrevivendo ao colapso: empreendedorismo, engajamento e gestão da precariedade na periferia de São Paulo*. In: Encontro anual da Anpocs, 43, 2019.

Debord, Guy. Teoría de la deriva. In: *Internacional Situacionista - Textos íntegros en castellano de la revista Internationale Situationniste (1958-1968)*. Vol. 1. La realización del arte. Madrid, Literatura Gris, 1999.

Deleuze, Gilles; Guatari, Felix. *Kafka: Por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Duarte, Rubens de Oliveira. *Orla lagunar de Maceió: apropriação e paisagem (1960-2009)*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

Durham, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Diegues Jr., Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. In: Costa, Craveiro. *Maceió*. 2ª ed. Maceió: Sergasa, 1981, pp. 198-219.

Feltran, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*. V. 27, n. 72, pp. 492-512, 2014.

_____. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/Cem, 2011.

_____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, n esp. Antropologia do direito, pp. 565-610, 2010.

Feltran, Gabriel et al. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: uma explicação centrada nos conflitos faccionais. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, ed. especial, n.4, pp. 311-348, 2022.

FIEA; Instituto Euvaldo Lodi. *Trajetória da indústria em Alagoas: 1850 – 2017*. Maceió: FIEA, 2018.

Gago, Veronica; Mezzadra, Sandro. Para una crítica de las operaciones extrativas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales em el tiempo de la financierización. *Nueva Sociedad*, N 255, enero – febrero, 2015.

Galeano, Eduardo. *Las palabras andantes*. Madrid: Siglo Veintiuno de Espana Editores, 1993.

Gullar, Ferreira. *Poema Sujo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Heredia, Beatriz. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/MCT/CNPq, 1989.

Hirata, Daniel Veloso. “Boa gestão urbana” e Transporte Clandestino em São Paulo. *Áskesis - Revista dos discentes do PPGS/UFSCar*, v.1, n. 1, jan/jul - 2012, pp. 13-31, 2012.

Jacques, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003.

João do Rio. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

Jurandir, José. *Os crimes que abalaram Alagoas: 1556 a 2006*. Maceió, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

Kowarick, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *Viver em risco*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Lambert, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Coleção Brasileira, 1967.

Latour, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

Lima, Jorge de. *Calunga*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Lima, Weldja Marques da Silva. *Do conflito à re-volta: o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

Lindoso, Dirceu. *Interpretação da província: estudo da cultura alagoana*. 3ª ed. Maceió, Edufal, 2015.

Lopes, Guilherme Carneiro Leão de. *Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

Lustosa, Maria Cecília Junqueira. *O Polo Cloroquímico de Alagoas*. Série Apontamentos. Maceió: Edufal, 1997.

Machado da Silva, Luiz Antônio. Meio século de sociologia das classes populares urbanas. In: *Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: *Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Maciel, Osvaldo. *Operários em Movimento: Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870 – 1960)*. Maceió: Edufal, 2007.

Magalhães, Amanda Borges Castelo Branco de. *Quando as ancestrais narram a expansão da cidade: o caso do bairro Benedito Bentes em Maceió - AL sob uma perspectiva genderizada e racializada*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

Magalhães, Luiz Fernando Barbosa Gomes. *Políticas culturais e políticas de identidade em Alagoas: governo Ronaldo Lessa (1999-2006) e governo Teotônio Vilela (2007-2014)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

Majella, Geraldo de. *Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas: (1975-1988)*. Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. *Jayme Miranda: um revolucionário brasileiro*. Recife: Bagaço, 2015.

Maldonado, Janaina. *Jogando meu corpo no mundo: relações entre “conflito urbano” e “acumulação social da diferença”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

Malinowski, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Ubu editora, 2018.

Melo, Juliana Costa. *A emergência da urbanização turística com base na rede hoteleira da cidade de Maceió-Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

Melo, Tainá Silva. *A localização dos pobres nas cidades brasileiras: um estudo sobre a situação dos assentamentos humanos às margens da lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

Mendes, João Victor. *Juventude, gênero e torcida: uma análise da relação entre homens e mulheres na Torcida Organizada Mancha Azul - CSA*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

Motta, Luana Dias. *Fazer estado, produzir ordem: gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável*. São Carlos: Edufscar, 2021.

Misse, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

Motta, Luana Dias et al. *Fora do crime no ‘mundo do crime’: Experiências juvenis em meio à guerra em periferias de Maceió e Belo Horizonte*. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, ed. especial n.4, pp. 387-414, 2022.

Moura, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951 – 1961)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

Nascimento, Emerson Oliveira do. Acumulação social da violência e sujeição criminal em Alagoas. *Revista Sociedade e Estado*. V. 32, n. 2, pp. 465-485, 2017a.

_____. Transformações em torno do fenômeno da violência homicida no estado de Alagoas. *Sociedade e Cultura*, v. 19, pp. 37-50, 2017b.

Nascimento, Emerson Oliveira do; Gaudêncio, Júlio César. Homicídios em Alagoas: desafios e evidências empíricas. *Latitude*, v. 07, pp. 109-132, 2014.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O espaço e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, 1982.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Oliveira, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

Pinho, Isabela Vianna; Rodrigues, Fernando de Jesus; Zambon, Gregório. Navegar é preciso: as jornadas da cocaína e a expansão das facções pelo Brasil. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, v. 42, n. 1, pp. 41-58, 2023.

Rafael, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: EDUFAL, 2012.

Ramos, Graciliano. *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1983

_____. *Linhas Tortas: obra póstuma*. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1976.

Rego, José Lins do. *Doidinho*. São Paulo: Global Editora, 2020.

Rodrigues, Fernando de Jesus. ‘Corro com PCC’, ‘Corro com o CV’, ‘sou do crime’: ‘facções’, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 35, pp. 1-21 2020a.

_____. “Necessidade” de “Polícia” e a “Paz” das “Facções”: desejos de “ordem” e efeitos de desordem nas periferias de Maceió - AL. In: Bittencourt, João Batista de Menezes (Org.). *Juventudes Contemporâneas: desafios e expectativas em transformação*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020b.

_____. Mercados Ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em periferias de Maceió, AL. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, V. 9, 2019, pp. 119-227.

Rodrigues, Fernando de Jesus; Andrade, Paulo; Farias, Nido. Mobilidades Clandestinas: pessoas e motos, coronelatos e facções. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 18, n.1, 2025.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Santana, Lucycleide Santos. *Os vazios urbanos nos centros das cidades como lugar para a habitação de interesse social: O caso de Maceió/AL*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

Santos, Alana Barros. *Afetos Marginais e tramas no crime: trajetórias sentimentais e experiências de encarceramento entre adolescentes mulheres em Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

Santos, Crislane Maria dos. *As mariposas pousam ao entardecer: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, Al (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

Santos, Nido Farias dos. *A valorização da potencialização sonora nas periferias de São Miguel dos Campos – Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

Sassen, Saskia. *Expulsions. Brutality and Complexity in the global economy*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

Silva, Amaro Hélio Leite da. *Serra dos perigosos: guerrilha e índios no sertão de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007.

Silva, Anna Virgínia Cardoso da. *A impunidade como alvo: o Brasil mais seguro e a tentativa de (re)organização do sistema de justiça criminal em Maceió*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

Silva, Erivânia Lima da. *Selvagens e indolentes: os índios nos relatórios e ofícios da direção geral dos índios em Alagoas (1845-1872)*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

Silva, Filipe Lúcio Nascimento da. *Dinâmicas intraurbanas e mobilidade criminal: uma análise “ecológica” da criminalidade em Maceió(AL)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

Silva, José Henrique da. *Por amor ao nosso pai*. 2ª Ed. Editora LEDAL, 1981.

Simmel, Georg. “A transcendência da vida”. Trad. Laura Luedy e Hyury Pinheiro. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v.2, n. 2, 2º semestre de 2018, pp. 290-324.

Stedile, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Stein, Stanley, *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

Tavares, Marcelo Góes. Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações. *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 40, 2019.

Telles, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

Tenório, Douglas Apratto. *A metamorfose das oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997.

_____. *A presença holandesa: a história da guerra do açúcar vista por Alagoas - Volume 197*. Brasília: Edições do Senado Nacional, 2013.

Torres, Carlos Alexandre Angelo. *A expansão urbana de Maceió e seus reflexos na laguna Mundaú*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

Tsing, Ana Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. *Sol, praia e a “destinação” da cidade: compreendendo a turistificação de Maceió-Alagoas-Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

Vasconcelos, Daniel Arthur Lisboa de; Araujo, Lindenberg Medeiros de; Ramos, Silvana Pirillo. Evolução histórica do destino turístico Maceió-Alagoas-Brasil: de antecedentes à atual situação. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Penedo, Volume 6, Número 1, Jan./Jun. 2016 p.139-164.

Vilela, Beatriz Souza. *Cinema de rua: sociabilidade, decadência e moralidades em Maceió (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ANEXOS

Recortes de Jornal

Reportagem sobre Êxodo rural

Êxodo atinge a mais de 150 mil pessoas durante a década 70

Uma das consequências mais visíveis e comentadas em relação aos movimentos populacionais, diz respeito ao seu impacto sobre o crescimento urbano, notadamente da capital. Contudo, no Estado as áreas urbanas têm recebido menos contingente de população rural que os centros maiores de outras unidades da Federação.

Mesmo assim, é bastante considerável. Entre 40 e 50 foi de 37.600 pessoas, entre 50 e 60 subiu para 74.500 e entre 60 e 70, para 135.300. Atualmente, apesar do Censo ainda não ter revelado oficialmente, calcula-se que ultrapasse 150.000.

É importante lembrar que o Estado de Alagoas possuía no Censo de 70 apenas um município com população superior a 100.000 habitantes, que era Maceió. Em 80, acrescentou-se Arapiraca.

Ainda no Censo de 70, havia quatro municípios com população superior a 50 habitantes. Eram eles Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios e União dos Palmares. Em 80, nada mudou. Apenas alguns outros se aproximaram deste número.

A cidade de Arapiraca recebeu uma percentagem de crescimento de 80,7% entre os anos de 40 a 50. Entre 50 a 60, de 72,2%, e entre 60 e 70, 75,7%. Palmeira dos Índios foi de 55,2% entre os anos 60 e 70.

Uma observação interessante é com relação às cidades com certo tamanho demográfico e funcional localizadas nas proximidades da orla marítima: elas sofrem pequenas modificações em termos de dedução de seu contingente populacional.

Em 1940, 722.174 habitantes - ou 3/4 da população do Estado, habitavam as zonas rurais, enquanto a população urbana somava 229.126 habitantes. Dez anos depois daquele Censo, esse número elevou-se para 806.758, tendo a sua participação caído para 73,8% e a população urbana aumentado para 26,2%. Nesse mesmo período a população rural aumentou em 11% e a urbana em 25%. Em 60, o número de habitantes das cidades atingiu 428.288, passando a representar um terço da população do Estado - exatamente o inverso de vinte anos antes.



A migração provocou o crescimento nas áreas urbanas das cidades maiores, na busca de melhores condições de vida.

Gazeta de Alagoas, 1981.

Reportagem sobre pessoas em situação de rua em Maceió

Mendigos continuam invadindo a cidade

A cidade continua cheia de mendigos. Espalhados pelos cantos da cidade, de preferência nos tapumes de construções, onde muitas vezes fazem moradia, ou pelas esquinas mais movimentadas do centro, eles são sempre a espreita de um olhar caridoso que lhes permita pedir "um trocadinho" para a sobre vivência do dia a dia.

Em alguns casos, não apenas a necessidade os move, mas o vício que já criou uma verdadeira indústria da mendicância, quase sempre por parte de marginais. A longa estiagem que vem assolando a região nordestina, notada-

mente, Alagoas, contribuiu de maneira intensa para o crescimento assustador verificado ultimamente no número de pedintes.

SITUAÇÃO

A situação tende a se agravar com o término da safra do açúcar deste ano. As usinas alagoanas também, atingidas com o problema da seca, só têm uma única solução: dispensar os seus empregados.

Serão mais de vinte mil famílias desempregadas. E a quem recorre? A quem pedir ajuda? Somente um caminho: procurar um centro maior. As terras onde moram estão secas. Não poderão plantar

sem chuva.

Na maioria vindos do Interior, principalmente das cidades atingidas pela estiagem, iludidos com as perspectivas de um mercado de trabalho mais rentável, o homem sai de sua terra para tentar a vida na cidade grande.

No entanto, nem bem chegou vem a desilusão. O dinheiro se acaba, o emprego não vem e os filhos precisam comer. Que fazer? No gague do desespero, só lhes resta uma solução: a esmola. Algumas, entretanto, conseguem recuperar-se e voltar ao trabalho quando o conseguem, mas o caminho de voltar é sempre difícil.

buque
com o
camp
rinho
queria
nhes
C
das. I
oma I
T
rom, e
vieiro
to da
It
cama e
Banco
mento
A
da res
cipios,
volvem
de 130
M
de Ban
nador
Minist

pel

Reportagem sobre surgimento de favelas em Maceió



Sem emprego e sem moradia, famílias do interior sofrem na Capital

Caso da fábrica agrada os

OLHO D'ÁGUA DAS FLORES - O fechamento da fábrica de queijos Laticínios Lacta, por agentes da Polícia Federal e veterinários do Ministério da Agricultura, vem causando repercussão neste município, uma vez que grande parte da população trabalhava naquela empresa, tirando daí o sustento para suas famílias.

Esperam os trabalhadores daquela fábrica, que tão logo sejam sanadas as irregularidades encontradas, como o caso da inspeção, da pasteurização bem como o problema das fossas, a fábrica

Evasão do Interior provoca as submoradias na Capital

A falta de emprego no Interior alagoano, motiva a evasão de seus moradores para a Capital, onde despreparados em termos de mão-de-obra urbana estas pessoas não conseguem trabalho e muito menos um local para morar. Estas famílias ficam alojadas em tendas cobertas de plástico e papelão, até que o chefe da família consegue recursos para voltar a sua terra natal, desiludido e decepcionado, com o que chama de falta de sorte.

As comunidades do Interior alagoano, salvo pequenas exceções, só dispõem do Poder Pú-

blico, como mercado de trabalho. O Estado não está empregando e o Governo Federal está desempregando. Resta apenas as sofridas Prefeituras, sem recursos, para manter o drama social de seus concidadãos, que vão até a residência do prefeito, procurando primeiro sensibilizar a esposa do Chefe do Executivo, para conseguir emprego de serviçal, merendeira, gari, ajudante de caminhão, limpeza pública, vigia, e outras funções que não requerem um maior grau de estudo.

Os prefeitos, geralmente emocionados com os dramas que

lhes surgem pela frente, na maioria das vezes são impelidos a conceder empregos com subsalários, uma vez que os candidatos aos empregos dizem que qualquer coisa que ganharem é melhor do que não ganhar nada. De forma que se gera o conhecido número de trabalhadores sub-assalariados, com as prefeituras com número excessivo de funcionários.

Quando um novo prefeito se elege, imbuído do desejo de moralizar a administração e dispensar funcionários para reduzir a folha e permitir a existência apenas dos funcionários absolu-

tamente necessários, surge o problema social, de jogar na miséria grande número de famílias, que sem o minguado ordenado da prefeitura, passarão fome por não ter opção de emprego.

Fica então o grave problema do êxodo de trabalhadores totalmente despreparados para enfrentar a vida na cidade grande, mas que são obrigados a abandonar suas cidades por total falta de emprego. Os prefeitos devem pleitear abertura de indústrias e firmas comerciais nos seus municípios. (Afrânio Godói).

Reportagem sobre a ocupação do bairro do Feitosa



Joelma Monteiro

Nas barracas, a população que procura o bairro do Feitosa, por ser próximo da rodoviária

Feitosa: o bairro dos "turistas da miséria"

Tribuna de Alagoas, 1987.

Reportagem sobre a construção do Dique-estrada e o aterramento da laguna

GAZETA DE ALAGOAS

ESPECIAL-11



Ator hidráulico do dique-estrada já está praticamente concluído e sobre ele serão construídas 3.500 casas para a população pobre

Dique-estrada evitará cheia e servirá de suporte ao CQA



Tubulações gigantes compõe a galeria de águas pluviais do dique-estrada.

O dique-estrada é uma das importantes obras que estão sendo realizadas na gestão Fernando Collor de Mello. Está já se iniciando um estágio de construção bastante avançado, passando agora pela fase de aterro hidráulico e em breve estará pronto para ser entregue à população de Maceió.

O dique-estrada é uma obra que reveste de grande importância social e se constitui numa das prioridades da Prefeitura de Maceió. Ele proporcionará condições para que a população de baixa renda, residente atualmente no margem da laguna Maceió e frequentemente inundada pelo cheias, possa evitar o risco de enchentes. O serviço de aterramento e de aterro já está em fase de conclusão e em breve será construído um 3.500 casas para a população de baixa renda do lugar.

Várias outras obras estão em andamento e brevemente serão concluídas, entre elas: a pavimentação da rua Humberto Santa Cruz, na Ilha de Ilhéus - que dá acesso ao Hospital de Pronto Socorro -, o prolongamento da avenida Silvestre Paranhos - em pista única até o dique-estrada - a pavimentação da rua Calheiros Neto e a pavimentação da rua Santa Antônia.

As obras do dique-estrada exigem investimentos milionários e um ritmo de trabalho incessante

Gazeta de Alagoas, 1981

Reportagem sobre inauguração de novas políticas de segurança pública



Foto de José Pereira

No policiamento, a ação do Pelotão de Choque

Polícia Militar coloca o seu Pelotão de Choque nas ruas

Além das duplas de Cosme/Damião, a Polícia Militar também colocou nas ruas de Maceió, principalmente do perímetro comercial, o seu Pelotão de Choque, distribuído em **patrulhas** de oito homens, cada uma constituída de oito soldados, sob o comando de um sargento. A medida, recomendada pela secretaria de Segurança, visa oferecer mais garantia a população.

Ao explicar a adoção da providência, o comandante do 1º Batalhão, coronel Fernando Theodomiro-, por sinal ex-delegado regional de Santana do Ipanema, da Dopse e do 1º Distrito, enfatizou que "ela é uma inovação em termos de policiamento, com o aproveitamento de pessoal altamente treinado e qualificado e sempre chamado a intervir nas situações difíceis."

Disse ainda que, "até bem pouco tempo, o Pelotão de Choque só saía do quartel em casos de emergência, mas o coronel José de Almeida, comandante da Polícia Militar, resolveu acioná-lo numa nova tarefa, também importante, pois continuará sendo efetivamente um guardião da sociedade, dentro de suas atribuições específicas, em consonância com a orientação do governo."

Nos horários do "rush", o sistema de policiamento, que conta também com as conhecidas **patrulhinhas** motorizadas, todas dotadas do sistema de rádio-comunicações, é redobrado, notadamente nas áreas de maior movimento de pessoas, tais como o centro comercial de Maceió, englobando as praças Deodoro, Dom Pedro II e dos Palmares, além das ruas do perímetro central.

Reportagem sobre ação dos grupos de extermínio ligados às forças policiais



A esposa de Edvaldo, ao lado dos quatro filhos menores, atribuiu à polícia o assassinato de seu marido

Polícia acusada de novos assassinatos

O aparecimento de mais dois cadáveres - os dos irmãos Antonio Bezerra da Silva (18 anos, solteiro) e Edvaldo Bezerra da Silva (30 anos, casado, pai de quatro filhos menores), sequestrados na noite da última sexta-feira, nas imediações do Mercado Público - deixou dúvidas quanto à ação do Esquadrão da Morte em Alagoas. Crivados de balas, os corpos identificados no necrotério estadual, foram encontrados, às primeiras horas da manhã de ontem, em Santa Amélia.

Naquele mesmo local, no sábado da semana passada, foram deixados os cadáveres dos irmãos Rusdael Galvão Bastos e Pedro Rubens Galvão Bastos e, um pouco mais adiante também na estrada que

liga Bebedouro /Fernão Velho/Tabuleiro do Martins, o corpo do menor Marlon Lima da Silva, que estava preso na Delegacia de Menores. Familiares das vítimas atribuem a autoria dos homicídios e integrantes da Polícia Civil. Em relação aos dois últimos assassinatos, surgiu uma versão dando conta do envolvimento do agente Paulo Austelino.

Já o Secretário de Segurança prometeu que o assassinato do menor Marlon Lima da Silva será apurado "de qualquer jeito". Enquanto isso, a mãe do menor confirma suas declarações de que a vítima foi assassinada pela própria polícia, e exige providência no sentido de punir os assassinos. Página 20.

Agricultores pedem mais 200 mil a Itaipu

FOZ DO IGUAÇU - Debaixo de sol quente, a uma temperatura nunca inferior a 30 graus, sem água corrente ou instalações sanitárias, mais de 700 pequenos proprietários pretendem esperar, por tempo indeterminado, que a maior hidrelétrica do mundo - a Itaipu Binacional - acrescente em dia, Cr\$ 200 mil por alquire por suas terras expropriadas. Os agricultores jogam a última e definitiva cartada para obterem atendimento às suas reivindicações. As negociações estão paralisadas desde sexta-feira, após a tentativa e o diálogo entre cinco agricultores e o diretor-geral da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti, a portas fechadas.

Reportagens sobre início da apuração dos homicídios atribuídos à policiais em serviço

8-POLICIA

Soldado deverá ser interrogado sobre dois crimes amanhã

O soldado Paulo Austelino Santos, apontado como um dos implicados nos assassinatos dos irmãos Rubei e Edson, cujo cadáver foram encontrados, servidos de bala, sábado da semana passada, pelo delegado João Batista Neto, que também se encontra à frente da apuração da morte do menor Martin Lima da Silva.

Até bem pouco tempo servindo no 3º Distrito e atualmente respondendo a processo por homicídio na 1ª Vara Criminal da Execução Criminal, ele já foi recolhido no quartel geral de sua corporação, por determinação do juiz José de Almeida, comandante da Polícia Militar. Está proibido, inclusive, de prestar declarações à imprensa.

OUTROS NOMBOS

Outros pela manhã, uma fonte merecedora de crédito levanta dúvidas quanto à participação de integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar nos assassinatos de bala, sábado da semana passada, da margem da rodovia Mar-10, entre o distrito de Foz de Iguaçu e o bairro do Taboão do Martins e Bebedouro.

Quanto ao envolvimento de membros das duas instituições na eliminação sumária de Antônio Bezerra da Silva e Edvaldo Bezerra da Silva, que vieram a morrer no lado da Farmácia dos Pólores, perto do cine Ideal, na rua 16 de Setembro, e é apurado a partir do delegado João Batista Neto, falando-se no nome de um delegado conhecido por Bernardo.

O QUE PENSE

Confirmado o incidente entre a esposa do soldado e seu irmão, dentro do consultório médico de, dias atrás, o legista Duda Calado não excluiu sua preocupação com o fato, "porque ele poderia ter sofrido as consequências com o seu irmão".

Ele esclareceu: "penso que o caso não é conhecido, quando surgiu a publicação na imprensa de Paulo".

A empreitada para eliminar o diretor do Instituto Estácio de Lima, conforme assegura uma pessoa ligada à própria secretaria de Segurança, foi dirigida por Paulo Austelino Santos, recolhido ao quartel de sua corporação, mas de revelar detalhes para não levar adiante o seu intento, devendo o fato ser tratado com a abertura de inquérito-policia-militar.

DRF prendeu menor antes do homicídio

No dia 17 passado, horas antes de ser encontrado o corpo de bala na estrada de acesso a Foz de Iguaçu, Mar-10, o ex-recolto Martin Lima da Silva foi preso no centro comercial de Macaé levado para a Depjan, na qual se achava de plantão a equipe de Roubos e Furtos, dentro dos critérios de trabalho estabelecidos através do Departamento Estadual de Polícia.

A informação foi prestada, ontem à tarde, ao delegado João Batista Neto, do 4º Distrito, por seu colega Agnaldo Ramos, que se encontra detido, e de outro detalhe: "o rapaz não ficou recolhido no matadouro, porque alegou ter minos sua liberdade". Já lá era até então desobediência, servindo para para assegurar as responsabilidades quanto a participação de agentes da URFP no crime.

AS ACUSAÇÕES

Logo depois da eliminação do menor, sua mãe, Valdeir Lima da Silva, garantiu que "ele foi preso, no dia 17 de fevereiro passado, pelo agente João Batista Neto, do 4º Distrito, em seu apartamento, onde se encontrava com o irmão Rubei e Edson".

Martin Lima da Silva foi liberado depois de apresentar uma garantia de R\$ 200,00, fornecida pelo delegado Roldão Lacerda de Melo, no dia 11 de março seguinte, para ser capturado, ainda de acordo com o relato de sua mãe, na terça-feira da semana seguinte, no centro comercial de Segurança. "Vai ter de ser comprovada a culpabilidade de algum da Polícia Civil na morte dele", explica.

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados

O coronel Estevan Rego assegurou, na manhã de ontem, que os delegados João Batista Neto e Fernando Teodoro "estão recebendo integral apoio da secretaria de Segurança para desenvolver, em definitivo, os cinco assassinatos verificadas na capital alagoana em menos de uma semana, detendo a comunidade revoltada".

A apuração dos crimes é uma questão pendente do coronel José de Almeida, que não permitiu, sob hipótese alguma, a repetição de atos de violência, disseminados na administração à frente da SSP/AL, acrescentando o diretor do Departamento Estadual de Polícia Depol - em sua declaração.

CARTA BRANCA

Explicou ainda que, "definidamente, foi dada carta branca aos delegados João Batista Neto e Fernando Teodoro, cobrando-se a disposição de ambos os recursos necessários e indispensáveis ao bom fim de seu trabalho".

E acrescentou: "os homicídios, estranhos, desconhecidos praticamente exclusivamente".

Ele também o coronel Estevan Rego que, sob a ótica dos atos, não se agita uma participação dos integrantes das Forças Armadas e Militares nos assassinatos e, como medida preventiva, decidiu-se manter os assassinatos de bala, proibindo-se a utilização de armas, até a liberação, porventura, de quaisquer recursos necessários de segurança em favor dos verdadeiros culpados.

"Complot" tem nova versão de médico legista

Em contato com a imprensa, o legista Duda Calado explicou que um de seus irmãos, conhecido por Bernardo, teve realmente um pequeno desentendimento com a esposa do soldado Paulo Austelino Santos, "mas desistiu totalmente de qualquer interesse em planejar o meu assassinato, conforme versões policiais, durante o processo, em dois jornais da capital alagoana".

Outro detalhe informado prestado por alguém ligado à secretaria de Segurança é militar apontado como envolvido na eliminação sumária dos irmãos Antônio Bezerra da Silva e Edvaldo Bezerra da Silva "na não levou adiante a sua ideia de matar, porque foi desavosado pelo delegado de Macaé", o qual chegou a argumentar que "já vivi lá e sei que não foi".

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos

Principal testemunha do caso, o vendedor ambulante Manoel da Silva, que integrou a lista de pessoas que foram beneficiadas pelo soldado Paulo Austelino Santos, está colado a depoimento do 3º Distrito Policial, como o principal informante nos assassinatos dos irmãos Antônio Bezerra da Silva (18 anos, solteiro) e Edvaldo Bezerra da Silva (18 anos, casado).

Afirmou que "negociaço no lado dos dois rapazes, perto do cine Ideal, logo depois da Farmácia dos Pólores, e que eu e o mesmo aparecia nas reuniões do cine Ideal, e que ambos "eram homens de bem, vivendo honestamente em seu trabalho, não cobrando nenhum dinheiro de ninguém, mas se dedicava para casa, com filhos de hoje, outras pessoas, com referências naturalmente ao seu amigo, com medo de ser assassinado, porém em sair de Macaé, indo para bem longe".

Disse que o modo de rapar era de polícia, que "toda vez que o mesmo aparecia nas reuniões do cine Ideal, e que ambos "eram homens de bem, vivendo honestamente em seu trabalho, não cobrando nenhum dinheiro de ninguém, mas se dedicava para casa, com filhos de hoje, outras pessoas, com referências naturalmente ao seu amigo, com medo de ser assassinado, porém em sair de Macaé, indo para bem longe".

Messias: "vi os rapazes com Amaro"

Messias: "vi os rapazes com Amaro".

Negociante ainda viu irmãos conversando com policial acusado

Negociante ainda viu irmãos conversando com policial acusado.

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento.

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados.

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado.

Coronel Amaral revela nomes de policiais envolvidos em 5 crimes

Coronel Amaral revela nomes de policiais envolvidos em 5 crimes.

Amaral: "quem for culpado que pague por seu erro."

Amaral: "quem for culpado que pague por seu erro."

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos.

Manoel: "o Paulo era inimigo."

Manoel: "o Paulo era inimigo."

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento.

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados.

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado.

Coronel Amaral revela nomes de policiais envolvidos em 5 crimes

Coronel Amaral revela nomes de policiais envolvidos em 5 crimes.

Amaral: "quem for culpado que pague por seu erro."

Amaral: "quem for culpado que pague por seu erro."

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos.

Manoel: "o Paulo era inimigo."

Manoel: "o Paulo era inimigo."

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento.

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados.

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado.

Coronel Amaral revela nomes de policiais envolvidos em 5 crimes

Coronel Amaral revela nomes de policiais envolvidos em 5 crimes.

Amaral: "quem for culpado que pague por seu erro."

Amaral: "quem for culpado que pague por seu erro."

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos

Vendedor revela que soldado participou de dois assassinatos.

Manoel: "o Paulo era inimigo."

Manoel: "o Paulo era inimigo."

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento

Operário assegura que policial queria saber detalhes de depoimento.

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados

SSP/AL apoiá todo trabalho de delegados.

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado

Cadáveres de dois irmãos exumados a pedido de delegado.